

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ALFEO SEIBERT FILHO**

**A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK EM 1933-1934 NO INTERIOR DO PARANÁ:  
CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO**

**MARINGÁ  
2020**

**ALFEO SEIBERT FILHO**

**A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK EM 1933-1934 NO INTERIOR DO PARANÁ:  
CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota

**MARINGÁ**  
**2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S457a

Seibert Filho, Alfeo

A expedição de Reinhard Maack em 1933 -1934 no interior do Paraná : contexto sociopolítico e econômico / Alfeo Seibert Filho. -- Maringá, PR, 2020.  
151 f.figs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota.

Coorientador: Prof. Dr. Alessandro Casagrande.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Imigração alemã - Sul do Brasil. 2. Socialismo. 3. Historiografia (década de 1940). 4. Maack, Reinhard, 1933-1969 - Biografia. 5. Expedições históricas (1933-1934) - Brasil. I. Mota, Lúcio Tadeu, orient. II. Casagrande, Alessandro, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDD 23.ed. 981.06

**ALFEO SEIBERT FILHO**

**A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK EM 1933-1934 NO INTERIOR DO PARANÁ:  
contexto sociopolítico e econômico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota  
Presidente/Orientador



---

Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde  
Membro Convidado (UNIOESTE)



---

Prof. Dr. Gilmar Arruda  
Membro Corpo Docente(UEM/PPH)

Maringá  
2020

À minha querida mãe Lucinda Gärtner (in memoriam), cujo empenho para minha formação sempre foi seu objetivo. Aqui estão os resultados dos seus esforços. Minha eterna gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Ao Eterno, pelo sopro da vida e pela inspiração dada neste trabalho.

À minha esposa Rosalia Terezinha da Silva Seibert, companheira em todos os momentos, sem ela não teria conseguido. Muito obrigado minha amada!

Ao professor Lúcio Tadeu Mota, pela dedicação e competência com que orientou este trabalho. É merecedor de todo o meu respeito, admiração e gratidão pelos seus ensinamentos.

Ao professor Tarcísio Vanderlinde, pelo aceite do convite em fazer parte da Banca de Defesa, também pela amizade de tantos anos.

Ao professor Gilmar Arruda, pelos apontamentos e sugestões apresentadas na Qualificação e na Defesa deste trabalho.

Ao meu coorientador Alessandro Casagrande, pelas primeiras orientações para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos meus amigos Egon Eloi Hübner, Wilson Francisco de Oliveira e Sonia Regina Luciano, minha gratidão por colaborarem comigo sempre, se colocando à disposição, mas principalmente pela amizade que prezamos na vida profissional e em nosso bom convívio.

Aos meus amigos Márcio Augusto U. Macella e Cezar Felipe Cardozo Farias, meu sincero agradecimento pelo nosso bom convívio acadêmico e pelas atividades que conseguimos realizar em nossas parcerias e amizade. Muito obrigado!

Ao professor Sérgio Luiz Thomaz pelos apontamentos e observações feitas na qualificação deste trabalho.

Ao meu amigo José Marcos Barbizan, pela amizade e pelas parcerias desenvolvidas durante o período do Mestrado.

Aos professores José Henrique Rollo Gonçalves, Isabel Cristina Rodrigues e Luis Felipe Viel Moreira, por colaborarem e me incentivarem na vida acadêmica e profissional.

Ao professor Ângelo Aparecido Priori, por me dar uma oportunidade de recomeçar a carreira acadêmica há alguns anos atrás.

Aos pastores Bruno e Marlene Zastrow pelas orações e intercessões a favor de nossas vidas. Obrigado!

Ao Museu Municipal de Herford na Alemanha, em especial a Robin Butte, pelo seu bom atendimento, presteza e dedicação, disponibilizando preciosos dados sobre Reinhard Maack em um documento fundamental para esta Dissertação.

Ao *Arquivo Público do Paraná*, em especial a Marina Braga Carneiro pela disponibilização e pelo bom atendimento aos pesquisadores que amam a História do Paraná.

Meu agradecimento à *Fundação Getúlio Vargas*, em especial a Flávia Eduarda Suarez Baptista, pelo excelente atendimento, presteza e paciência, sempre cooperando a favor da pesquisa. Também pelo envio de documentos indispensáveis para realização deste trabalho.

A Gabriela Lima, pela contribuição com esta Dissertação, elaborando mapas para a reconstrução do trajeto feito por Maack na expedição de 1934.

As minhas cunhadas Doralice e Sonia Terezinha da Silva, por estarem sempre alegrando o ambiente, cooperando de muitas formas para que a realização de um trabalho como este se tornasse realidade.

Agradeço todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. Muito Obrigado!

*“Não se glorie o sábio em sua  
sabedoria nem o forte em sua força nem o rico em sua riqueza,  
mas quem se gloriar, glorie-se nisto:  
em compreender-me e conhecer-me, pois eu sou o Senhor, e ajo com lealdade, com justiça e com  
retidão sobre a terra, pois é dessas coisas que me agrado,”*  
**Jeremias 9:23, 24.**

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa visa uma reconstrução historiográfica sobre o contexto histórico, político, geográfico, econômico e social que envolveu a expedição científica realizada pelo geógrafo e geólogo alemão e brasileiro Reinhard Maack nos anos de 1933 e 1934 no interior do Estado do Paraná. A pesquisa consiste na investigação histórica do processo que envolveu a expedição de Reinhard Maack nas regiões abrangentes dos rios Ivaí, Paraná e Piquirí no terceiro planalto paranaense. A partir de um estudo das conexões históricas existentes entre o desenvolvimento científico e a competição econômica internacional visando projetos nacionalistas e imperialistas que ocorriam em escala mundial, selecionamos a colonização agrária ocorrida no sul do Brasil, especialmente ligada à imigração alemã que estava sendo direcionada para a efetivação de um moderno e emergente plano de colonização no interior do Paraná. O texto apresenta um estudo das relações existentes entre a referida expedição com a geopolítica alemã, principalmente sobre o envolvimento do cientista Reinhard Maack com o governo da Alemanha, com empresas particulares e com a Sociedade Científica Alemã na década de 1930. Faz parte desta pesquisa, a investigação sobre as relações da colônia alemã no sul do Brasil com os projetos do nacional socialismo alemão na década de 1930 e com as medidas nacionalistas adotadas pelo governo brasileiro de Getúlio Vargas, gerando uma discussão conceitual para a historiografia sobre o tema na primeira metade da década de 1940, durante o período da Segunda Guerra Mundial.

**Palavras-chave:** Colonização; Expedições científicas; Imigração alemã; Imperialismo.

## ABSTRACT

This research work aims at a historiographical reconstruction about the historical, political, geographic, economic and social context, involving the scientific expedition carried out by the German and Brazilian geographer and geologist Reinhard Maack, in the interior of the state of Paraná between the years 1933 and 1934. The study consists in a historical investigation of the process involving Reinhard Maack's expedition in the broad regions of the Ivaí, Paraná and Piquirí rivers in the third plateau of Paraná. From a study of the historical connections between scientific development and international economic competition aimed at nationalist and imperialist projects that occurred on a world wide scale, we selected the agrarian colonization that occurred in southern Brazil, especially linked to the German immigration that was being directed towards the implementation of a modern and emerging colonization plan in the interior of Paraná. The text presents a study of the relationship between the expedition and German geopolitics, mainly about the involvement of the scientist Reinhard Maack with the government of Germany, with private companies and with the German Scientific Society in the 1930s. the investigation on the relations of the German colony in southern Brazil and the projects of German National Socialism in the 1930s as well as the nationalist measures adopted by the Brazilian government of Getúlio Vargas, generating a conceptual discussion for the historiography on the subject in the first half of the 1940s, during the period of World War II.

**Keywords:** Colonization; Scientific expeditions; German immigration; Imperialism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira.

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

CAIC – Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

CEFSPRG – Companhia Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande.

CGICB – Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil.

CFE – Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CPDO - Arquivo Gustavo Capanema – Fundação Getúlio Vargas.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil.

DFG – *Deutsche Forschungsgemeinschaft* – Fundação alemã de Pesquisa.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social.

DOPS/PR – Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

KWG – *Kaiser Wilhelm Gesellschaft* – Sociedade Kaiser Wilhelm.

MOI – Ministério de Informações.

NSDAP – Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

NSDDB – Liga dos Docentes Alemães Nacional-socialistas.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

ZfG – *Zeitschrift für Geopolitik* – Jornal de Geopolítica alemã.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Em 1914: Maack como voluntário da força de proteção alemã no sudoeste da África no início da Primeira Guerra Mundial.....	87
Figura 2 - "Maack construiu a casa da fazenda Arroio da Campina onde estabeleceria uma estação meteorológica em meio à floresta. Nesta época, ele se preparou para a sua expedição mais extensa no Paraná: a expedição ao rio Ivaí cujo fim seria nas cataratas do Iguaçu." .....	101
Figura 3 - Reinhard Maack acampado no Salto das Bananeiras no rio Ivaí em 1933.....	105
Figura 4 - Principais <i>obrages</i> e caminhos no Oeste do Paraná no início do Século XX.....	112
Figura 5 - Pesca dos companheiros de Maack no rio Ivaí em 1934.....	115
Figura 6 - Capivaras avistadas e fotografadas pela expedição de Maack em 1933 no rio Ivaí.....	116
Figura 7 - Prontuário de Reinhard Maack em sua ficha no DOPS/PR. (frente e verso).....	133

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. CAPÍTULO I – EXPEDIÇÕES GERAIS E IMPERIALISMO</b> .....	25
2.1 EXPEDIÇÕES HISTÓRICAS AO BRASIL E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ..	25
2.2 IMPERIALISMO, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	34
2.3 A CIÊNCIA ALEMÃ, GEOPOLÍTICA E AS PARCERIAS COM O BRASIL.....	44
<b>3. CAPÍTULO II – O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DA DÉCADA DE 1930</b> .....	54
3.1 A POLÍTICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930.....	54
3.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930.....	62
3.3 O PARANÁ ATÉ A DÉCADA DE 1930 .....	69
<b>4. CAPÍTULO III – A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK</b> .....	85
4.1 A BIOGRAFIA DE REINHARD MAACK.....	85
4.2 A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK EM 1933-34 .....	95
<b>5. CAPÍTULO IV – OS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REINHARD MAACK</b> .....	117
5.1 OS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL.....	117
5.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REINHARD MAACK E A GEOPOLÍTICA ALEMÃ.....	124
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	143
<b>ANEXO 1 – MAPA COM O TRAJETO DA EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK DE 1934 FEITO SOBRE UM MAPA DO PERÍODO</b> .....	153

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta da nossa pesquisa consiste na investigação sobre o contexto histórico que envolveu a expedição científica realizada por Reinhard Maack (02/10/1892–26/08/1969) no interior do Estado do Paraná durante a década de 1930. Visando uma reconstrução histórica a partir de uma criteriosa investigação, o que normalmente requer um considerável repertório de fontes e de informações bibliográficas sobre o período, sobre os agentes históricos, sobre as circunstâncias do evento, incluindo uma investigação sobre contexto político e econômico e social que envolveu o período.

Mesmo quando não temos à disposição tudo que precisamos para uma elucidação satisfatória, recorreremos a uma investigação mais minuciosa visando obter indícios de probabilidades nos documentos e fontes que se apresentam disponíveis. Por isso recorreremos na apuração de suspeitas e probabilidades conforme as possibilidades previstas no ofício do pesquisador em História, principalmente (em nosso caso), por considerar que nossa pesquisa possui uma abordagem razoavelmente ampla.

Devido às circunstâncias que se apresentaram; para a elaboração de um trabalho que possa contribuir na construção do conhecimento histórico, recorreremos como método para alcançar o nosso objetivo, aos referenciais teóricos de Carlo Ginzburg (1989), registrados e caracterizados em *Mitos, Emblemas e Sinais*, nessa obra, Ginzburg demonstra a importância do processo de investigação em pistas dadas como “não prováveis”, mas que, postas em diálogo com outras pistas, podem proporcionar um diagnóstico satisfatório.

Para a apresentação detalhada e minuciosa dos cenários geopolíticos internacionais, nacionais, incluindo os cenários paranaenses vivenciados na década de 1930, afinal, são fatores que exigem um esforço de investigação histórica para além dos relatos nos documentos oficiais. Com o propósito de uma eficaz metodologia de trabalho, por isso recorreremos ao modo proposto por Ginzburg (1989) para elaboramos uma reconstrução do cenário do período abordado, trazendo uma investigação criteriosa sobre apontamentos, sintomas e suspeitas que podem ser prováveis ou possíveis.

De acordo com as movimentações sociais que aconteceram, percebemos e constatamos em processos analíticos o contexto vivenciado no período abordado, fazendo as perguntas devidas, cabíveis ao ofício de historiador ou pesquisador, e isso de acordo com o que a demanda

historiográfica investigada exige, assim conforme evidenciado no estilo desvendado demonstrado nos exemplos dados por Ginzburg (1989).

O alvo da relevância em nossa pesquisa é a busca de novas informações que podem contribuir ao processo da História do Paraná. Uma descrição mais detalhada da expedição de Reinhard Maack demonstrada e exibida em um contexto mais amplo pode trazer alguns pequenos raios de luz para nós, pesquisadores, que não podemos ficar apenas contemplando um passado imóvel sem questioná-lo, novas abordagens precisam ser conectados aos dados históricos percebidos no passado, dados que possuímos no presente, mas que podem ser merecedores de outras possibilidades de elucidação e de interpretação, pois acreditamos na história como sendo “viva” (com possibilidades) e não morta, sem possibilidades de revisão.

Estudar o processo da formação social e o processo da ocupação do território de um Estado como o Paraná, além de abordar um cenário escolhido para uma observação, tem por propósito uma análise historiográfica. Porém, buscamos um contexto mais amplo de particularidades históricas que aconteceram sucessivamente no Brasil de um modo geral, considerando que esse tipo de abordagem sempre é um desafio para os historiadores. Afinal, apenas conseguiremos êxito em nosso trabalho se buscarmos as explicações devidas para o comportamento que os agentes históricos e os grupos sociais adquiriram e desenvolveram durante as etapas do processo histórico de sua formação.

A possibilidade de uma revisão ou “reconstrução historiográfica”, sempre é proveitosa para o intento de abertura de novas possibilidades e perspectivas de interpretação sobre a historiografia, pois em princípio, geralmente temos apenas uma compreensão parcial e limitada do longo processo em que o Estado do Paraná se transformou no que está caracterizado atualmente, pois a própria historiografia conta com suas limitações analíticas e documentais. Ademais, as informações e os documentos que se perderam, não podendo ser recuperados nesse processo histórico, fazem falta para uma reconstrução histórica mais satisfatória.

Visando uma melhor compreensão daquilo que chamamos de formação cultural, social e política, não apenas por motivações para o intento de reconstruir algo relacionado à formação étnica ou à formação social econômica, mas principalmente para preencher lacunas com a apresentação de um estudo mais aprofundado que possa contribuir de alguma forma, para a inclusão de alternativas e possibilidades para a História do Paraná.

Para o antropólogo Eric Wolf (1923 – 1999), considerado de orientação marxista, que investigava as bases econômicas de diferentes estados em suas mutáveis trajetórias; as sociedades e as culturas não são adequadamente compreendidas enquanto não aprendemos a visualizá-las em seus mútuos inter-relacionamentos e interdependências no espaço e no tempo (WOLF, 2005). A observação de Wolf é de que os sistemas não são eternos, mas se desenvolvem e mudam e que as sociedades são caracterizadas por cenários históricos longos e complexos, e que os fatos históricos não estão isolados em si, mas se interligam, amparando a convicção de que o desenvolvimento da compreensão sobre uma sociedade ou sobre uma determinada cultura não é adequadamente compreendido enquanto não aprendemos a visualizá-las, localizando-as no espaço e no tempo em que se encontram.

Para Wolf (2005), as sociedades e as culturas sempre formaram partes de sistemas maiores, e isso desde antes do surgimento do capitalismo. Por isso, para entender o que está acontecendo no interior do Paraná na primeira metade do século XX, sem o entendimento das conexões e as configurações sociais propostas por Wolf, podemos correr o risco de não perceber que as interpretações dos fatos históricos são marcadas por linhas de tensão e contradições.

Geralmente, existem consideráveis dificuldades que historiadores e geógrafos têm para desenvolver um estudo mais complexo, em especial sobre os processos da ocupação humana no contexto de características históricas mais peculiares, principalmente em processos detalhados sobre a ocupação territorial, da situação política e da realidade social de um determinado território abordado.

Em uma perspectiva mais abrangente, como é caso da nossa pesquisa, optou-se por investigar e descrever detalhes do processo da ocupação e formação do atual Estado do Paraná, em especial, com a possibilidade de visualização de algum planejamento, ou de um projeto de ocupação humana do território do interior paranaense que possa ter existido, mas que, por algumas prováveis razões, não se concretizou, ou se concretizou apenas parcialmente.

A consistência da pesquisa está em desvendar as particularidades da referida expedição, conforme destacado no título de nosso trabalho, principalmente na proposta da investigação dos motivos que levaram Maack ao seu empreendimento realizado no Estado do Paraná nos anos de 1933 e 1934, em fazer suas observações e anotações científicas, navegando pelos rios paranaenses, como nos rios Ivaí e Paraná, mas também trilhando por terra e acampando onde as condições lhe permitiam.

Sobre as fontes historiográficas utilizadas na elaboração desta pesquisa, optamos por alguns textos considerados inéditos, descritos pelo próprio Reinhard Maack em língua alemã, por isso, a necessidade da elaboração de tradução<sup>1</sup>, a exemplo do artigo *Deutsche Ivahty-Expedition 1934 – A Expedição alemã do Ivaí em 1934* – publicado por Maack em 1936 em Berlim em alemão, um texto desconhecido do público acadêmico geral, sendo o primeiro texto publicado que trata especificamente da expedição do rio Ivaí em 1934.

Além do mais, para alcançar o objetivo pretendido em nosso trabalho, consultamos e elaboramos traduções a partir de outras publicações de Reinhard Maack, textos que na atualidade são quase desconhecidos do público acadêmico, também escritos em língua alemã como: *Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná*. – As novas áreas de assentamentos recentemente desenvolvidas no estado do Paraná – artigo publicado em 1937 e *Unbekannte indianer in west-Paraná – Índios Desconhecidos no Oeste do Paraná* – artigo publicado em 1962, textos com dados inéditos de particularidades escritas pelo autor na referida expedição de 1934, que constituem fragmentos necessários, com significativa relevância para elaboração de um trabalho em História.

A publicação do artigo *The Germans of South Brazil – Os alemães no Sul do Brasil* – em 1939 na revista estadunidense *The Quartely Journal of Inter-American Relations*, é outro texto considerado raro (não no tempo de sua publicação), texto originalmente publicado em inglês, mas traduzido em português pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde para análise em pleno “calor” do momento da Segunda Guerra Mundial, texto em que estão descritas as polêmicas nacionalistas que envolviam aquele momento histórico.

Entre as fontes textuais que consideramos inéditas que foram traduzidos do alemão para língua portuguesa na elaboração de nossa pesquisa, estão principalmente os textos produzidos por Maack e publicados originalmente na Alemanha, provavelmente, sobre o texto mais completo para o nosso objetivo neste trabalho, a produção e a publicação deste texto foi elaborada num período relativamente posterior ao evento da expedição de 1933-34, destacamos o texto intitulado *Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben* – “Tudo começou em Herford. O caminho comovente de uma vida agitada” – principalmente por ser a autobiografia do próprio Reinhard

---

<sup>1</sup> As traduções dos textos em língua alemã nesta Dissertação foram feitas pelo autor com base em um criterioso trabalho (incluindo consultas à profissionais formados em língua alemã), além da utilização de variados dicionários (impressos e eletrônicos), incluindo o fato do autor ser de ascendência alemã com o conhecimento básico da língua.

Maack publicada em 1967 num anuário da cidade de Herford na Alemanha, portanto, dois anos antes de seu falecimento em 1969.

Ao analisar a referida autobiografia de Maack publicada em 1967, não nos limitamos apenas na análise da expedição científica realizada, sem a elaboração de um estudo pormenorizado sobre os dados biográficos do autor, principalmente pelas características espontâneas demonstradas por Maack, principalmente em narrar os eventos que ocorreram em sua vida a uma relativa distancia temporal dos objetos selecionados para nossa pesquisa. Portanto, sem os eventuais efeitos de “pressão” e influência do pós-guerra, caso a biografia fosse escrita em uma temporalidade imediatamente próxima. Maack apresenta de forma declarada e objetiva os seus dados biográficos, tanto de suas experiências, como da sua participação em expedições pelo Brasil.

Entre outras fontes que consideramos relevantes para a elaboração de nossa pesquisa, estão os escritos sobre Maack que foram elaborados e publicados por outros escritores e pesquisadores, dentre eles historiadores, sociólogos, geólogos ou geógrafos entre outros, baseando-nos em artigos e livros publicados em língua portuguesa, alemã e também em inglês, pretendemos reconstruir a partir de detalhes a referida expedição em seu contexto mais amplo, para saber com quem Maack manteve contatos e o que ele priorizou para que pudesse ser relatado na elaboração de seus trabalhos científicos.

Se imaginarmos uma divisão temporária para uma reconstrução historiográfica de particularidades na História do Paraná, veremos que no início da fase que tradicionalmente conhecemos como sendo a fase colonial no Brasil, a maior parte do território do Paraná, conforme conhecemos na atualidade e que se apresenta no atual mapa político paranaense, não existia ainda como um Estado federativo ou uma Província, mas de acordo com o *Tratado de Tordesilhas*, a maior parte do território paranaense pertenceu anteriormente à Espanha, somente após o período da União Ibérica, entre os anos de 1580 e 1640, houve um rompimento entre as realezas de Portugal e Espanha em 1640. Também foi de relevante importância histórica, o processo em que as bandeiras paulistas destruíram as Reduções Jesuíticas existentes no Paraná no período das décadas de 1620 a 1630, conforme demonstrado por Mota (2012, p. 43).

O referido território (atual Paraná) foi então apropriado pelos portugueses, mas apenas em 1750 com o acordo do *Tratado de Madrid* e, posteriormente em 1777, o *Tratado de Santo Idelfonso* consolidou essa apropriação, conforme Wachovicz (1982, p. 13), apesar dessa posse portuguesa não ser tão soberana ou absoluta, conforme demonstrado por Martins (1937, p. 229).

Mesmo assim, depois da criação da Província do Paraná em 1853, e posteriormente do Estado Federal do Paraná em 1889, existiram problemas com a ocupação do território paranaense, principalmente em relação à região oeste do Paraná. Apesar da posse brasileira desse território, existiram questões que envolveram a exploração da região por empresas de capital misto, conforme demonstradas por Wachovicz (1982).

Sobre os relatos do cientista e explorador alemão, de acordo com o alvo de nossa pesquisa, conforme a biografia de Maack no já mencionado anuário da cidade de Herford na Alemanha, publicado em 1967, o próprio Maack relata que em sua infância houve uma predição de uma cigana sobre a vida dele: “Este menino um dia será explorador das regiões polares”<sup>2</sup> (MAACK, 1967, p. 11, tradução nossa). Independentemente daquilo que estaria proferido sobre Maack, em 1911, com então apenas 19 anos de idade, recebeu o seu diploma de especialização em Geodésia.

Ainda em 1911, Maack foi para Karibib, na Namíbia, no sudoeste do continente da África, passando o período da Primeira Guerra Mundial nesse continente, alistando-se como voluntário na tropa colonial da África do sudoeste, lugar onde realiza sua primeira expedição científica no Brandberg em 1916 (MAACK, 1967).

Maack participou de outras expedições no continente africano, em 1917 ele realizou a segunda expedição ao Brandberg, lugar em que descobriu a pintura rupestre da “Dama Branca”. Em 1919 realizou duas expedições ao Tsodab-Rivier no deserto da Namíbia, sendo que retornou à Alemanha em 1921, em 1923 veio ao Brasil por influência de seu irmão Franz, segundo o relato em sua autobiografia publicada em 1967 (MAACK, 1967, p. 35).

Ao considerar as possibilidades de um exame pericial detalhado sobre a vida de Maack, principalmente sobre os projetos do referido geógrafo e geólogo, explorador e empreendedor, optamos por investigar para saber quais foram razões que incentivaram e impulsionaram Maack nesses trabalhos.

Nas primeiras expedições realizadas, no período em Maack que esteve no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, sendo que naqueles anos esteve trabalhando para empresas mineradoras, explorando determinadas regiões em Minas Gerais e no Estado do Paraná, sendo que no Paraná, primeiramente na região do Rio Tibagi e posteriormente, a partir de 1933 também explorou as regiões que abrangem os rios Ivaí, Paraná e Piquirí. Entre as expedições realizadas por

---

<sup>2</sup> No original: “Der junge wird einmal ein Polarforscher”. Referencia: MAACK, Reinhard. *Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben*, In: PAPE, Rainer. Zur Geschichte der Stadt und des Stiftes Herford. Herforder Jahrbuch, Bd. 8, (Herford, Bonn), p. 11, 1967.

Maack nesse período, observamos principalmente que a expedição que apresentou características mais particulares para motivação na elaboração de uma pesquisa historiográfica foi à expedição efetuada em 1933-34.

Maack, em seus trabalhos realizados durante a expedição de 1933-34, chegou a redefinir na cartografia informações que até aquele momento eram imprecisas na discriminação detalhada do Paraná, se tratando dos limites cartográficos do interior paranaense, em especial nos trajetos que ele percorreu (MAACK, 1936, p. 45).

Mais precisamente em 1933, o Governo do Paraná disponibilizou<sup>3</sup> a Reinhard Maack uma fazenda no interior do Paraná situada no município de Faxinal (atual município de Cruzmaltina) e edificou uma estação meteorológica naquele local (MAACK, 1967, p. 44). Essa estação meteorológica, além de inédita, possuía equipamentos modernos para a época. A construção dessa estação foi financiada pela Sociedade de Pesquisas Alemã *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* (MAACK, 1936, p. 44).

Entre outros fatos percebidos, foi o financiamento dessa estação meteorológica e o envolvimento da referida instituição alemã que levou mais tardiamente (durante o evento da Segunda Guerra Mundial) as autoridades policiais a investigarem a vida particular de Maack, resultando em sua prisão em 29 de janeiro de 1942. A estação meteorológica foi a que serviu para as medições de temperatura, umidade e precipitações pluviométricas, e serviu de base para que a expedição de 1933-1934 pudesse acontecer. Dessa forma, Maack teve o auxílio dessas informações meteorológicas para a sua referida missão, segundo Casagrande (2011, p. 287).

Foi precisamente na década de 1930 que o Brasil esteve inserido no contexto de uma significativa transição política, período que foi do fim da República Velha, depois de ocorrida a Revolução de 1930, passando pela Revolução de 1932, encaminhando-se para o período de 1937-1945, período que conhecemos na historiografia como a “Era Vargas”.

Identificamos esse período abordado em nossa pesquisa com o regime político do Estado-Novo, Gregory (2012). Naquele tempo o presidente Getúlio Vargas incentivou a chamada “Marcha

---

<sup>3</sup> Na frase completa no original: “In den Jahren 1933 und 1934 erschlossen wir das von der Regierung des Staates Paraná erworbene Urwaldland von 1087 Hektar bei Faxinal de São Sebastião.” Apesar da palavra original *erworbene* no texto sugerir como tradução o verbo “adquirir,” a opção pelo verbo “disponibilizar” acontece porque Maack não deixa claro se foi uma doação ou concessão. A princípio, *erworbene* de acordo com o contexto apresentado, nesta frase não tem o sentido de “comprar,” principalmente considerando o fato de que a expedição para a qual, a fazenda servia de base teve o apoio das autoridades (paranaenses e brasileiras), sugerindo uma parceria internacional, conforme demonstrado por Maack em outra publicação (MAACK, 1936, p. 44).

para o Oeste” buscando consolidar as fronteiras brasileiras dentro do contexto da produção de uma forte propaganda nacionalista, algo que era comum em diversas nações espalhadas pelo mundo naquele momento histórico, num período em que a humanidade se encontrava na sua temporalidade histórica, entre duas grandes guerras em escala mundial.

No percurso da referida expedição em 1934 (houve uma primeira etapa em 1933), na primeira parte (pré-expedição) do trajeto feito por Maack, que se iniciou a partir de onde está atualmente localizado o município de Rolândia, continuou a expedição através de uma picada aberta na nascente do rio sobre um assentamento florestal em Marilândia, depois de Faxinal até para o Salto da Fogueira no rio Ivaí. Em um moderno barco desmontável (moderno para a época) mais duas canoas, posteriormente, a expedição de Maack desceu o rio Ivaí até a confluência do Rio Paraná, segundo o relato do próprio Maack (1936, p. 44).

Sabemos pelas informações dadas por Maack (1936) que a expedição passou por Guaíra e seguiu para Porto Mendes (atual município de Marechal Cândido Rondon), foi até Foz do Iguaçu e, no retorno, Maack com sua equipe percorreu o caminho da volta atravessando a floresta de Porto Britânia (atual município de Pato Bragado), a partir de então, alterando o trajeto para o retorno.

Segundo o relato de Maack (1967), durante o retorno de sua expedição, passando por Toledo, cruzando o Rio Piquiri e seguindo até Campo Mourão. A inclusão do oeste do Paraná na expedição de Maack direciona-nos a nossa pesquisa à outra problemática, e não apenas a um questionamento sobre as motivações do levantamento de dados das potencialidades naturais e ambientais encontradas naquela região, mas, principalmente, sobre as prováveis motivações que impulsionaram o projeto para além do rio Ivaí, atingindo também a região oeste paranaense.

Baseado nessa expedição de Maack em 1933 e 1934 existe outro aspecto de nossa pesquisa que é um problema a ser abordado, ou seja, a investigação de um suposto eventual interesse imperialista alemão pelo sul do Brasil, incluindo o espaço geográfico do interior do Estado do Paraná nessa suposta pretensão imperialista alemã.

Para saber se a suposta pretensão imperialista realmente existiu, ou se a referida expedição de Maack foi de caráter governista, incluindo a possibilidade da existência de algum projeto particular ou algum estudo de instituições particulares da Alemanha, tendo a parceria do governo brasileiro ou não, ou fosse pura e simplesmente um projeto visando explorar os solos paranaenses de uma forma mais dinâmica, eficaz, técnica e produtiva para atender à demanda comercial do período.

Nossa pesquisa consiste principalmente no propósito de investigar as prováveis motivações encontradas no explorador e cientista alemão Reinhard Maack, principalmente quando esteve atuando no Estado do Paraná na década de 1930, mais precisamente na expedição de 1933-1934.

O nosso recorte temporal faz com que os direcionamentos da pesquisa não abranjam uma contemplação mais ampla e diversificada em uma totalidade nos trabalhos de pesquisas que se apresentam na biografia e na bibliografia descrita nos relatos de Reinhard Maack. Por isso não focalizamos em uma totalidade, a abrangência dos estudos relacionados, principalmente nas áreas acadêmicas de Geologia e Geografia, ou mesmo ainda em História, como no exemplo das reconstruções históricas feitas por Maack sobre os traçados dos trajetos percorridos por alguns viajantes como Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e Ulrich Schmidel (personagens históricos) que passaram pelo interior do Estado do Paraná no século XVI.

Considerando ainda que, apesar de não conseguir dar conta (nesta pesquisa) de analisar toda a bibliografia produzida ao longo da vida de Maack, e isso, sem a intenção de considerar apenas uma parcela relativa dos trabalhos desse cientista, porém, com o intento de proporcionar um mínimo de conhecimento da obra geral desse cientista, justamente pela relevância que possuem as pesquisas de Maack, ou ainda, como é o nosso caso neste trabalho, por entender que alguma parte do trabalho desse cientista ainda não está plena e satisfatoriamente esclarecida. Por esse motivo nos concentramos neste trabalho em fazer uma averiguação exclusiva sobre o contexto da expedição realizada por Maack em 1933-34.

Tratando-se dos trabalhos realizados por Maack em toda a sua trajetória profissional e acadêmica, quando ele descreveu as características naturais, ambientais, geológicas e geográficas – apresentadas em seus trabalhos que o consagraram e o caracterizaram por seus estudos em suas expedições científicas realizadas – foi, de fato, dado a Maack o reconhecimento acadêmico (no Brasil e na Alemanha) da relevância de suas pesquisas científicas.

Entretanto, acreditamos que Maack não trabalhou apenas para dar satisfação a quem o empregava, por isso também se faz necessário um estudo analítico das prováveis razões que o impulsionaram no período anterior a Segunda Guerra Mundial. Não apenas por causa do reconhecimento posteriormente dado à Maack por sua preocupação com o meio ambiente, visto que Maack foi um naturalista de relevância posteriormente reconhecida, mas provavelmente com outras preocupações incluídas, principalmente na década de 1930. Nesse contexto incluímos

principalmente a sua preocupação pessoal com os demais alemães que vieram para o Brasil no período abordado.

Parece-nos ser razoável a intenção em explorar num estudo historiográfico a elaboração de uma análise do olhar de Maack sobre a imigração alemã, além de rever com critério e objetividade a preocupação e a ação de Maack nas questões ligadas com os prováveis projetos de ocupação do solo paranaense por alemães e descendentes de alemães que se encontravam no Brasil, ou que estavam por chegar. Também acerca de todas as questões políticas que cercam esse debate historiográfico, inserindo ainda que, na década de 1930, alemães estavam por chegar ao Paraná e ao Brasil de um modo geral, por causa de questões distintas e diversas, principalmente por questões relacionadas com o período que antecedeu a grande guerra.

Pelos motivos citados acima, decidimos, na divisão e elaboração deste trabalho, inicialmente optando por um primeiro capítulo que trate de um breve histórico sobre algumas expedições realizadas durante o longo processo histórico que vai do “descobrimento” do Brasil ao seu desenvolvimento histórico e político, porém nossa análise está caracterizada nas modificações temporais dos aspectos científicos expedicionários de características investigativas, principalmente nas expedições exploratórias da natureza brasileira.

Inserimos ainda no primeiro capítulo os aspectos históricos ligados sobre a origem e o desenvolvimento histórico do imperialismo germânico, dando margem para as origens posteriormente observadas das bases ideológicas do nazismo, além da elaboração de um estudo mais detalhado sobre o desenvolvimento científico e as parcerias que existiram entre os governos da Alemanha e do Brasil, no contexto dos eventos que antecederam a Segunda Guerra Mundial em um levantamento de dados de natureza empírica dos objetivos gerais sobre expedições científicas.

Para o desenvolvimento do segundo capítulo direcionamos a nossa pesquisa para uma análise do cenário político da transição da República Velha para a República Nova, em dimensões que abrangem aspectos regionais, nacionais e internacionais, incluindo um breve detalhamento do processo histórico da ocupação do território do Brasil, principalmente do início do processo da ocupação do território na colonização alemã do norte do Paraná e as contribuições dessa colonização e imigração alemã para propósitos de desenvolvimento econômico regional.

No terceiro capítulo elaboramos um levantamento de dados sobre a biografia de Reinhard Maack, complementando o capítulo com um histórico detalhado sobre a expedição feita por ele nos anos de 1933 e 1934.

A partir de relatos dos textos escritos e publicados por Maack em diferentes períodos e em publicações distintas, percebemos alguns detalhes pormenores nas “entre linhas” conforme observamos na redação dos textos e dos artigos que foram publicados por Maack, sendo que essas informações caracterizam uma possibilidade de incluir algumas observações inéditas, que segundo nossa opinião, é fundamental e relevante para o desenvolvimento e conclusão de nossa pesquisa.

A descrição mais detalhada no terceiro capítulo visa uma análise de algumas circunstâncias históricas que envolveram a expedição, incluindo na discussão de nossa proposta, além dos já mencionados dados relatados pelo expedicionário Maack, a inclusão de um estudo detalhado sobre a origem e propósitos da Sociedade Científica Alemã, sobre as instituições alemãs e sobre as propostas existentes nos programas e projetos de financiamento de atividades científicas expedicionárias realizadas por essas organizações alemãs. Esse levantamento é realizado principalmente a partir de dados relatados de alguns estudos e teses científicas escritas originalmente em língua alemã e inglesa.

Para o desenvolvimento do quarto capítulo. Elaboramos, a partir do diálogo feito sobre as fontes e documentos pesquisados, relacionando-os com a historiografia, conforme considerações sobre os relatos nos capítulos anteriores, à investigação de uma suposta conexão da geopolítica alemã com a referida expedição de Maack.

Portanto, encaminhamos no quarto capítulo uma discussão inclusiva e conclusiva que trate das considerações e observações finais. A nossa análise está estreitamente relacionada com a intensidade do envolvimento do cientista e expedicionário Maack, com questões ligadas com a imigração alemã no sul do Brasil e com as discussões analíticas que se encontram no texto, incluindo o nacionalismo (alemão e brasileiro), imperialismo, com a colonização e também com o desenvolvimento histórico das ciências.

As considerações finais estão relacionadas, entre outros documentos e fontes que foram pesquisadas, principalmente com a publicação do artigo de Maack em 1939, com o título *The Germans of South Brazil* – Os alemães no sul do Brasil – texto em que Maack defende os ideais da imigração e dos imigrantes alemães contra a imposição de políticas de restrição impostas pelo governo de Getúlio Vargas aos imigrantes alemães entre outros assuntos que envolvem questões de nacionalidade.

As questões fundamentais sobre a problemática de nossa pesquisa estão ligadas com o envolvimento de Reinhard Maack com os imigrantes alemães, com o governo da Alemanha, com

empresas alemãs e com a Sociedade Científica Alemã, principalmente sobre a discussão do nível de proximidade em relação ao projeto de colonização do interior do Estado do Paraná, principalmente para saber em que proporção existiu (ou não) a relação de aproximação dessas questões com a expedição realizada em 1933-34. Consideramos importante a contribuição dessa discussão para a História do Paraná.

## 2. CAPÍTULO I – EXPEDIÇÕES GERAIS E IMPERIALISMO

### 2.1 EXPEDIÇÕES HISTÓRICAS AO BRASIL E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

A imensa densidade territorial do continente americano proporcionou dificuldades para que os conquistadores europeus de fato conhecessem as riquezas e potencialidades econômicas existentes na flora, na fauna, nos minérios, incluindo o conhecimento das formações do solo americano.

Desde o acontecimento da chamada “descoberta” da América, no final do século XV, e a posterior ocupação ou “invasão” realizada posteriormente pelos europeus durante os séculos que se seguiram, os conquistadores europeus não se cansaram de enviar expedições, ou seja, enviar expedicionários com o objetivo de serem “espias” para averiguar as possibilidades de encontrarem riquezas, mas não foi somente para isso que as expedições existiram.

Para que essas expedições alcançassem seus objetivos, foram necessárias sinalizações de expectativas positivas no cenário desenhado por esses “olheiros” expedicionários para que obtivessem perspectivas de resultados satisfatórios.

Era necessário se certificar das condições e probabilidades, assim como uma avaliação sobre o cálculo de risco econômico, considerando o grau de dificuldades impostas, entre elas o fator da distância, iniciando pelas dificuldades em atravessar o imenso Oceano Atlântico e por outras inúmeras dificuldades, tais como clima, doenças, adversidades com os nativos e com os próprios concorrentes europeus, incluindo o risco de perderem os produtos conquistados e a própria vida, aqueles que foram enviados conforme as narrativas históricas e historiográficas demonstram.

Inicialmente Portugal teve um considerável desenvolvimento em navegações marítimas, inclusive um sistema mais eficiente se comparado ao sistema de navegação dos reinos espanhóis, segundo avaliação do próprio Maack. O fato dos navegadores portugueses terem chegado aos solos americanos antes de Colombo deve considerar-se provado com base em documentos portugueses (MAACK, 2012, p. 55-56).

No entanto, Maack ressalva que as descobertas portuguesas sempre foram em caráter sigiloso, ao contrário das descobertas feitas pela coroa espanhola, que foram divulgadas em caráter oficial, fato que levou os portugueses e espanhóis aos devidos tratados para redefinição das posses territoriais.

Para Maack, mesmo no período anterior da chegada de Colombo na América, ficou evidente que as representações da Terra dadas por Toscanelli e Behaim não definiam a forma continental da América, mas eram dadas como ilhas já situada no *Oceanus Orientalis Indae* (MAACK, 2012, p. 60), foi sobre esses dados que Colombo não teve dúvidas de ter chegado às Índias.

Ainda no contexto histórico das grandes descobertas dos novos continentes, sobre o tema do envio das primeiras expedições ao Brasil, incluímos em nossa abordagem a participação de expedicionários alemães nesse processo explorador em conformidade com o relato de Gregory (2013).

Há referências sobre a presença de alemães desde o século XVI na colônia de Portugal. Pedro Álvares Cabral teria sido acompanhado, em sua frota, por dois alemães, um cozinheiro e um náutico (Meister Johann). Há registros de que religiosos missionários estiveram na colônia. Exploradores, viajantes, escritores, intelectuais, artistas, cientistas alemães constam em documentos diversos. Ulrich Schmidel, Hans Staden, Johan Baptist von Spix, Karl Friederich Philipp von Martius, Alexander von Humbold (este teria sido impedido de permanecer no Brasil por suspeita de ser espião), Johan Moritz Rugendas, Georg Heinrich von Langsdorff, Otto Grashoff, dentre outros, estão mencionados em vasta bibliografia, sendo-lhes atribuídas significativas contribuições à formação na nação brasileira. Estas presenças de alemães neste período merecem esta rápida menção, podendo receber atenção maior em outros momentos, mesmo que tenham sido numericamente e relativamente pequenas diante dos indígenas, portugueses e africanos. (GREGORY, 2013, p. 10-11).

Baseado em dados citados por Maack em um levantamento histórico sobre expedições, e com o propósito de uma breve observação. Se forem examinadas as expedições enviadas para o Brasil pelos europeus, em especial pelos portugueses, observamos que desde o primeiro “relato oficial” feito no início do século XVI por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal D. Manuel I. De um modo geral, os relatos foram fundamentalmente elaborados por “expedicionários” que entusiasmaram ou não, aqueles que financiaram ou que simplesmente enviaram os seus subordinados para trazer alguma novidade ou amostra de objetos valiosos, ou simplesmente para fazer um relato mais esclarecido e detalhado das potencialidades da região visitada, conforme afirma o Biólogo Valdir Lamim-Guedes (2014):

Um exemplo desses interesses é retratado na carta de 1º de maio de 1500, na qual o escrivão Pero Vaz de Caminha (1450-1500) comunica ao rei de Portugal, Dom Manuel I (1469-1521), a chegada à costa brasileira: “Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro; nem as vimos. Mas, a terra em si é muito boa de ares, tão frios e temperados, como os de lá. Águas são muitas e

infundas. De tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem”. A partir do século XIX, segundo França, esses viajantes passam a se autodeclarar “viajantes naturalistas” e aumenta a frequência de expedições científicas para conhecer os novos mundos – América, Ásia e Oceania. Ainda de acordo com o professor da Unesp, na América espanhola tais expedições já ocorriam desde o século XVIII. Importantes estudiosos/pesquisadores/viajantes do período, como Alexander von Humboldt (1769-1859), Charles Marie de La Condamine (1701-1774) e Louis Antoine de Bounganville (1729-1811) não puderam fazer suas incursões pelo território brasileiro devido aos impedimentos criados pela Coroa portuguesa, anteriores a 1808, ano da abertura dos portos às nações amigas. (LAMIM-GUEDES, 2014, p. 0).

Ao longo da história do Brasil, desbravadores, conquistadores, cientistas das mais diferentes áreas de conhecimento e distintas formações, com instrução nos mais diferenciados níveis de conhecimento fizeram os seus relatos, expuseram aos reis de Portugal, Espanha, Holanda, França e da Inglaterra dentre outros, tudo conforme o que estudaram, viram e tudo o que conseguiram avaliar, levando para a Europa o que achavam conveniente, cada qual segundo o propósito específico e geral para o qual foi designado, logrando ou não, êxito em seu empreendimento.

No Brasil, desde a primeira fase econômica do pau-brasil, e posteriormente durante os ciclos da cana de açúcar e do ouro, devemos observar que esses ciclos econômicos só foram possíveis devido aos investimentos empregados e principalmente ao trabalho de expedicionários e olheiros, ou seja; o trabalho realizado primeiramente nas avaliações das expedições realizadas e posteriormente nas atividades exploradoras proporcionou as escolhas das melhores atividades a serem desenvolvidas, definindo o modelo explorador mais viável para cada período.

No período que vai do início de século XVI até o início do século XIX, portanto, praticamente durante todo o período colonial, em um contexto geral, a principal questão de Portugal em relação ao Brasil estava ligada ao problema da ausência de pessoal, ou seja; de mão de obra para a extração das riquezas locais.

As políticas imperialistas designadas para o fortalecimento do regime da escravidão aplicado nas colônias para suprir com a demanda com “importação” de mão de obra escrava e a de sujeição forçada indígena, fizeram parte de todo esse complexo e longo processo histórico brasileiro.

Podemos incluir, em nosso levantamento de dados, a observação que parte da população portuguesa que fora enviada ao Brasil, inclusive os filhos destes depois, dentre eles, muitos cristãos-novos que vieram de Portugal fugindo dos processos do “Santo Ofício” da Inquisição, sendo que uma considerável parte deles foi banida ou degredada (PIERONI, 2003, p. 49-55).

Portanto, a observação levantada no estudo feito por Pieroni nos sugere que poucos portugueses vinham ao Brasil por livre iniciativa, excluindo a nobreza e os donatários de terras.

Com base analítica no contexto da afirmação sobre o modelo colonizador brasileiro e a natureza dos colonizadores durante primeiros séculos do Brasil, concluímos que da população branca que veio para o Brasil, ou eles tinham promessas de uma breve aquisição de riqueza, ou faziam parte daqueles rejeitados, perseguidos ou banidos por causa das perseguições e inquisições religiosas na Europa, foi assim a situação dos cristãos-novos que foram considerados parte expressiva da população branca do Brasil (SALVADOR, 2001, p. 125-130).

A elaboração dessa análise nos sugere que posteriormente, já em meados do século XIX, os imigrantes alemães que foram designados ao Brasil, também não vieram por livre e espontânea vontade, porém devido a políticas impostas por dificuldades provocadas por guerras, exclusões sociais e excesso de população no continente europeu.

Sobre as cartas contendo os relatórios, e que foram enviadas pelos expedicionários que estavam no Brasil, para os colonizadores europeus foram verdadeiros relatos científicos, essa conotação foi fundamental para se conhecer a natureza, as riquezas e o território, sendo fundamental para que os investidores europeus pudessem fazer os devidos investimentos. Um destacado exemplo entre esses expedicionários foi Auguste de Saint-Hilaire, assim citado por Lamim-Guedes:

Desta forma, os relatos de viagem passam a ser traduzidos e editados no Brasil no fim do século XIX e durante o século XX, “formando o que conhecemos na nossa bibliografia como relatos de viajantes”, diz Martinez. Muitos desses relatos editados no Brasil são parciais, porque esses naturalistas faziam grandes percursos. “Estes relatos são recortes de relatos maiores, que envolvem, muitas vezes, outros países da América Latina. Você tem viajantes percorrendo Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, mas nós conhecemos apenas parte dos relatos referentes ao Brasil”, ressalta. Este é o caso da obra do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve no Brasil entre 1816 e 1822 e viajou pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (LAMIM-GUEDES, 2014, p. 0).

Com o advento do Império no início do século XIX, as características e propósitos para se investir em expedições no Brasil alteram e recebem outras dinâmicas, e essas dinâmicas acontecem em outras proporções.

O avanço da ciência e a necessidade exigida pela competição do imperialismo mundial reclamaram um conhecimento científico mais especificado sobre várias áreas do saber, como o conhecimento da fauna, da flora e principalmente dos minerais. Afinal de contas, as condições

climáticas e geográficas entre outros itens são detalhes que precisavam ser desvendadas para a efetivação dos pretendidos investimentos de exploração e colonização por meios mais eficazes segundo Borges (2011):

No século XIX, a exploração da natureza, a interiorização e a formação do Brasil aliavam-se à importância do conhecimento e da ampliação do território, e ambos se juntavam a um investimento imperial visando institucionalizar o campo da ciência. Segundo Heloisa Domingues, no século XIX, marcado pelo romantismo e pelo naturalismo, a natureza é exaltada ao mesmo tempo em que é objeto de investigação científica, isto é, a natureza é simultaneamente objetivada e ideologizada, tendo-se tornado — emblema da nação e as viagens, com a finalidade de exploração científica, inseriram-se no contexto político de conquista do território. As viagens significaram descobrimento de novos lugares a explorar, transformando-se em marcos de processos de colonização. (BORGES, 2011, p. 1).

No início do século XIX, com a proclamação da independência brasileira, a questão das expedições científicas de caráter exploratório inclusive se intensifica. Essa nova fase, segundo Silva (2010), é comparada a um novo descobrimento da América.

Desde o seu descobrimento, o Brasil foi alvo da curiosidade estrangeira. A partir dos primeiros séculos da colonização, o país começou a receber viajantes cujo número aumentou bastante com a abertura dos portos às nações amigas em 1808, pelo então príncipe regente dom João, que aqui desembarcou com a corte portuguesa. Houve então crescente afluxo de navios de diferentes nações aos portos brasileiros, aumentando consideravelmente após a Independência. Traziam a bordo passageiros das mais variadas profissões e interesses, atraídos pela terra desconhecida e, até então proibida, ante os rigorosos controles de visita exercidos pelas autoridades portuguesas nos primeiros séculos da colonização. Eram cientistas, artistas, missionários religiosos, políticos, militares, representantes comerciais, aventureiros e até piratas. Esse período de atividade exploradora ficou conhecido como o novo descobrimento da América. (SILVA, 2010, p. 67).

O desafio em percorrer as terras brasileiras aventurando, trabalhando e procurando potencialidades ou riquezas em expedições não foi uma missão fácil de executar. Uma considerável parte dos expedicionários estrangeiros que atuavam no Brasil foi composta por alemães, assim como observou o alemão Canstatt.

Foram eles, principalmente: Agassiz, o Arquiduque Maximiliano da Áustria, O. Dorffel, Spix e Martius, von Eschweg e, Da Cunha, Morais, Honorato Costa, Petermann, R. Hensel, von Tschudi, De Sousa, Pöppig, Maximiliano, Príncipe de Neuwied, J. E. Pohl, M. Rugendas, Burgmeister, R. Avé-Lallemant, I. Platzmann, C. Von Koseritz, F. Mouchez, J. C. Häusser e G. Clarez, J. Armitage, H. Handelmann, O. Varghagen, A. von Humboldt, Blumenau, Kleudchen, Hörmayer, Neumann, Niemyer, Mulhall, Gervinus, A. John, W. Schultz, H. Lang, Dr. Kupfer, Mardoy, Keller-Leutzibger, Coelho, Wappaüs,

e diversos outros autores alemães, ingleses, franceses e portugueses. Além destes prestaram-me serviços especiais os relatórios oficiais por ocasião das exposições de Viena e Filadélfia, a que, porém, como se sabe, só se deve recorrer com cautela. (CANSTATT, 2002, p. 24).

Canstatt foi um dos autores que mais escreveu sobre o Brasil no século XIX, inclusive, em uma de suas principais obras: *land und leute* – terra e gente – publicada originalmente em alemão em 1871 e 1877. Ele relata a dificuldade que os expedicionários encontravam em escrever sobre um país de tão grandes dimensões como o Brasil.

Dada a extraordinária vastidão desse país, é claro que não podia informar sobre tudo, baseado só nas minhas próprias observações, porquanto das vinte províncias só pude visitar seis, e, dentre estas, algum as só me pude demorar pouco tempo. (CANSTATT, 2002, p. 24).

Sobre a imigração alemã e desenvolvimento científico brasileiro, não podemos nos esquecer da importância que teve D. Leopoldina, a Imperatriz do Brasil e esposa de D. Pedro I. Ela teve um papel relevante para que houvesse parcerias entre o Império austríaco-germânico e o Brasil (GUERRA, 2012, p. 27).

A relação do Brasil com Império austríaco-germânico facilitou dois aspectos muito importantes. Um dos aspectos era a questão sobre a imigração alemã ao Brasil no período do Império, o outro era a vinda de cientistas alemães com o intuito de elaborar pesquisas científicas naturais que pudessem auxiliar o processo de colonização e exploração das riquezas brasileiras.

D. Leopoldina de Habsburgo (1797-1826). É a Imperatriz do Brasil, a primeira esposa de Pedro I e cujo nome completo é Caroline Josepha Leopoldine Franziska Ferdinanda von Habsburg-Lorena. Ela era pertencente à nobreza alemã e, indubitavelmente, possuía boa formação científica. O casamento com Pedro I se deu em 1817 e a imperatriz trouxe em seu séquito alguns naturalistas, como J.E. Pohl (botânico), Johann von Natterer (zoólogo) e J.C. Mikan (entomologista); alguns meses depois vieram J.B. von Spix e K.F.P. von Martius, autores de uma admirável obra sobre a flora e fauna brasileira. A troca de correspondência com a amiga Maria Graham (1785-1842) revela a solicitação de instrumentos e livros sobre mineralogia, ao mesmo tempo em que a imperatriz encontra oportunidade para se queixar da ignorância dos súditos. Leopoldina estimulou as pesquisas científicas, tinha boa formação intelectual e possuía uma formidável coleção geognóstica, a qual foi enriquecida no Brasil e acabou sendo transferida para o Museu Imperial. (GUERRA, 2012, p. 27).

As expedições alemãs e outras europeias de um modo geral realizadas no Brasil durante o século XIX também são descritas por Lisboa (1995). De fato, as contribuições dos viajantes

europeus e alemães em dados científicos e descrições sobre a natureza brasileira justificam o apelido de “segundo descobrimento do Brasil”, assim demonstrado pela autora.

A literatura de viagem sobre o Brasil toma enorme fôlego com a abertura dos portos, em 2810, e a conseguinte entrada de muitos estrangeiros no país. Impulsionados por diversas razões – comerciais, científicas, diplomáticas, aventureiras, militares, artísticas – esses forasteiros palmilham vastas regiões da desconhecida terra. Responsáveis por um “novo descobrimento do Brasil,” muitos deles publicam, na Europa, suas anotações de viagem. (LISBOA, 1995, p. 74).

Com o advento do século XX e o crescimento populacional da Europa, as características desenvolvidas nos trabalhos realizados pelas expedições enviadas para a América do sul, em especial para o Brasil, recebem outros elementos. O fim da escravidão nas ex-colônias e a dinâmica da concorrência entre as potências econômicas mundiais, acrescentando a demanda emergente por ampliação do mercado e a consequente busca por mais território. O contexto na busca de oportunidades nas colônias e ex-colônias são fatores fundamentais para explicar a natureza dos processos de imigração de origem europeia para o Brasil.

A procura desses novos mercados gerou outras características nas expedições, ou seja, justificando a necessidade de estudos sobre a adaptação às regiões dos trópicos, incluindo também, estudos específicos sobre as doenças tropicais. O comércio gerado e o aumento do fluxo de passageiros nos portos internacionais também geraram a preocupação com as doenças causadas pelo clima. Dentre os países europeus, a Alemanha foi um poderoso aliado do Brasil na questão de estudos das doenças e parceira nos envios de expedicionários com as características para estudos tropicais, conforme demonstra Silva (2011).

Hans Erich Moritz Otto e Rudolf Otto Neumann chegaram ao Brasil em 10 de fevereiro de 1904, no auge da campanha de Oswaldo Cruz, e aqui permaneceram até 04 de julho do mesmo ano. À época da expedição, ambos eram ligados ao Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo (Institut für Schiffs- und Tropenkrankheiten), fundado em outubro de 1900, quase ao mesmo tempo que o Instituto de Manguinhos. Sua criação estava inserida no processo de institucionalização da especialidade médica designada medicina tropical, que dedicava-se ao estudo das doenças consideradas específicas dos trópicos. Aquele processo, como já mencionamos anteriormente, estava ligado à preocupação em garantir a viabilidade dos empreendimentos coloniais das potências imperialistas, através da manutenção da salubridade das populações estabelecidas nas colônias (SILVA, 2011, p. 88).

No período entre as duas grandes guerras mundiais do século XX, a imigração e o projeto da moderna colonização do Brasil são dois fatores considerados fundamentais para perceber que

as expedições científicas enviadas para o Brasil possuíam esse aspecto de investigação sobre a potencialidade econômica, principalmente sobre a questão agrícola e aquela direcionada à exploração mineral, incluindo o fato de que geralmente os expedicionários precisavam prestar contínuos relatórios sobre o clima. Sendo o Brasil um país de proporções territoriais gigantescas, principalmente pelo fato de possuir uma diversidade ampla entre vários tipos de solo, vegetação e clima diversificados para serem estudados.

Quando abordamos o tema da imigração, avaliamos principalmente as mudanças que ocorreram na geopolítica mundial e brasileira. Por isso analisamos as mudanças geopolíticas ocorridas dentro de um contexto específico, isto é, observando que a relação da colonização alemã em nossa pesquisa tem por objetivo de estudar as expedições científicas que tenham uma conexão com o processo da imigração, em especial a de Maack em 1933-34.

Dentro do contexto das discussões sobre expedições científicas, nossa pesquisa é direcionada para um estudo paralelo sobre a imigração alemã, imigração com o objetivo de colonizar, afinal de contas, a partir de meados do século XIX, ambas as questões estão envolvidas; ciência e imigração, considerando principalmente imigração com propósito de colonização.

A partir do século XIX, e principalmente com a emancipação política do Brasil na segunda década dos mil e oitocentos, a imigração entrou na pauta da geopolítica do Império brasileiro. Foi sendo adotada uma política de substituição do tráfico de escravos pela imigração de europeus com a finalidade de prover mão-de-obra para as lavouras de café, fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados e povoar os considerados “vazios demográficos” localizados em áreas fronteiriças. Organizações e estruturas estabelecidas em torno do tráfico negreiro, tais como empresas, embarcações, redes de contato e de negociações, foram redirecionadas para a viabilização de fluxos massivos de europeus para a América. (GREGORY, 2013, p.11).

Quando os alemães chegavam aos solos brasileiros conforme Gregory (2013), eles vieram segundo o interesse daqueles que conduziam a política imperial, sendo que os imigrantes alemães foram distribuídos em muitos locais pelo extenso território nacional, mas principalmente na região sul do Brasil.

No caso do Brasil, estas migrações passaram a se dirigir, preferencialmente, para as regiões Sudeste e Sul do país, destacando-se, a partir de 1824, data da fundação da colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. No final desta década, sempre por iniciativa do governo imperial, também foram estabelecidos colonos alemães em São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e em Rio Negro (PR), no ano de 1829. Além destes grupos de alemães situados na porção meridional do país, foram criados outros núcleos isolados em outras localidades do território brasileiro, como Nova Friburgo (RJ), em 1818,

Santo Amaro (SP), em 1828, Santa Izabel e Santa Leopoldina (ES), fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis (RJ), em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora (MG), em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus (BA), em 1818. (GREGORY, 2013, p.12).

Se analisarmos a discussão em torno das reais motivações e expectativas do Império brasileiro para a chegada de imigrantes alemães ao Brasil, isso não é explicado de maneira tão simples, afinal, não havia apenas um único propósito. Para Vital Junior (2011), o parecer, ou o intento dos primeiros governantes imperialistas do Brasil em relação ao verdadeiro propósito, estava de certa forma dividida em relação ao tema da imigração.

Diferentes expectativas apresentavam-se diante da colonização europeia durante o I Reinado (1824-1831). O imperador tinha como pretensão maior o recrutamento de soldados mercenários. A imperatriz, de forma idealista, buscava, por intermédio dos colonos, trazer para o Brasil a cultura europeia como forma de “civilizar” a recém-formada nação. José Bonifácio defendia a colonização como forma de pôr fim ao sistema escravista. Alguns intelectuais, como, por exemplo, Hypólito José da Costa, defendiam a colonização europeia enquanto possibilidade de qualificação cultural, povoamento, qualificação “física e moral”, bem como preparar o caminho da abolição. (VITAL JUNIOR, 2011, p. 162).

Em relação ao Estado do Paraná (antes da moderna colonização do norte e oeste do Paraná) ocorreu uma moderada imigração na parte leste do Estado, assim, segundo Gregory (2013). Porém o governo do Paraná tinha um imenso desafio político em tentar povoar o seu interior naquele momento.

Com relação ao Paraná, houve a migração para Castro, em 1855, e, de 1877 a 1879, chegou número apreciável de alemães do Volga, os teuto-russos. A partir da imigração de teuto-russos foram criadas colônias nas proximidades de Curitiba, abrangendo partes dos Campos Gerais. Estevão Müller<sup>8</sup> trata de imigrantes no Paraná de etnia alemã “de outras regiões da Europa, dominadas pela Rússia, além dos que habitavam as regiões do Volga”. Seriam os bucovinos da Bucovina, ossuábios do Danúbio, outros vindos das regiões do Volga, da Sibéria, da Ucrânia e de outras regiões do vasto império soviético. (GREGORY, 2013, p. 13).

A princípio, a chegada de imigrantes alemães apenas intensificou as relações entre o Brasil e a Alemanha, o problema que envolvia o excedente de população na Europa foi um fator fundamental para a implantação de políticas favoráveis para a vinda de imigrantes ao Brasil.

De modo similar, as expedições científicas que foram enviadas da Alemanha ou de qualquer outra nação considerada desenvolvida no período, eram relativamente importantes devido aos projetos governamentais de desenvolvimento do Brasil.

Entre as expedições, podemos afirmar que existiram as chamadas “grandes expedições científicas”, porém também existiram as “expedições menores”. No Paraná, no século XIX, os irmãos José e Francisco Keller (alemães), foram talvez a maior referência em expedições no interior paranaense daquele período, conforme demonstra Karpinski (2012).

Para Mello-Leitão, as expedições dos Keller são denominadas, na história das expedições científicas, de “expedições científicas menores, com caráter geográfico.” Diplomados pela Escola Técnica de Carlsburg – Alemanha, José e Francisco Keller foram contratados pelo Governo Imperial em 1853, ano provável de sua chegada ao Rio de Janeiro. Segundo Maria Nicolas, foram agregados ao Ministério de Agricultura e iniciaram seus trabalhos com o levantamento dos rios Paraíba e Pombo, o que se tornaria a principal atividade destes engenheiros no Brasil, onde permaneceram até 1873. A utilização de métodos e técnicas diferenciadas fez com que os estudos dos Keller se tornassem baluartes de modernidade e eficácia. (KARPINSKI, 2012, p. 40).

O desenvolvimento social, econômico e científico, fortalecido pela imigração, também proporcionou condições ao governo brasileiro para investir, ou procurar parcerias para investimento em expedições científicas e para verificar as potencialidades em diversas regiões brasileiras, proporcionando condições para a implantação de políticas de ocupação do território brasileiro e paranaense.

## 2.2 IMPERIALISMO, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Para uma análise mais detalhada sobre o processo da imigração alemã que ocorreu no Brasil, retomamos em parte, o tema do capítulo anterior, porém com um objetivo diferenciado.

Nosso objeto de estudo nesse capítulo está focado em mostrar como surgiu (ou não) um ambiente favorável para ideias imperialistas alemãs se desenvolverem nas colônias alemãs instaladas no Brasil.

Precisamos entender como as relações entre o Brasil e os estados alemães da Europa aconteceram no período anterior à unificação alemã (a Alemanha ainda não era uma nação unificada no início da colonização), principalmente entender como as relações políticas

aconteceram de forma mais ampla dentro de um processo inicial da imigração alemã ao Brasil até a segunda década do Século XIX.

Entretanto, observamos que posteriormente ocorreu uma crise sem precedentes antes da Segunda Guerra Mundial, praticamente quase um século após o início da imigração. Para analisar e entender esse primeiro centenário da imigração alemã ao Brasil, inicialmente precisamos de uma melhor compreensão do que foi a Alemanha antes de sua unificação, observamos uma citação de Oliveira (2008).

No início do século XIX, a economia alemã não apresentava características favoráveis à industrialização. A “Alemanha”, dividida em 39 Estados diferentes, apresentava ainda uma agricultura incapaz de abastecer as cidades industriais. No processo da industrialização alemã, a Prússia teve grande importância. Sob iniciativa desta, criou-se em 1834 o *zollverein*, uma união aduaneira que estimulou o desenvolvimento do comércio e da indústria. Essa associação evoluiu progressivamente sob o controle prussiano. O surgimento de estradas de ferro e o progresso industrial com a introdução da máquina a vapor entre 1830 e 1840 já eram resultados visíveis dessas iniciativas alemãs pós-Viena. O Estado prussiano, renovado e livre da ocupação francesa exercia papel proeminente na revolução industrial que modificou todos os Estados alemães. (OLIVEIRA, 2008, p. 45).

No entanto, aprofundamos a dinâmica do tema da imigração, em uma análise sobre a existência de uma diferença fundamental da natureza e do propósito que está inserida no conceito de imigração em relação para com o conceito de colonização. Para Seyferth (1988), os conceitos de imigração e colonização não têm a mesma equivalência, para essa autora também, sobre o assunto da origem do pangermanismo no Brasil, Seyferth demonstra a existência de uma confusão conceitual construída posteriormente na década de 1930 sobre os conceitos distintos de germanismo e nazismo.

Esses dados sobre a implantação dos núcleos coloniais mostram a expressividade da imigração alemã e sua característica mais importante, já referida antes: foi um processo de colonização não espontâneo, que os descendentes dos imigrantes repetiram sucessivamente. O caráter dirigido desta colonização foi bem analisado por Roche (1969) e Waibel (1958), para o Rio Grande do Sul, e pouco percebido por outros autores que trataram do tema. A política imigratória do Império fez da imigração alemã, sobretudo uma questão de colonização, e pelo menos no sul do País esse procedimento foi também uma estratégia dos governos provinciais, inclusive no período republicano. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo a imigração alemã se confunde com colonização; nos demais Estados onde ocorreu foi pouco expressiva. Quando Jean Roche afirma a subordinação do imigrante à colonização está se referindo à tutela do governo brasileiro sobre o imigrante, que não tinha qualquer escolha! Nesse sentido, foi uma colonização dirigida e patrocinada por órgãos do governo brasileiro, e o termo colônia, aqui, nada tem a ver com o imperialismo alemão, como muitos autores afirmavam no auge do debate sobre o pangermanismo e o nazismo. (SEYFERTH, 1988, p. 7).

Sobre o debate em torno de existência de um projeto de implantação de um “Império alemão” direcionado para ser construído no sul do Brasil, de certa forma esse assunto inquietou uma parte de políticos e intelectuais brasileiros no final da década de 1930.

Devemos observar que posteriormente, na década de 1930, independentemente da pressão sofrida pelo governo Vargas naquele período para optar por um dos lados do grande conflito que teve seu início no ano de 1939, não há como negar que o fator da presença alemã no sul do Brasil foi favorável ao incentivo dos interesses dos alemães nazistas no país, conforme demonstra Seyferth (1988).

O debate sobre a questão étnica envolvendo os descendentes de imigrantes alemães (entre outros) é retomado na década de 1930, motivado sobretudo pelas investidas dos nazistas nas áreas de colonização alemã — onde chegaram a ser estabelecidos diretórios (*Ortsgruppe*) do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. A questão recrudesciu durante o Estado Novo, com a campanha de nacionalização, que pretendia a assimilação total, à força se necessário, dos descendentes de imigrantes. A história dessas “colônias” após a Segunda Guerra Mundial é sobretudo uma história de desenvolvimento econômico, da expansão dos colonos sem terra para novas áreas pioneiras, da sua integração definitiva à vida nacional — sem perder necessariamente o caráter étnico, apesar da ação nacionalizadora promovida pelo Estado Novo, que atingiu as *instituições* comunitárias identificadas com a germanidade. (SEYFERTH, 1988, p. 8).

Para entender o cenário vivenciado na década de 1930 e as discussões geradas sobre o germanismo e o nacionalismo alemão, é necessário retroceder em nossa observação temporal, afinal as polemicas que envolviam essa discussão tem suas raízes nos eventos do final do século XIX.

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelos Estados germânicos (Alemanha) em se unificar como uma nação, na segunda metade de século XIX. Percebemos que o envolvimento da Alemanha em muitas questões internacionais, principalmente ligadas ao surgimento de uma assumida pretensão imperialista por parte da Alemanha, o que de certa forma envolvia principalmente, a preocupação com o excedente populacional da Alemanha no período.

A revogação dos empecilhos para a vinda de alemães para o Brasil, ainda no final do século XIX, não foi sem propósito, despertou na Alemanha segundo Lisboa (2008), um desejo de ampliação do imperialismo alemão fora da Alemanha.

A política colonial e imperialista vive seu início em 1884/1885, ainda na gestão de Otto von Bismarck. Nessa fase, são instituídos os protetorados (*Schutzgebiete*) na África e no

Pacífico Sul que em pouco tempo foram administrados como colônias. Apesar das dificuldades de extrair lucros relevantes dessas colônias, a política imperialista, com Guilherme II, assume contornos mais ofensivos. E nesse sentido as colônias de imigrantes alemães na América, com suas nítidas diferenças em relação às colônias e protetorados na África e Ásia, ocupam vital importância por serem entendidas igualmente como um prolongamento do Império no além mar. Em 1896, a revogação do restrito de Heydt, que teria dificultado desde 1859 a emigração de alemães ao Brasil, desperta o interesse de compensar os anos tidos por perdidos. (LISBOA, 2008, p. 96).

Em outro argumento citado por Lisboa, a autora avalia que existiu uma percepção diferenciada sobre a imigração dos alemães no sul do Brasil em relação às imigrações procedentes das demais etnias oriundas de outras nações. A percepção de Lisboa (2008) foi sobre o fato dos alemães serem o primeiro, e então naquele momento, o único grupo étnico europeu não-português a se estabelecer no país, posteriormente o Brasil passou a receber imigrantes dentre os demais concorrentes, ou aliados imperialistas da Alemanha.

É interessante notar que, no momento em que a Alemanha se apresenta no contexto europeu como ascendente nação, após a vitória da Guerra Franco- Prussiana, e assim luta pelo seu lugar entre os domínios extra-europeus, ela perde, por assim dizer, a sua especificidade como único grupo não português imigratório no Brasil. E é nesse contexto que as colônias de emigrantes alemães são vistas por muitos observadores através de uma lente imperialista. (LISBOA, 2008, p. 95).

Para esclarecer um pouco sobre os alemães, ou melhor, sobre as origens da construção ideológica da percepção de uma suposta eficiência alemã da chamada “cultura alemã do trabalho” ou de um “processo civilizador alemão”. Afinal, noções similares a essa existiam em outros grupos de imigrantes não-alemães que vieram para o Brasil, sendo que essas concepções foram construídas ideologicamente por razões óbvias, principalmente conforme uma observação de Seyferth (2002), considerando que essa obviedade tem a ver com a falta de “brasileiros” para o trabalho no processo da ocupação e colonização de determinadas regiões do Brasil.

Os problemas que marcam os assentamentos em áreas coloniais, portanto, transformam-se, no discurso étnico em símbolos de um *ethos* do trabalho pensado como inato, próprio da raça. Na verdade os imigrantes que participaram na fundação de colônias, oficiais ou particulares, receberam seus lotes em situação precária, e forneceram a mão de obra para a infra-estrutura de apoio – edificação de ranchos para abrigar as famílias durante a espera pela concessão da terra, abertura de estradas, demarcação de linhas e lotes coloniais, etc. A relativa ausência de brasileiros, por outro lado, ajudou a forçar a simbologia que cerca a concepção do “trabalho alemão”. (SEYFERTH, 2002, p. 14).

Em relação às questões nacionalistas, independente dos juízos de valores que foram sendo construídos sobre o “germanismo” durante o longo processo da imigração alemã no Brasil. Foram às relações econômicas existentes entre o Brasil e a Alemanha que durante o século XIX, sendo consideradas fundamentais, por criar raízes econômicas e sociais, e não somente ideológicas para a construção de pilares sólidos no início do século XX, conforme Rinke (2014).

Os interesses econômicos dominaram a relação entre Alemanha e o Brasil independente no século XIX. As cidades hanseáticas do noroeste da Alemanha e suas casas comerciais de um lado e o governo brasileiro do outro foram importantes atores no período inicial. Sob a superfície, também havia os emigrantes alemães que formavam as comunidades de colonos, especialmente nos estados sulistas do Império brasileiro. Apesar de seu início modesto na década de 1820, esses expatriados se tornariam pilares importantes da relação no século seguinte. (RINKE, 2014, p. 3).

Conforme demonstradas por Rinke (2014), as relações do Brasil com a Alemanha não foram tímidas, elas representavam importâncias econômicas significativas.

Em termos econômicos, as relações entre os dois países se mostraram cada vez mais estreitas desde o final do século XIX. A demanda alemã por produtos agrícolas como café, cacau, algodão, tabaco, arroz e açúcar era crescente devido ao aumento da população geral. Ao mesmo tempo, a Alemanha se tornou um importante fornecedor de produtos industrializados para o Brasil, onde, em alguns estados, as iniciativas industriais estavam apenas começando. Os estabelecimentos comerciais alemães, como a firma de corretagem de café Theodor Wille, em São Paulo, ou a Scholz & Co., voltada para os negócios da borracha, em Belém, foram atores influentes nesse setor. Elas contavam com o apoio de diversas linhas de navios a vapor que conectavam os portos do norte da Alemanha ao Rio de Janeiro e a São Paulo. (RINKE, 2014, p. 3).

Não poderia haver um ideal, muito menos algum suposto propósito imperialista dos alemães no Brasil, se não existisse alguma relativa perspectiva de prosperidade econômica que fosse de fato percebida para sustentar essa ideia.

Foi à perspectiva brasileira, criada na observação feita sobre a colonização alemã, de uma percepção histórica de certa expectativa de prosperidade nas projeções de melhora econômica e social, indicando alterações e mutações sociais e estruturais e projeções favoráveis no cenário social e econômico brasileiro que chamou a atenção.

Segundo Guerra (2012), um dos fatores (entre outros) dessa pretensa relativa prosperidade estava vinculada ao modelo de educação escolar que fora aplicado nas colônias alemãs.

A produção das colônias abasteceu os centros urbanos e deu surgimento ou fortaleceu a “cultura da carne”, representada pelos frigoríficos, a notável produção de laticínios e os churrascos dominicais. O sucesso das colônias gaúchas e catarinenses geralmente é atribuído a três fatores: os colonos foram beneficiados com uma política governamental mais eficiente, em termos de subsídios financeiros e suporte logístico, os imigrantes exibiam melhor nível educacional, algo sem precedente na história do país, e a distribuição igualitária dos lotes favorecia o sentimento de justiça e a auto-estima nas comunidades. Os colonos se integraram adequadamente na sociedade brasileira e os estados do Sul lucraram com o *melting pot* – eles exibem os melhores índices de qualidade de vida. (GUERRA, 2012, p. 74).

O excedente populacional da Alemanha não foi apenas direcionado para a imigração ao sul do Brasil, ou seja, o destino do excedente alemão não foi apenas direcionado para a América do Sul; o Brasil estava longe de ser o único alvo que existia como possibilidade na Alemanha para uma pretensa saída de cidadãos alemães, mas o excedente alemão fora enviado e destinado para várias nações espalhadas pelo mundo, principalmente aos Estados Unidos da América.

Porém, existiu um fator considerado diferencial relacionado com a imigração destinada para a América do sul, ou seja, algumas abordagens historiográficas apontam a existência histórica de expedicionários viajantes e “olheiros” que contemplaram a realidade sulamericana, indicando em seus relatórios que foram destinados aos pretensos imigrantes alemães, uma viável preferência pela América do sul em relação a outros continentes. É o exemplo particular, no caso do Paraguai, país em que se percebeu um interesse impar ao olhar de alguns alemães, segundo Maske (2004).

Por outro lado, a partir do início do século XX, começou a surgir na Alemanha uma série de livros de viajantes que falavam do Paraguai como um país de imigração. Robert Von Fischer-Treuenfeld, um entusiasta da imigração alemã para o Paraguai, falava que esse país era subestimado pelas companhias colonizadoras e que possuía um grande potencial econômico, sendo comparado em suas condições geográficas a um estado do meio-oeste americano, como Kansas ou Missouri, sendo capaz de abrigar centenas de milhares de imigrantes alemães. Fischer-Treuenfeld, em seu livro *Paraguay in Wort und Bil* criticava a imigração alemã concentrada na América do Norte, onde empresas e negócios alemães sofriam grande concorrência de seus congêneres americanos. Melhor seria, segundo ele, aumentar o fluxo para a América do Sul, onde havia espaço para o domínio econômico alemão, contando com o concurso dos imigrantes. Em outras palavras, defendia que se utilizasse as colônias alemãs como portas de entrada para a expansão indireta do capitalismo alemão na América do Sul. (MASKE, 2004, p. 59).

Na mesma linha de raciocínio que é demonstrado acima por Maske (2004), também é percebido por Lisboa (2008), mas a referência exemplar dessa autora para o destino dos imigrantes alemães é em relação ao Brasil, dentre outros, de fato, o Brasil foi um lugar considerado ideal para muitos alemães virem e desenvolverem suas vidas em comunidades alemãs na América do Sul.

Há várias opiniões que sustentam a ideia de o Brasil ser um dos países mais adequados para a imigração, se comparado com a África e os EUA. Segundo Moritz Lamberg, testemunha do período, estas regiões seriam a longo prazo insalubres para a raça caucásica e que a Europa, demasiadamente preocupada com a África e Ásia, estaria deixando de se ocupar do Brasil, negligenciando as imensas vantagens que o país oferece para vários tipos de empreendimentos. E o Brasil oferecia a sua região meridional como a mais adequada para os europeus do norte. A dificuldade de imigrar para os Estados Unidos da América, questão que Moritz Schanz também comenta na introdução de sua obra, tornaria o Brasil um país mais atraente ainda. Vallentin, no início do século XX, reitera essas vantagens. Nos EUA, os alemães se “nacionalizam” e acabam sustentando a potência concorrente. Já no Brasil, abre-se um mercado consumidor, expande-se a indústria, encontram-se novos parceiros comerciais. E, se comparado com a África, também prevalecem vantagens. Aqui se investe num país que já possui uma infraestrutura e não como nas colônias africanas, onde é necessário partir do zero. E vinte anos mais tarde, num período em que a Alemanha já havia perdido suas possessões africanas, o geógrafo Bernhard Brandt retoma o cotejo. Climaticamente o Brasil apresentaria vantagens imbatíveis e para o europeu ele seria menos insalubre que as terras tropicais africanas. (LISBOA, 2008, p. 97).

Existiram várias questões e motivos para incentivar alemães e descendentes virem para a América do Sul, e, em especial, para permanecerem no Brasil. Dentre elas, além dos fatores relacionados como clima, relevo, entre outros fatores, hipóteses e possibilidades. Lisboa (2008) mostra um elemento fundamental relatado por ela no aspecto da preservação da nacionalidade alemã, ou seja, a possibilidade de conservação da consciência patriótica alemã ser mantida por algumas gerações consecutivas no Brasil.

A única região em que o germanismo (*Deutschtum*) teria resguardado a sua “consciência patriótica” – e isto apesar dos imigrantes estarem já na quarta geração – era na América Latina subtropical e especialmente no sul do Brasil. (LISBOA, 2008, p. 96).

O ambiente germânico percebido em determinadas regiões no sul do Brasil foi, a princípio, o principal argumento utilizado, em que se construiu a fundamentação teórica do fenômeno que se chamou posteriormente de “perigo alemão”.

Devido às declaradas e evidentes pretensões imperialistas alemãs, desde cedo, o germanismo que foi percebido no sul do Brasil, causou não apenas um “estranhamento” que foi notório e chamou a atenção das autoridades brasileiras, mas principalmente pelos impactos sociais causado por elementos germânicos presente no país, inclusive, impacto esse foi acompanhado na percepção da influência econômica, política e cultural, segundo Rinke (2014).

Os principais argumentos sobre o significado dos alemães no Brasil foi seu potencial como compradores de produtos e serviços alemães, e seu potencial como representantes

interculturais do império alemão. Eles eram um exemplo vivo, por assim dizer, da superioridade da raça e cultura alemãs. Os participantes dos debates mencionavam igrejas e escolas como os principais instrumentos para dar apoio ao germanismo no Brasil. De fato, o Brasil era o país que de longe tinha o maior número de escolas alemãs no mundo inteiro. Entre as novecentas escolas alemãs que se acreditava existir no mundo, em 1914, cerca de seiscentas estavam localizadas nesse Estado da América do Sul. É claro que a maioria delas era o que diplomatas com condescendência chamavam de “escolas da selva”, pois não tinham ao menos um professor profissional. Somado a isso, o grande número de clubes alemães contribuiu para a sobrevivência de uma identidade alemã nesse país. (RINKE, 2014, p. 5).

No Estado do Rio Grande do Sul, ainda no tempo da Província, durante o período do Império, o espaço territorial para os imigrantes alemães se fixarem e desenvolverem seus projetos agrários, econômicos e civilizatórios ficou rapidamente “pequeno”, principalmente nas regiões em que ocorreu a primeira colonização alemã naquele estado em meados do século XIX.

Segundo Neumann (2006), as políticas governamentais no Rio Grande do Sul favoreceram empreendimentos particulares para a ocupação da terra com finalidades de colonização da região noroeste daquele Estado. Entre os empreendedores, alguns eram de capital particular alemão, voltados para uma colonização a se realizar também, entre outros, por colonos alemães.

Após quase meio século de estudos, o governo estabeleceu a primeira colônia de imigrantes no interior de Cruz Alta, em 1890. Tratava-se de Ijuí, formada por imigrantes de diferentes etnias. Naquele contexto, privilegiava-se a imigração espontânea, as companhias estrangeiras e aqueles particulares que, com seus próprios capitais, pudessem contribuir para o desenvolvimento da região. Na região noroeste da Província destacou-se na compra e venda de terras, com a finalidade de estabelecer colônias privadas voltadas para a produção agrícola, a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, de propriedade do editor alemão Herrmann Meyer. Efetivou as primeiras aquisições de terras a partir de 1897, nas circunscrições de Cruz Alta, Palmeira e Passo Fundo, formando as colônias Neu-Württemberg, Xingu, Boi Preto, Fortaleza, Erval Seco e Júlio de Castilhos. Seu projeto de colonização vinha ao encontro dos anseios da municipalidade de cruzaltense e do governo provincial. (NEUMANN, 2006, p. 3).

Dentro do processo de expansão da colonização alemã que ocorreu em considerável proporção em grande parte do território brasileiro, principalmente na região sul, incluiu o fato de que os imigrantes alemães não viam as fronteiras entre os países na América do Sul como um empecilho para frear o propósito da expansão colonial.

Afinal, além de alguns imigrantes alemães que vinham para o Brasil pela Argentina, destacamos que as primeiras colônias alemãs no Rio Grande do Sul já não proporcionavam terra disponível que fosse suficiente para toda a descendência dos colonos. Além do mais, segundo

Maske (2004), no Paraguai (próximo ao Estado do Paraná), os alemães encontraram uma aceitação mais amistosa, se comparado à encontrada no Brasil.

Em 1906, o explorador alemão Friedrich Mayntzhusen fundou uma colônia que levou o nome de Capitán Meza, com centenas de famílias teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul. A partir de 1911, iniciou-se um período de intensa fundação de colônias pelo vale do Rio Paraná, sempre com colonos do Brasil. Nesse mesmo ano, foi fundada a colônia Obligado; em seguida, Bella Vista, também com teuto-brasileiros. Deve-se notar que essa grande presença de teuto-brasileiros na colonização do Paraguai reflete o fato de que as frentes de colonização no sul do Brasil já estavam se esgotando, pois as regiões oeste do Paraná e de Santa Catarina já começavam a ser ocupadas por descendentes de imigrantes. Some-se a isso que as vantagens oferecidas pelas autoridades paraguaias eram muito interessantes. Além do que, no que se refere aos sentimentos xenófobos, que decerto forma eram sentidos no Brasil, não o eram no Paraguai, mesmo em se tratando do período da Primeira Guerra Mundial. (MASKE, 2004, p.60 - 61).

No Estado do Paraná, desde o fim do século XIX, houve uma considerável imigração alemã inicial na região leste, sul e posteriormente no século XX, durante a década de 1930, na região norte. Porém, mesmo no período anterior à década de 1930, apesar de não ser tão significativa, existiu uma imigração em menor número de alemães para a região de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, isso aconteceu antes da moderna colonização que se instalou no oeste do Paraná nas décadas de 1940-60.

O jornalista Ronildo Pimentel escreve em uma publicação no *Jornal H2foz*, de Foz do Iguaçu, um artigo com o relato de um livro da professora Elizabeth Neumann (pioneira da colonização alemã em Foz do Iguaçu), que no ano de 1928 um grupo de 29 famílias (entre alemães e holandeses) desembarcou em Foz do Iguaçu.

Em 1928, um grupo de 29 famílias desembarcou em Foz do Iguaçu depois de uma longa jornada em carroças a partir de Cruz Machado, próximo à fronteira com o estado de Santa Catarina. Antes disso, os colonos já haviam enfrentado sérias dificuldades, conforme narrativa da autora. Em 1911, meus avós maternos, Hermann Franz Taube e Joahne Martha, saíram da Alemanha, de Halle, junto ao rio Sale, frisa. (...) Meus avós paternos, Jan Niewenhoff e Janetje, juntamente com outros imigrantes, chegaram em 1912, no navio Frisia, vindo de Amsterdam (Holanda). (PIMENTEL, 2006, p. 2).

A expansão demográfica da colonização alemã pela América do Sul ultrapassou o conceito de fronteira. Para esses imigrantes, o importante era uma nova oportunidade e um lugar para recomeçar, apesar de serem comuns as narrativas sobre imensas dificuldades encontradas por esses imigrantes no início de uma nova colônia instalada. Destacamos que em nível geral, os

resultados da transformação social daquele momento não foram despercebidos, mas estiveram em notória evidência.

Mesmo com algumas ressalvas para serem consideradas sobre o tema, baseado nos autores consultados neste trabalho, podemos supor que a pretensão imperialista alemã na América do Sul foi de fato uma realidade histórica, de acordo com a nossa análise.

No entanto, mesmo sem o êxito dos nazistas (após a derrota na Segunda Guerra Mundial) em seu propósito de expansão imperialista, contando com as contradições existentes sobre as possibilidades de interpretação histórica sobre o tema, o partido nazista reconheceu ambições alemãs sobre a América do Sul.

Em uma observação posterior, durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, de acordo com Zarifi (2005), a própria chancelaria do partido nazista retrocedeu em suas políticas de guerra, e reconheceu, considerando inapropriada a utilização de termos conceituais alemães como *Grossraumpolitik* – grande espaço político – e *Grossraumwirtschaft* – grande espaço econômico – conceitos que declaram as ambições imperialistas alemãs sobre o globo, principalmente devido às dificuldades encontradas na política de guerra nazista, considerando inapropriada a utilização desses termos, gerando efeitos políticos negativos para a Alemanha.

Em 1942, porém, o uso público destes termos foi proibido. A linguagem da geopolítica de Haushofer que foi enriquecida com os termos do “grande espaço” ameaçava comprometer a propaganda de guerra do Reich. Essa era uma complicação séria e obrigou a chancelaria do Partido a intervir e dar diretrizes, suspendendo qualquer discussão pública ou estudo escrito sobre questões de “*Grossraumpolitik*” – grande espaço político – e “*Grossraumwirtschaft*” – grande espaço econômico – Estas foram graves e sensíveis questões, relacionadas à administração política e econômica, ao resultado da própria guerra e, portanto, somente o Führer tinha autoridade para falar ou escrever sobre elas. (ZARIFI, 2005, p. 139, tradução nossa).

Sobre o projeto imperialista alemão, principalmente se tratando de um planejamento que provavelmente deve ter existido, porém o desenrolar dos fatos históricos pesquisados sobre essa declarada pretensão de uma construção efetiva do imperialismo alemão na América do Sul, com a inclusão da região sul do Brasil no contexto, é um fato que historicamente nunca se consolidou.

Mesmo que a historiografia oficial tenha tratado de forma satisfatória a abrangência geral ligada ao tema, optamos em analisar em detalhes pormenores a intensidade desse suposto projeto imperialista alemão, tendo por objetivo uma análise das circunstâncias que envolveram

principalmente as questões ligadas a temas subalternos, como a imigração e colonização alemã no sul do Brasil.

### 2.3 A CIÊNCIA ALEMÃ, GEOPOLÍTICA E AS PARCERIAS COM O BRASIL

Desde o início século XX como nos dias de atuais, para qualquer país se desenvolver com características de uma nação próspera, além da pretensão dessa nação em produzir aumento de sua riqueza, sendo que, para que essa finalidade fosse alcançada, era necessário um investimento interno em áreas e setores estratégicos, tais como pesquisa, tecnologia e o desenvolvimento científico, independente do nível econômico e tecnológico em que cada nação se encontrava.

Mesmo nos tempos do Império, apesar da preocupação do governo imperialista com o processo de colonização, além de procurar obter um projeto que fosse mais eficiente na política de ocupação do território brasileiro e para a exploração extrativista e agrária do solo, e isso de forma mais eficiente e dinâmica. Por isso podemos sugerir que no contexto do longo processo histórico, político e econômico de desenvolvimento do Brasil, desde o início da República, os meios de exploração e ocupação territorial ainda não eram plenamente satisfatórios diante de algumas circunstâncias.

Apesar da tardia política de abolição da escravidão e a vinda de imigrantes da Europa, a mentalidade de um conservadorismo colonial escravista provavelmente ainda persistia nos tempos iniciais da República. Por essas dificuldades, entre outras percebidas, foi necessário, desde o início do período republicano, um projeto nacional, em especial, um projeto político para se investir em desenvolvimento científico.

Devido às dificuldades encontradas pelo Império, principalmente pela imensa área de seu território, pela necessidade que o governo imperial teve de povoar e explorar o território, essas dificuldades administrativas internas estavam relacionadas com as mudanças estruturais e políticas que ocorreram no período, principalmente, pelas adaptações governamentais e políticas no processo da transição do Império para a República. Nesse período, o Brasil precisou criar algumas alternativas para tentar resolver os problemas sociais e políticos ligados com a ocupação do território e as pretendidas expansões agrícolas.

Segundo Burlamaqui (2013), desde o final do século XIX, o governo republicano brasileiro tomou medidas direcionadas a investimentos em Ciência.

Inserido em um ideal modernizador, em fins do século XIX e início do XX, o governo brasileiro promoveu obras e financiou viagens científicas com o intuito de conhecer, ocupar e povoar todo o território nacional para torná-lo produtivo e aumentar o potencial econômico do país, sobretudo do interior. Para que isso fosse possível, estabeleceu alianças com instituições como o Instituto Oswaldo Cruz e o Museu Nacional. Essas viagens científicas acompanhavam obras de infraestrutura nas áreas de transporte e comunicação, e contribuíram para construir a imagem de abandono, por parte dos poderes públicos, das populações do interior do Brasil. A imagem que esses relatórios mostraram do Brasil era a de um país doente e que não possuía sentimento de nacionalidade, pois amplas parcelas da população encontrariam-se isoladas e abandonadas pelos representantes do governo. Com esses relatórios, as imagens anteriores idealizadas do brasileiro foram desmistificadas, tanto a ufanista, quanto a negativa. (BURLAMAQUI, 2013, p. 38-39).

Com o processo de ampliação de estudos das ciências naturais, entre os demais temas que foram objeto de estudos, fizeram parte os assuntos como “higiene racial” ou “eugenia”, Aliás, assuntos que passaram a ter um lugar cada vez mais destacado entre as ciências, principalmente se tratando da problemática de colonizar e “civilizar” o Brasil. Segundo Boarini (2011) em *A eugenia sob a lente de Lima Barreto* ela descreve sobre essa percepção nas questões raciais.

Para alcançar este objetivo foram inúmeras e variadas as propostas de encaminhamento, e nomes ilustres se apresentaram dispostos a assumir tal tarefa. ‘Grosso modo’, para resolver a falta de mão-de-obra qualificada, a saída encontrada foi o incentivo à imigração europeia; e para ‘salvar o país doente’ apresentaram-se os homens de ciência, sobretudo os médicos determinados a levar avante esta nobre ‘missão política’. Vale lembrar que é deste período, final do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento da ciência microbiana que elucida a conexão entre micróbios e doença, revelando a origem biológica da doença. As ciências naturais registram significativos avanços, e, mediante o desenvolvimento tecnológico (o microscópio, por exemplo) viabiliza-se a microbiologia. Os avanços da ciência biológica, imbricados às necessidades da industrialização e da urbanização já consolidadas na Europa, necessariamente, redirecionaram as políticas de saúde. Concomitantemente desenvolve-se a antropometria, que se constitui em uma série de técnicas para medir, comparar, classificar, interpretar a variabilidade das diferentes partes do corpo e da mente humana. Nas palavras de Blanckaert (2001) “A antropometria é um método estatístico de análise do corpo humano criado por volta de 1850 para precisar o lugar do homem na natureza e definir os caracteres das raças humanas”. (BOARINI, 2011, p. 79-80).

Sobre os estudos de eugenia no Brasil, desde a aplicação de disciplinas que tratavam sobre o tema no ensino básico, incluindo a elaboração de pesquisas científicas em nível acadêmico que foram incentivados pelas políticas governamentais, isso de fato foi uma realidade histórica, segundo Souza (2016). Sobre o tema, destacaram-se alguns cientistas eugenistas: “Dentre os eugenistas brasileiros, Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto destacaram-se como duas lideranças do movimento” (SOUZA, 2016, p. 96). Além de citar dois cientistas dentre principais nomes

relacionados como pilares deste tipo de estudos, Souza ainda classifica o Brasil dentro do cenário dos estudos científicos dessa natureza, sendo desenvolvido na América do Sul, colocando o Brasil como o país mais avançado nesse assunto.

Na América Latina, o Brasil não apenas foi o país que primeiro desenvolveu seu movimento eugênico, como também foi o que reuniu o maior número de adeptos e o que mais sucesso teve no processo de institucionalização da eugenia. Basta lembrar que a primeira sociedade eugênica criada pelos brasileiros, a Sociedade Eugênica de São Paulo, foi fundada ainda nos anos 1910 e contou com nada menos que 140 membros, a maioria formada pela elite médica do país. Entre os seus integrantes estavam figuras prestigiadas como Afrânio Peixoto, Arthur Neiva, Juliano Moreira, Antonio Austregésilo, Fernando Azevedo e Belisário Penna, além de escritores como Monteiro Lobato e o influente senador Alfredo Ellis. O movimento eugênico também foi responsável pela realização do primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e pela publicação do *Boletim de Eugenia*, periódico editado entre 1929 e 1934. Ainda no início dos anos 1930 seria fundada a Comissão Central Brasileira de Eugenia, que agregava um grupo de eugenistas e psiquiatras que atuava na Liga Brasileira de Higiene Mental, outra instituição que adotou o discurso eugênico como parte de seu ideário. (SOUZA, 2016, p. 96).

Entre os principais aspectos sobre a questão da eugenia no que diz a respeito ao referido artigo acima citado por Souza, está à descrição das conexões internacionais existentes e no envolvimento de cientistas brasileiros com os principais estudiosos internacionais do tema da eugenia, entre eles Felix Von Luschan, Rudolf Martin e o alemão Eugen Fischer.

O diálogo de Roquette-Pinto com a obra de Eugen Fischer, talvez a referência mais emblemática para o antropólogo brasileiro, manifestava ainda mais claramente a centralidade que a tradição científica alemã ocupava em seus estudos antropológicos. A pesquisa que Fischer realizara em 1908 entre os moradores de uma comunidade do Sudoeste da África, em região sob o domínio colonial alemão, é citada em quase todos os trabalhos desenvolvidos por Roquette-Pinto a partir dos anos 1920. Publicado em 1913 sob o título *Die Rehobother Bastards*, o livro formava uma volumosa obra sobre as características antropológicas dos diferentes grupos raciais daquela região, atentando especialmente para os efeitos da miscigenação entre os *Boers* (colonizadores alemães) e os nativos africanos. Sua pesquisa transformara-se rapidamente numa das obras mais reverenciadas entre seus pares, especialmente por ter sido um dos primeiros trabalhos a defender a aplicação dos estudos de hereditariedade humana como ferramenta essencial para a antropologia física e a eugenia. (SOUZA, 2016, p. 99).

A aproximação e a ligação de cientistas brasileiros com setores da ciência alemã não se limitaram a cientistas como Roquette-Pinto e Renato Kehl. Entre outros cientistas, citamos um renomado médico brasileiro que teve ligações profundas com a Alemanha, que foi Henrique da Rocha Lima (1879-1956), que ganhou projeção internacional ao desenvolver prolífica atividade

científica no Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo, entre 1909 e 1927, segundo Silva (2011, p. 18).

Henrique Figueiredo de Vasconcelos supervisionava a produção de soros e vacinas e dividia com Rocha Lima os trabalhos administrativos. Além das coleções de culturas bacterianas e preparados histopatológicos, Rocha Lima trouxe da Alemanha a expertise técnica fundamental para o bom andamento dos trabalhos em bacteriologia. É importante ressaltar que esta era uma ciência de caráter eminentemente prático e “artesanal”, que envolvia o treinamento nos delicados procedimentos de cultivo, coloração, preparação de esfregaços, observação microscópica, dosagem de soros, inoculação de animais, etc. O mesmo pode ser dito em relação à patologia. O fato de ter obtido esse treinamento numa das “fontes” nas quais haviam sido formulados aqueles procedimentos, certamente investia Rocha Lima de grande legitimidade frente aos demais colegas e a Oswaldo Cruz. Ele afirma que sua relação com este assumiu “o caráter de uma íntima colaboração”. (SILVA, 2011, p. 84).

Não foi apenas com os cientistas alemães que estavam ligados às áreas das ciências biológicas que existiram contatos e parcerias para o desenvolvimento de projetos científicos. Também existiram contatos e projetos em outras áreas do conhecimento.

Os estudos em Geografia foram considerados fundamentais para o objetivo de futuras pretensões imperialistas por parte da Alemanha, à abordagem em nosso caso, está especialmente relacionado com a Geografia Política alemã, posteriormente chamada de Geopolítica. É necessário entender um pouco as origens do pensamento dessa ciência que esteve relacionada com a geopolítica alemã enraizada no conceito do chamado *lebensraum* – espaço vital alemão – conceito desenvolvido originalmente a partir dos princípios da geografia política inspiradas em Friedrich Ratzel. Para entender um pouco sobre Ratzel e o conceito criado por ele, Consultamos uma citação dos autores Raggi, Mello e Rick (2008).

O homem precisaria então utilizar os recursos da natureza para conquistar sua liberdade que, nas palavras de Ratzel (1882), “é um dom conquistado a duras penas”. O progresso significaria o maior uso dos recursos do meio, logo, uma relação mais íntima com a natureza. Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por essa razão que a sociedade cria o Estado, segundo Ratzel (1882): “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. A análise das relações entre o Estado e o espaço foi um dos pontos privilegiados da Antropogeografia. Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e a existência de uma sociedade e a perda de território seria a maior prova de decadência desta. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, de conquistar novas áreas. Justificando essas colocações, Ratzel se utiliza do conceito de *Lebensraum* (Espaço Vital), este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades definindo, assim, suas potencialidades de progredir e suas premissas territoriais. (RAGGI; MELLO; RICK, 2008, p. 157-158).

Losano (2005) demonstra que Ratzel desenvolve de maneira pioneira os conceitos geopolíticos do *lebensraum*. Mais adiante, no século XX, quem prosseguiu sendo o pilar principal da geopolítica alemã foi Karl Haushofer, ex-aluno de Ratzel. Porém no período de Karl Haushofer a geopolítica alemã recebe outros ingredientes.

Desde 1896 Ratzel indicava na guerra o instrumento natural para a conquista do espaço vital. Na sua teoria, fica assim clara a influência do darwinismo social. Semelhante visão do mundo faz dele um consciente teórico do imperialismo europeu e, através da mediação de seu aluno Haushofer (do qual o texto se ocupará a seguir), um involuntário precursor do nacional-socialismo. (LOSANO, 2005, p. 12).

Para Losano (2005), não foi apenas ao leste europeu que a geopolítica alemã estava direcionada. A abrangência da geopolítica de Haushofer estava também direcionada para a América do Sul, para esse autor, que se utilizou dos escritos de Costa (2004), além do plano de recuperação do território perdido na Primeira Guerra no leste europeu, havia uma pretensão imperialista na América do Sul.

Outrossim, a geopolítica nacional-socialista influenciou diretamente a política exterior da Argentina e do Brasil. O recente livro do diplomata brasileiro Sergio Corrêa da Costa (1919-2005), dedicado à penetração nacional-socialista na América do Sul e, em especial na Argentina, pode ser lido também como um perfeito manual de geopolítica aplicada. Se os precursores destes estudos ofereciam uma visão da geopolítica *in the books*, com o nacional-socialismo enfrenta-se a geopolítica *in action*. Sergio Corrêa da Costa analisa a "guerra secreta" que a Alemanha nazista conduzia para poder usar as minorias alemãs na Argentina e no Sul do Brasil como "quinta coluna", para apoderar-se de toda a América do Sul. Efetivamente, nos anos Trinta, a Alemanha nacional-socialista estava realizando dois planos estratégicos, um mais antigo e teórico, outro mais imediato e militar. (LOSANO, 2005, p. 17).

Não sabemos precisamente até que ponto, ou qual foi a real proporção da pretensa “quinta coluna”, conforme citado acima por Losano (2005), aliás, assim também como de todo movimento organizado pelo nazismo no Brasil, do mesmo modo com as questões ligadas com a geopolítica alemã, realmente se consolidou da maneira e proporção conforme está mencionado acima por Losano (2005).

Podemos concluir que a organização nazista de fato existiu, e existe a documentação para provar isso, mas para avaliar a dimensão do projeto que posteriormente foi extinto (com a derrota alemã na guerra), ou avaliar em qual nível e intensidade e quais os tipos de natureza e de operações

que realmente foram desenvolvidas pelos nazistas no Brasil, isso é questão de objetividade para outro tipo de levantamento de dados ser realizado e avaliado em outra pesquisa.

Na Alemanha, entre os anos de 1924 e 1944. Havia a Revista Editada de Geopolítica chamada *Zeitschrift für Geopolitik – ZfG* – sob a liderança do general e geógrafo Karl Haushofer (1869-1946), conforme Da Silva (2003, p. 2). Essa revista foi o meio utilizado por Karl Haushofer para publicar e divulgar os seus conhecimentos e conceitos sobre geopolítica. Da Silva (2003) demonstra os resultados da dimensão da crise na Alemanha após a Primeira Guerra, e as consequências negativas do *Tratado de Versalhes*. Para a autora, isso contribuiu também naquilo que ela caracteriza ser um desenvolvimento ideológico de conceitos que se distanciavam de serem “científicos” e que terminaram, segundo a autora, em uma irracionalidade.

Essa crise tornou-se mais acirrada devido às obrigações do Tratado de Versalhes, que impôs à Alemanha fortes sanções econômicas e perdas de território e de autonomia em setores estratégicos, como o militar, após a Primeira Guerra Mundial. Parcelas significativas da população alemã engajaram-se, dessa maneira, na luta contra as imposições desse Tratado. Nesse sentido, o conseqüente recrudescimento da "questão nacional", pode ser entendido como um reflexo de todos esses conflitos que extrapolavam a reivindicação territorial. Por um lado, o país almejava encontrar um novo caminho que lhe garantisse a estrutura material básica, "perdida ou ausente", ou seja: o *Lebensraum* autárquico; por outro, buscava uma base espiritual que resguardasse os valores da "alma alemã", às vezes, expressos em termos de *Deutsche Kultur*, ou até mesmo da ideologia *völkisch*. Em ambos os casos a explicação geográfico-geopolítica, serviu de apoio à construção de um ideário cada vez mais distante da lógica e da racionalidade científicas. (DA SILVA, 2003, p. 3-4).

Segundo a observação acima citada de Da Silva (2003), em relação ao desenvolvimento científico que existiu na Alemanha sobre uma suposta negação, ou algum nível de distanciamento da “racionalidade científica”. Nos estudos sobre a geopolítica alemã, nesse contexto, não devemos deixar de observar que esse distanciamento científico alemão percebido por essa autora, deve se limitar principalmente no sentido “irracional” ao modo aplicado das imposições de cunho ideológico, político e cultural, sem negar de fato, uma eficiente dinâmica da Ciência alemã.

Para complementar o argumento de Da Silva (2003) sobre um eventual declínio científico alemão, inclusive gerando o desenvolvimento da suposta “irracionalidade científica”, no fim da década de 1930, percebemos que realmente se consolidou um isolamento da ciência alemã nazista em relação ao desenvolvimento da ciência internacional segundo Zafiri (2005).

A hostilidade nazista à ciência e à teoria incluindo a perseguição de milhares de estudiosos judeus proeminentes tirara das universidades do país algumas de suas melhores mentes,

danificando não apenas a ciência alemã, mas também a reputação do país no exterior depois da grande guerra. Por outro lado, porém, os acadêmicos alemão-judeus que encontraram novos cargos em universidades estrangeiras, geralmente em centros ingleses e americanos de ensino ou pesquisa de alto escalão, fortaleceram a reputação dos cientistas alemães de tradição nesses países. Em certas disciplinas, como a física, a partida dos cientistas mais destacados como Albert Einstein, Max Born, Victor Weisskopf, Lise Meitner e outros, foi um grande revés para a Alemanha e tiveram o acréscimo (embora não intencional) efeito de impulsionar o avanço da ciência inglesa e americana. Na biologia era semelhante. Richard Goldschmidt e Viktor Jollos foram dois dos mais geneticistas proeminentes que emigraram para os Estados Unidos, enquanto muitos outros foram demitidos e forçados a emigrar por razões políticas. A ciência alemã sofreu não apenas a grande perda de seu pessoal mais capaz em universidades e instituições de pesquisa. A eliminação das contribuições judaicas das revistas científicas. (ZAFIRÍ, 2005, p. 153-154, tradução nossa).

Não há como negar que houve um avanço alemão nas várias áreas do saber científico, principalmente percebido desde a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, apesar de que não podemos enquadrar isso no tema da “racionalidade científica”, os procedimentos administrativos do governo alemão ligados a políticas de controle, como por exemplo; aplicado ao rígido controle no cadastro interno de seus cidadãos, principalmente no processo em que esses procedimentos foram sendo inseridos nas políticas de desenvolvimento e de controle da população e na implantação dos princípios iniciais construtivos do nazismo alemão, principalmente observados após a Primeira Guerra Mundial, conforme uma profunda análise observada na autobiografia de Zweig (2014).

Só depois da guerra começou a destruição do mundo pelo nazismo, e como primeiro fenômeno visível essa epidemia espiritual do nosso século produziu a xenofobia: o ódio – ou pelo menos o medo – aos estrangeiros. Em todo lugar defendiam-se dos estrangeiros, por toda parte eles eram excluídos. Todas as humilhações que antes haviam sido inventadas exclusivamente para criminosos agora se impunham a qualquer viajante antes e durante uma viagem. Era preciso se deixar fotografar do lado direito e do lado esquerdo, de frente e de perfil, o cabelo cortado tão rente que se pudessem ver as orelhas, era preciso tirar todas as digitais, primeiros o do polegar, depois dos dez dedos, era preciso apresentar certificados, atestados de saúde e de vacinação, de bons antecedentes, recomendações, convites e endereços de parentes, garantias morais e financeiras, preencher e assinar formulários em três, quatro vias, e bastava faltar uma dessas tantas folhas para se estar perdido. (ZWEIG, 2014, p. 276).

Percebemos nos argumentos de Zweig (2014) acima citados, que as mudanças fundamentais que foram marcas significativas de uma transição temporal e histórica, em que a utilização de um controle rígido sobre os indivíduos que fora caracterizado na elaboração de inúmeros cadastramentos, acrescentando as imposições obrigatórias feitas, inclusive sobre fichas de saúde, cadastros genealógicos, entre outros, mostram o lado negativo de intenção da utilização

de uma considerada “racionalidade científica” por parte dos nazistas, nas mais diversas áreas, inclusive um controle rígido sobre os dados biológicos da população.

Antes da Segunda Guerra, existiu entre a Alemanha e o Brasil certo nível de intercâmbio e colaboração, principalmente ligado à ciência e aos projetos que incluíram expedições científicas que foram realizadas no Brasil. Silva (2013) relata que as expedições científicas ocorriam principalmente em assuntos ligados à biologia. Algumas destas expedições estavam voltadas para exames das condições de saúde dos imigrantes alemães em alguma colônia alemã no Brasil.

Entre março e maio de 1936, Ernst Georg Nauck e Gutav Giemsa, pesquisadores do Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo, percorreram a região de colonização alemã do Espírito Santo. O primeiro contingente de alemães havia chegado à região em 1847, e a corrente imigratória havia cessado por volta de 1880. O objetivo da expedição foi investigar as condições de vida e saúde da população teuta ali estabelecida, tendo em mira determinar se e em que medida ela poderia ser considerada da “aclimatada”, ou seja, se havia se adaptado ao local mantendo as características que distinguiriam a “raça” alemã, ou se sofrera degeneração nos trópicos, isto é, modificações negativas ocasionadas pelo ambiente tropical. Os pesquisadores justificaram o interesse pelos povoados do Espírito Santo por tratar-se de um dos poucos núcleos que se teriam mantido “racialmente puros” por cerca de três gerações. Junto com a observação das condições econômicas, sociais e culturais argumentaram seria possível determinar a extensão em que fatores climáticos e sanitários regeriam “a manutenção e o desenvolvimento da etnia transplantada para os trópicos”. (SILVA, 2013, p. 347-348).

A expedição realizada no Estado do Espírito Santo por Ernst Georg Nauck e Gutav Giemsa não foi à única expedição realizada por parceria de alemães e brasileiros, além de expedições científicas que foram feitas por propósitos diversos. Algumas chamaram mais a atenção, mas isso por causa das características e de objetividades relacionadas com as prováveis razões pela criação de projetos de institutos alemães, sendo que esses projetos expedicionários científicos estavam subordinados ao governo nazista da Alemanha em apoiar e inclusive financiar alguns desses empreendimentos no Brasil.

Durante a década de 1930, a Alemanha e os Estados Unidos disputavam as parcerias comerciais em relação ao Brasil, porém essa disputa estava, entre outros setores, principalmente no campo da geopolítica. Havia alguma liberdade para investimentos em expedições científicas que visavam fins de políticas imperialistas por parte da Alemanha, mas as imposições políticas impostas pela concorrência e rivalidade dos Estados Unidos interferiram e dificultaram posteriormente esses acordos, conforme demonstra Jaeckel (2017).

Obviamente existia uma rivalidade entre os interesses geopolíticos e econômicos da Alemanha e dos Estados Unidos no Brasil, porém o governo brasileiro conseguiu durante um breve tempo manter a sua política exterior em equilíbrio no que se refere às relações com as duas potências. (JAECKEL, 2017, p. 336).

Conforme demonstrado na citação acima de Jaeckel (2017) sobre o “breve tempo alemão”, assim também demonstraremos posteriormente neste estudo; que a partir de 1938, as inclinações brasileiras no contexto da concorrência dos Estados Unidos com a Alemanha, sendo que o Brasil se inclinou lenta e gradualmente para o lado estadunidense.

Talvez o maior acordo de colaboração científica dos governos alemão e brasileiro tenha ocorrido entre os anos de 1935 a 1937. Durante esse período, em uma ocasião especial, na região de fronteira norte do Brasil, em plena região do Rio Amazonas ocorreu uma expedição alemã conhecida como a expedição do Rio Jarí (um afluente do Rio Amazonas).

Otto Schulz-Kampfhenkel, Gerd Kahle e Gerhard Krause zarparam no dia 13 de junho de 1933 de Hamburgo rumo a Belém, aonde chegaram na primeira semana de julho a bordo do navio *Agira*. Eles tinham saído da Alemanha providos com os mais modernos equipamentos existentes à época na Alemanha nazista: um hidroavião, barcos infláveis, aparelhos óticos, estojo para dissecação, equipamentos para fotografar e filmar, aparelhos para gravação acústica, várias armas de caça e munição. Entre os objetivos principais constava o mapeamento topográfico da bacia do Rio Jari. Para a realização do mapeamento deste afluente do Rio Amazonas, a expedição utilizaria um hidroavião *Heinkel-Seekadett* que tinha o trem de pouso substituído por flutuadores fabricados em madeira compensada. (JAECKEL, 2017, p. 334).

Provavelmente, a expedição do Rio Jarí foi o “experimento científico” que mais se caracterizou com o cunho nazista e com pretensões imperialistas em caráter declarado e obviamente ligadas a geopolítica alemã. Jaeckel (2017) descreve algumas dificuldades e transtornos internos criados no ambiente da competição internacional, verificados nos bastidores das políticas internas do Brasil de Getúlio Vargas.

Em 1935, Claude Lévi-Strauss e outros cientistas franceses encontravam-se em São Paulo a convite da Universidade de São Paulo e gozavam de um status muito privilegiado comparado ao dos alemães. Mesmo assim, os anos 1935-1937 eram o momento mais propício para uma expedição alemã no Brasil, já que depois da proclamação do Estado Novo em 1937 a política havia mudado e, em 25 de fevereiro de 1938 foi proibida qualquer atividade da NSDAP-AO. Graça Aranha, político com clara tendência pró-EUA, foi nomeado ministro de assuntos exteriores. A realização da expedição aconteceu em uma época na qual o governo brasileiro tratava de manter um intercâmbio comercial intenso tanto com os Estados Unidos como também com a Alemanha, sendo os principais bens de exportação algodão e café, enquanto recebia armas e uma usina de aço dos alemães. (JAECKEL, 2017, p. 336).

Nas parcerias científicas do Brasil para com a Alemanha no período nazista após 1933, estão incluídas pesquisas ligadas com variadas expectativas econômicas. Entre elas, algumas voltadas para a indústria, outras para investimento em infra-estrutura, ou para exploração mineral, agrícola, química e biológica, incluindo questões militares e geopolíticas.

Entre as expedições científicas que ocorreram com a parceria alemã, estão algumas realizadas por Maack, principalmente a expedição do Rio Ivaí, em 1933-34, porém; sobre os objetivos, finalidades e os prováveis enquadramentos dessa expedição, são objetos que analisaremos posteriormente.

### 3. CAPÍTULO II – O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DA DÉCADA DE 1930

#### 3.1 A POLÍTICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930

No Brasil, a Revolução de 1930 não foi apenas um marco de transição temporal e política. Ela esteve acompanhada de um processo em que se alteraram os meios sociais e culturais, porém as transformações que ocorreram não se iniciaram com a revolução, mas as antecederam desde a década de 1920, pelo menos no aspecto cultural, conforme Lacombe (2008):

O processo de modernização cultural vivido pelo nosso país, com as novas tendências vanguardistas que se instauraram no Brasil a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, impulsionou mudanças significativas em nossas artes plásticas, na música erudita e principalmente na literatura. (LACOMBE, 2008, p. 149).

A Era Vargas, que durou de 1930 até 1945, foi com certeza, um período marcante para a História e para a historiografia brasileira, mas isso se deve às mudanças sociais e estruturais e os rompimentos dos processos políticos que ocorreram no período. Para aprofundarmos um pouco mais no tema e saber como aconteceram essas mudanças políticas e sociais que fizeram parte e inclusive antecederam o período da Revolução de 1930, precisamos averiguar como são avaliadas e contestadas as interpretações do processo revolucionário de 1930. Afinal, não há um consenso entre os historiadores sobre as interpretações do processo de ruptura, por isso recorreremos a um esclarecimento de D'Araújo (2017).

A Revolução de 1930 foi objeto de várias interpretações. Alguns a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar. Independentemente do caráter que se lhe queira atribuir, foi certamente um ponto de inflexão na política brasileira. (D'ARAÚJO, 2017, p. 23).

Para uma melhor abordagem do cenário político brasileiro sobre a década de 1930, recuamos um pouco na abordagem temporal para entender como o contexto político brasileiro se apresenta e o que acontece de relevante no período. Entre os eventos que se sucedem na década de 1920, percebemos que o tenentismo teve um papel fundamental daquela transição política que se desenvolveu, consolidando um ambiente em que os efeitos que foram percebidos posteriormente. A respeito disso, Fausto (1970) afirma:

Na década de 1920, o tenentismo é o centro mais importante de ataque ao predomínio da burguesia cafeeira, revelando traços específicos, que não podem ser reduzidos simplesmente ao protesto das classes médias. Se a sua contestação tem um conteúdo moderado, expresso em um tímido programa modernizador, a tática posta em prática é radical e altera as regras do jogo, com a tentativa aberta de assumir o poder pelo caminho das armas. Sob esse aspecto, embora inicialmente isolado, o movimento tenentista está muito à frente de todas as oposições regionais, ao iniciar a luta, em julho de 1922. (FAUSTO, 1970, p. 150).

Apesar das divergências interpretativas em relação à Revolução de 1930 com relação ao Governo Vargas, em especial com a relação à natureza autoritária demonstrada por esse regime, o que podemos de certa forma assegurar, é que houve de fato nesse processo, uma transição política.

Enquanto o regime da Velha República se desgastava, e a historiografia sugere e confirma que esse regime realmente estava em declínio, abrindo espaço para novos grupos sociais e manifestações políticas diversas, total ou parcialmente, o velho regime estava superado, sendo que esse processo é de conhecimento geral, inclusive isso também vale para o censo comum (não estudiosos ou historiadores) em chamar a República Velha de república do “café com leite”, porque, de fato, foi uma política de dominação dos Estados federativos de Minas Gerais e São Paulo.

Torna-se inviável expor qualquer comentário ou parecer sobre a Nova República, sem fazer uma análise do personagem central nessa nova fase da história por brasileira. Podemos averiguar um pouco sobre o histórico de Getúlio Vargas e o processo que o levou ao poder, conforme a anotação de Klöckner:

Herdeiro político de Borges de Medeiros, Vargas disputou, pela Aliança Liberal (MG, RS e PB), em 1º de março de 1930, a eleição direta para a presidência da República, tendo como vice o paraibano João Pessoa. No pleito, perdeu por diferença de 300 mil votos para o paulista Júlio Prestes, que fez 1 milhão de votos. Alguns meses depois, em 31 de outubro de 1930, Vargas entrou de forma triunfante no Rio de Janeiro, impedindo a posse de Júlio Prestes, marcada para novembro: era a Revolução de 30. Com uniforme militar, lenço vermelho no pescoço e chapéu de aba larga, em três de novembro, foi nomeado chefe do governo provisório, substituindo o paulista Washington Luís. Era o fim da República Velha, da política café-com-leite, alternando no poder, presidentes mineiros e paulistas. (KLÖCKNER, 2004, p. 4).

Com um propósito de repensar as possibilidades de interpretação do processo que ocorreu na referida transição da República Velha para a República Nova, apesar de admitir a veracidade do fim da política do “café com leite”, não podemos imaginar uma “revolução” que propusesse um final definitivo das oligarquias tradicionais e do “coronelismo”.

Esse processo é um pouco mais complexo, mas com certeza houve rupturas significativas, como afirma Carone (1976), relatando que a Revolução de 1930 provocou a queda de grupos tradicionais nos Estados brasileiros, ou seja: “A quebra do domínio oligárquico do café fez com que ascendessem ao poder novos grupos, não só agrários, mas também da classe média”. (CARONE, 1976, p. 7).

Nessa linha de pensamento, Carone explica que a quebra do domínio oligárquico do café e os conflitos de disputas entre as oligarquias com o tenentismo, deram margem para que outras classes (grupos novos) pudessem ter acesso ao poder, não apenas grupos agrários, mas também grupos vindos das classes médias.

Desde o início de década de 1930, portanto, partindo do relato acima citado por Carone, podemos perceber que houve um ambiente favorável para várias manifestações políticas.

As manifestações políticas, mesmo que fossem distintas entre si, porém permitiram determinadas classes e categorias se manifestar, apesar de Carone afirmar que em sua maioria, esses grupos representavam forças regionais; é a partir disso que percebemos um ambiente favorável à criação e estruturação de partidos políticos independentes, que começaram a ganhar espaço para se organizarem e desenvolverem seus projetos, a exemplo da AIB – Ação Integralista Brasileira – e também do PCB – Partido Comunista do Brasil – além de outras manifestações. As forças regionais ativas nesse período são mencionadas por Codato (2008):

Os conflitos políticos, em grande parte dirigidos pelas rivalidades e ressentimentos estaduais, são vividos através da linguagem ideológica peculiar a cada uma dessas forças, conforme se vê, por exemplo, na oposição entre a retórica do “tenentismo nacionalista” e o discurso do “regionalismo paulista”. Institucionalmente, a separação é mais nítida talvez porque traduza não estratégias diferentes, mas possibilidades ou capacidades sociais diferentes. Assim como os movimentos da contra elite (tenentes, comunistas, fascistas) são canalizados por organizações nacionais (o Clube 3 de Outubro, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, no caso), e estão orientados por plataformas também nacionais, os movimentos da elite são canalizados por seus próprios partidos estaduais, dos quais só abrirão mão à força, em defesa dos interesses (dos) políticos estaduais. Mesmo as associações entre facções rivais das oligarquias assumirão a partir de 1933 a forma – nova, mas não surpreendente – da “frente única” estadual: FUP, FURGS, Frente Única Mineira etc., o que é sintomático da permanência da sócio-lógica que sugeri. (CODATO, 2008, p. 24).

Sem negar a existência de um regionalismo assim sugerido por Codato (2008), as correntes e pensamentos políticos fizeram parte da vida intelectual cotidiana no Brasil. Se olharmos o exemplo da formação da AIB em especial sobre a produção literária de Plínio Salgado e de

Gustavo Barroso. Mesmo com as perseguições políticas e censuras estabelecidas pelo governo de Vargas contra os integralistas, os pensamentos políticos integralistas continuavam a ser divulgados e lidos, conforme Ramos (2015):

Porém, mesmo que não se leve isto em conta e considerando-se que o primeiro livro foi lançado em 1933 e os últimos em 1937, quando a AIB foi dissolvida por Getúlio Vargas, ainda assim há um número nada desprezível de obras publicadas em um curto espaço de tempo. (RAMOS, 2015, p. 643).

A liberdade popular e individual em se decidir por algum partido político ou ideologia, mesmo em nível de uma suposta profunda convicção, às vezes, chegando ao ponto de assumir uma militância, tal façanha ou liberdade, talvez tenha alguma conexão, ou esteja ligada com o fato de que, na década de 1920 houve um determinado avanço no processo da educação no Brasil. Isso pode ser confirmado por autores que descrevem a veracidade histórica desse processo: “A década de 1920 foi um período de grandes iniciativas na área da educação, correspondendo ao início das reformas educacionais cingiu um grande espaço para propostas em prol de um sistema organizado de educação pública” (SCHNEIDER; MEGLHIORATTI, 2012, p. 2).

As referidas autoras Schneider & Meglhioratti (2012) não se referem apenas a um processo educacional considerado normal (para a atualidade), mas também abordam temas polêmicos como a eugenia e o movimento eugênico de um modo geral, assunto que tinha relevância internacional e era considerado fundamental para as discussões sociais, acadêmicas e políticas daquele momento histórico:

Analisando a influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930, percebe-se que tanto na constituição de 1934 quanto na de 1937, foram incluídas propostas em relação aos ideais eugênicos para a educação. Por exemplo, constava na constituição de 1934, estimular a educação eugênica e adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis e promover a higiene social, enquanto, a constituição de 1937 propunha o caráter obrigatório da educação física em todos os níveis de ensino. Estes aspectos demonstram a influência do ideal eugênico, movimento ideológico que esteve pautado em um discurso cientificista e biológico, na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930. (SCHNEIDER; MEGLHIORATTI, 2012, p. 11).

O problema que podemos considerar mais relevante nessa questão da eugenia é que os assuntos como imigração e hereditariedade, assim conforme abordadas por Schneider &

Meghioratti (2012, p.7) faziam parte desse pacote educacional e propunha em seu conteúdo questões mais complexas ligadas a estudos étnicos raciais.

Baseado em princípios citados na introdução deste trabalho, relacionando um referencial teórico de Wolf (2005), que busca nas prováveis conexões existentes uma compreensão mais ampla dos processos sociopolíticos e econômicos que de alguma forma se encontram interligados. Focamos nossa atenção momentânea para o que aconteceu nesse período (década de 1930) na Europa, para entender as possíveis relações que existiram com os fatos que ocorreram no Brasil. A respeito disso, citamos parte de um texto da Dissertação de Silva (2007):

Na década de 1930 a ordem liberal está em crise. Um conjunto de eventos se acumulou acarretando o descrédito da doutrina liberal. À esquerda, os comunistas chegaram ao poder na Rússia, e tentativas malogradas de revoluções comunistas aconteceram na Alemanha; já à direita, os fascistas estão no poder na Itália. Espalham-se doutrinas que apregoam o Estado forte e o corporativismo. (SILVA, 2007, p. 15).

É preciso salientar que essas conexões entre a Ciência, política e economia fizeram parte de um processo social histórico. Nesse processo cultural brasileiro, existiram as inovações com as “importações” de ideias e de projetos políticos sociais procedentes originalmente das imigrações, ou seja, surgiram principalmente dos imigrantes oriundos da Europa. Mesmo porque, considerando que a literatura e jornais escritos e as informações que vinham pelo rádio e pelos jornais escritos, circulavam no Brasil e traziam todas as novidades da Europa.

Com a vinda de imigrantes que vivenciaram a realidade social europeia, isso contribuiu para um desenvolvimento intelectual em um ambiente mais politizado, algo que de fato ocorreu no período abordado. Percebemos que a revolução ocorrida e as alternâncias de grupos de poder, foram fatores que possibilitaram uma ascensão política das classes médias e do operariado, conforme demonstrado por Carone (1976, p. 95).

O novo cenário político do Brasil posterior a 1930 foi, de fato, mais diversificado. Essa diversificação era percebida principalmente nas atividades políticas, desde a classe operária, até classe burguesa ou ruralista.

Apesar de que no Brasil, principalmente em São Paulo, em virtude dessa diversificação de correntes políticas ter ocorrido, poderia ter existido uma projeção política no sentido de uma democratização do poder, porém, em nossa análise, se observamos o que acontecia de fato na realidade, foi que na ordem de sequência temporal houve um conflito entre as elites.

Esse conflito é fruto do processo demonstrado por Carone (1976) no exemplo na revolução de 1932. Afinal a realidade social brasileira ainda estava de certa forma limitada para outro caminho, isto é, de observar e ver as tendências dos eventos políticos no Brasil como reflexos de políticas internacionais conforme Carone: “A dualidade entre o imperialismo inglês e o americano volta a se manifestar em 1932, como choque entre senhores de terra e burguesia (de São Paulo) *versus* estancieiros do Rio Grande do Sul e fazendeiros de café de Minas” (CARONE, 1976, p. 254).

Apesar dessa observação, assim “tão breve” e aparentemente radical citada acima por Carone (1976), a política do “café-com-leite” com certeza também teve suas complexidades, seus atritos e discórdias, pois havia questões ligadas ao descontentamento de setores importantes da sociedade brasileira conforme demonstra Silva (2007). Essa citação descreve a formação de novos grupos emergentes que estavam se consolidando e modificando o cenário social e político do Brasil:

No Brasil não é diferente. A ordem liberal sofre intensas críticas por parte dos elementos novos da sociedade — os tenentes e o proletariado — como também das oligarquias insatisfeitas. Vale lembrar que Washington Luís, presidente da República em exercício, dá um mau encaminhamento a sua sucessão. Pelas regras do jogo da Política dos Governadores — também denominada “café-com-leite” — a próxima presidência cabia a um mineiro, mas ele insiste em um nome paulista, o de Júlio Prestes. (SILVA, 2007, p. 15).

Percebemos os “elementos novos” descritos acima por Silva (2007) e a existência de mobilizações com características populares, identificados em diferentes inclinações partidárias e simpatias políticas, que desde então são registrados e marcaram profundamente a década de 1930, indicando também, que eventos de natureza política que aconteceram no Brasil acompanharam os eventos e conflitos internacionais do período, sendo causadores de algumas agitações internas, conforme analisaremos mais detalhadamente adiante.

Outro fator que não podemos deixar de fora de nossa abordagem é sobre a crise de 1929, e a discussão da suposta falência parcial do sistema capitalista segundo Fausto (1970), e isso para trazer uma breve reflexão sobre os efeitos da crise internacional de 1929 no Brasil, principalmente aqueles que foram mais notórios na década de 1930, tendo os efeitos prorrogados inclusive até década de 1940. A respeito disso, consideremos um relato de Fausto:

Também aqui a crise de 1929 teve um papel importante, reforçando convicções autoritárias. Ela parecia demonstrar a falência do capitalismo, ou pelo menos de certo tipo de capitalismo, associado ao livre mercado e à democracia liberal; tanto mais que, no caso brasileiro como no dos outros países latino-americanos, a democracia liberal correspondia ao liberalismo oligárquico. Não por acaso a marca dominante do sistema político vigente entre 1930 e 1945 foi à ditadura autoritária, informal (Governo Provisório) ou formal (Estado Novo), cortada apenas pelos anos 1934-1937, em que as liberdades democráticas foram sendo suprimidas, após a tentativa de golpe do PCB, em 1935. (FAUSTO, 1970, p. 23).

Apesar dos distúrbios de ordem política que estiveram presentes no processo que levou Getúlio Vargas ao poder, se tratando da importância de projetos políticos para o Brasil, mesmo desde os tempos do Império brasileiro, um dos principais objetivos para a política do Brasil foi tentar resolver o problema de colonizar, ocupar, fazer o Brasil crescer, principalmente visando um crescimento da população em sentido demográfico, propondo uma melhor ocupação do país.

Na década de 1930, a importância dessa questão da colonização agrária continuava a ser um desafio, uma meta para se alcançar; afinal, “colonizar” era uma questão fundamental para qualquer que fosse o sistema de regime que administrasse o país. Nesse contexto, focalizamos a temática da política de Vargas em trazer imigrantes como uma das questões prioritárias e como uma política contínua para o período da década de 1930.

Para entender como o processo de imigração ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, precisa-se destacar que a *Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização* (CAIC), fundada em julho de 1928, como *Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil* (CGICB), através de uma iniciativa dos acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro conforme afirmam Priori & Bertonha (2015, p. 15).

Mesmo que o fluxo imigratório de estrangeiros vindos ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial tivesse sido inferior em relação ao período anterior ao evento do mencionado conflito conforme Priori & Bertonha (2015), existiu segundo esses autores, um encaminhamento por parte da CGICB para que os imigrantes fossem conduzidos para regiões onde se adaptariam em condições mais favoráveis, facilitando o processo de adaptação e colonização do Brasil.

A dinâmica da CAIC não se limitava apenas ao direcionamento do imigrante; essa Companhia passou a investir também na indústria, em especial na fábrica de adubos, conforme demonstrado por Oliveira (2009):

A CAIC foi uma empresa dinâmica, seus negócios não se restringiram apenas à colonização e imigração, prova disso foi a sua ação no setor industrial que consistiu em

criar duas fábricas de adubos, uma em São Paulo e a outra em São Carlos. Em carta do dia 24 de outubro de 1936 a Companhia escreve ao Presidente do Departamento Nacional do Café propondo o aproveitamento das cinzas do café que estava sendo incinerado por este departamento devido à superprodução do produto. (OLIVEIRA, 2009, p. 6).

As atribuições da CAIC serviram para vários propósitos, além da mencionada contribuição para o complexo industrial, também, inclusive, como colaboradora no processo para regulamentar a chamada “lei de cota”, conforme as leis gerais que foram impostas sobre as imigrações no ano de 1934, segundo Geraldo (2009).

Antes disso, uma das decisões de maior relevância na política imigratória nacional ocorreu com a aprovação da emenda que ficou conhecida como “lei de cotas”. Na Constituição de julho de 1934, o parágrafo 6 do artigo 121 determinava que restrições deveriam ser impostas à entrada de imigrantes com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. Essas restrições estipulavam o limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei. Ficou ainda proibida, de acordo com parágrafo seguinte do mesmo artigo, a concentração de imigrantes em qualquer parte do território brasileiro. Esse dispositivo legal, até agora bastante citado, mas pouco discutido nos estudos sobre o período, suscitou uma densa polêmica que extrapolou os debates da Assembleia Constituinte, espalhando-se pela imprensa e em publicações oficiais nos anos que se seguiram, e que repercutiu nos discursos e medidas do próprio presidente Vargas. (GERALDO, 2009, p. 176).

As políticas do governo de Vargas para imigrações durante a década de 1930 tiveram a parceria da CAIC, segundo o que Priori & Bertonha (2015) demonstram, inclusive a CAIC estabelece um contrato com a *Companhia Theodor Wile & Co*, representante da *Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-gesellschaft* da Alemanha.

Em abril de 1935 a Caic estabeleceu um contrato com a Companhia Theodor Wile & Co, na época representante da *Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-gesellschaft*. No acordo firmado, a companhia ficou responsável por intermediar a vinda de agricultores teuto-russos para introduzi-los nas lavouras do Estado de São Paulo. À *Hamburg-Südamerikanische* cabia a responsabilidade de receber os imigrantes nos portos em que se achavam na Alemanha, transportá-los com suas bagagens até o porto de embarque e, deste, ao porto de Santos, onde devia entregá-los às autoridades nacionais. (PRIORI; BERTONHA, 2015, p. 21-22).

A procura por imigrantes alemães fez parte das políticas brasileiras desde o tempo do Império, no início do século XIX segundo Seiferth (2002, p. 119). Durante o início da República Nova, as políticas de Vargas continuavam favoráveis à imigração, não apenas à imigração de alemães, como também de outras etnias. Essas circunstâncias foram proveitosas para firmar

parcerias com empresas alemãs, inclusive, o governo de Getúlio Vargas se mostrou favorável para parcerias com o governo alemão, como veremos mais adiante.

Para propor um resumo do cenário e dos eventos políticos da década de 1930 e início de 1940 no Brasil, recorremos a uma citação de Carneiro (1995).

No cenário político dos anos 30 destacam-se: a fundação da Ação Integralista Brasileira – AIB (1932) como partido de direita, de conotação fascista; a fundação da Aliança Libertadora Nacional – ANL (1934) como movimento política de esquerda, de tendência socialista; o levante comunista (1935); o golpe de Estado de 1937, que culminou com a instauração da ditadura por Getúlio Vargas; o levante integralista (1938) e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. (TUCCI CARNEIRO, 1995, p. 24).

De um modo geral, percebemos que as imigrações que ocorreram principalmente as procedentes da Europa, trouxeram transformações nos meios sociais e políticos.

### 3.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930

Sobre o comportamento do Brasil nas relações internacionais durante a “Era Vargas”, em especial, dos fatos observados na década de 1930, período que os Estados Unidos se esforçaram para recuperar sua economia depois da crise de 1929 e a Alemanha busca se reerguer como uma potência emergente. O Brasil, naquele período esteve no radar dos países mais desenvolvidos no cenário político e econômico internacional e, para ser um bom parceiro nos relacionamentos comerciais, também para eventuais projeções econômicas e políticas, portanto, foi um processo natural e obvio que esses países fizessem os protocolos no sentido de buscar um bom relacionamento com o Brasil.

Em relação aos planos particulares da Alemanha para a América do Sul, em especial ao Brasil, segundo Moura (2012), foram, principalmente, de natureza comercial:

Os planos alemães para com a América Latina (especialmente o Brasil) eram principalmente de natureza comercial. A Alemanha buscava novos clientes avidamente para melhorar suas condições econômicas internas. Suas importações consistiam principalmente de alimentos e matérias-primas industriais, ao passo que suas exportações se compunham em grande medida por bens industrializados. Ela detinha moeda estrangeira em quantias insuficientes para operar nos mercados internacionais com base no livre comércio. A partir do “Novo Plano” (ou “Schacht Plan”) de 1934, o governo alemão adotou uma série de medidas de proteção, incluindo a criação de uma moeda especial, dumping e acordos bilaterais de escambo (troca de produtos sob um sistema de quotas). O “protecionismo econômico” não era uma regra doutrinária, mas uma solução

ditada pelas circunstâncias. Entretanto, ele se ajustava bem à formulação racionalista do fascismo. (MOURA, 2012, p. 37).

Analisando outros autores, percebemos que as relações entre Brasil e Alemanha na década de 1930 são bem mais amplas. Maynka (2019) cita que também existiram acordos militares entre o Brasil e a Alemanha:

Além da política anticomunista defendida tanto pelo novo governo nazista da Alemanha como pelo regime autoritário recém-instalado no Brasil, houve interesses comuns na área de negócios de armamento. Em junho de 1933, a empresa Louis Soest & Co., com sede em Düsseldorf, na Alemanha, enviou um catálogo de máquinas de fabricação de canhões, por meio da Legação em Berlim, às repartições responsáveis no Brasil. No início de agosto de 1933, a chegada do catálogo foi confirmada, entregue ao Ministério de Guerra e ao chefe da Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira (AHI, 1913). No dia 12 de janeiro de 1934, a Missão brasileira em Berlim informou o secretário-geral do Itamaraty, Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda (1880-1950), sobre o envio de materiais bélicos. Foram embarcadas, no dia 29 de novembro de 1933, para o porto de Santos pelo vapor Monte Sarmiento, “[...] caixas contendo estopim, consignadas à firma Juvenal Franco & Cia. E 2 caixas do mesmo material consignadas a Rieckmann & Cia” (AHI, 1934), como pelo vapor *Holstein* “[...] 5 caixas com 450 quilos de estopim branco e 920 quilos de estopim preto, consignadas a Zerrenner, Bulow & Cia Limitada”. (MAYNKA, 2019, p. 20).

Peter Maynka (2019), ao descrever as atividades da Legação brasileira em Berlim, cita as relações comerciais entre a Alemanha e o Brasil. Percebemos, nesses relatos documentados, que essas relações eram bem abrangentes.

A Legação brasileira em Berlim atuou na área do comércio entre o Brasil e a Alemanha como elo de negociação, estabelecendo contatos, mediando negócios e providenciando a realização prática deles. No início da década de 1930, a Legação participou, entre outras, de ações que envolveram a ratificação de um Tratado de Comércio entre Brasil e Alemanha. Dessa forma, negociações longínquas sobre um Tratado de Comércio entre o Brasil e a Alemanha, iniciadas ainda nos tempos da República de Weimar, chegaram, finalmente, em novembro de 1933 a um termo. Esse tratado havia sido assinado, em 22 de outubro de 1931, no Rio de Janeiro. Após uma longa fase de verificação pelo governo alemão, o Ministério alemão das Relações Exteriores informou, no dia 3 de novembro de 1933, a Legação brasileira sobre o consentimento do governo do Reich. No dia 20 de novembro, o ministro plenipotenciário recebeu os documentos de ratificação pelo governo alemão do Acordo Comercial, entregando, por sua vez, a este os documentos ratificados pelo governo brasileiro. Com essa troca dos documentos de ratificação, o Acordo Comercial entrou em vigor no dia seguinte, 21 de novembro de 1933, com a duração de dois anos. (MAYNKA, 2019, p. 21).

A relação entre a Alemanha e o Brasil de certa forma foi intensa, porém como os indicadores políticos apontavam no sentido de que no final da década de 1930 a Alemanha estava se preparando para uma guerra, segundo Mainka (2019), essas relações foram esfriando.

No início da década de 1930, enquanto os dois governos de Getúlio Vargas e Adolf Hitler ainda não tinham consolidado o seu poder e definido, categoricamente, os seus objetivos, surgiu por um momento a possibilidade de parceria internacional entre os dois Estados contra o fantasma comunista e em favor de uma política autoritária e nacionalista. No entanto, esse momento passou rapidamente. As expectativas econômicas que o Brasil havia depositado até 1938 na Alemanha não se realizaram: com a política brasileira de nacionalização, em detrimento dos colonos alemães no Brasil, emergiram tensões e atritos entre os dois Estados; além disso, o fato de que o governo nazista estava se preparando, sem quaisquer escrúpulos, para uma guerra, pôs fim definitivo a uma cooperação mais estreita. Finalmente, encontraram-se o Brasil, sob a forte pressão dos Estados Unidos, e a Alemanha em campos militares opostos na Segunda Guerra Mundial. (MAYNKA, 2019, p. 25).

Durante a década de 1930, segundo Mccann (2018), houve concorrência dos Estados Unidos e da Alemanha para competir em negociar com o Brasil. Apesar da política mais próxima dos Estados Unidos, houve da parte do Brasil um acordo econômico da utilização da política chamada de “marcos de compensação”, política que, segundo Moura (2012), foi chamada de *Schacht Plan*. Um plano que favoreceu a Alemanha, conforme Júnior (2013):

A utilização dos “marcos de compensação” ajudou a fazer com que a Alemanha saltasse para o 1º lugar em volume das importações realizadas pelo Brasil naquele período, indo de 14,02% do total das importações brasileiras, em 1934, para 25% em 1938 (BANDEIRA, 2011, p. 64). Outros fatores, como prazos de pagamentos mais largos e o estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira, aproximaram as relações entre a Alemanha e o Brasil, que tentava diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos em sua balança comercial. (JÚNIOR, 2013, p. 15).

Para entender como surgiu o acordo comercial dos “marcos de compensação” dentro de um processo de avanço e consolidação das políticas comerciais da Alemanha nazista para com o Brasil de Vargas, recorremos a Carvalho (2014):

Em 1934 foi criado o Novo Plano, que tinha dois objetivos: que fosse aceito o comércio nos marcos do escambo (troca de matérias primas por produtos industrializados), e que o comércio fosse de acordo com as necessidades de consumo da Alemanha. Com a adoção do Plano (conhecido como Plano Schacht), o governo assumiu controle total sobre as importações. O comércio se daria principalmente pelo uso de marcos de compensação, também conhecidos como marcos Askí (abreviação de Auslander-Sonderkonten für Inlandszahlungen que significa Contas Especiais de Estrangeiros para Pagamentos Internos). (CARVALHO, 2014, p. 111).

Com a finalidade de entender os procedimentos adotados pelo governo brasileiro, precisamos, primeiramente, compreender um pouco sobre as táticas e as estratégias desse homem

político e gestor, que foi Getúlio Vargas. Para introduzir um pequeno relatório sobre a habilidade política de Vargas, citamos Hilton (1983):

Sob o ponto de vista político, Berlim encarava o Brasil basicamente como um país amigo. O presidente-ditador Getúlio Vargas provava ser um líder astuto e calculista, cuja a apreciação das realidades nacionais costumava ser fria e isenta de emoção. Conservador esclarecido, Vargas sobreviveu a uma guerra civil em 1932, um levante vermelho em 1935 e um *putsch* integralista em 1938, e era famosa a declaração “Nunca tive um amigo que não pudesse se tornar um inimigo ou um inimigo que não pudesse tornar-se um amigo”. (HILTON, 1983, p. 30).

Na demonstração clara e evidente das características empreendedoras de visão política de Getúlio Vargas, assim conforme apontadas por Hilton (1983), percebendo-as e esclarecendo sobre o exemplo da capacidade de gestão e de astúcia de Vargas.

A habilidade em negociar sem se preocupar com prováveis amigos ou inimigos e a aproximação da Alemanha com o Brasil, principalmente na segunda metade da década de 1930, fizeram parte das estratégias do governo de Vargas.

Assim também demonstra Stumpf (2010), ao afirmar que nesse período houve inclusive, uma superação no comércio brasileiro com a Alemanha em relação ao comércio com os Estados Unidos da América. No entanto, esse avanço da Alemanha em relação ao Brasil não esteve apenas limitado a ações comerciais.

O avanço dos países do Eixo em direção à América Latina, principalmente o aumento da presença comercial e da influência ideológica alemã em solo brasileiro, preocupavam os Estados Unidos. No que diz respeito às relações teuto-brasileiras, conforme Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, no período de 1934-1938, a posição norte americana no Brasil foi ameaçada e mesmo suplantada pela de sua concorrente, em 1936, 1937 e 1938, no referente ao valor das importações brasileiras, assim como cresceram, na mesma época, as exportações brasileiras para a Alemanha. (STUMPF, 2010, p. 87).

A Alemanha tinha extrema necessidade de ampliar suas relações comerciais devido à intenção de se tornar forte, competitiva e dominadora. Os eventos observados após a década de 1930, que resultaram na Segunda Guerra Mundial, confirmam essa ambição alemã e as suas consequências catastróficas na referida guerra.

Os Estados Unidos da América não ficaram despercebidos, mas se precaveram de todas as formas para se prepararem para qualquer outra crise que pudesse acontecer. A estruturação

alemã deixou os Estados Unidos atentos para os eventos da Europa, sem desviar a atenção da América Latina, conforme demonstra Stumpf:

Enquanto essas mudanças estavam ocorrendo, preocupações sobre a segurança nacional começaram a exercer uma influência crescente sobre a política dos Estados Unidos em relação à América Latina. A partir do momento em que Hitler solidificara seu poder nas eleições alemãs, no dia seguinte à posse de Roosevelt, o governo imediatamente disparou os primeiros alarmes. (STUMPF, 2010, p. 87).

Dentre os mencionados alarmes que dispararam nos Estados Unidos em relação ao Brasil, não podemos descartar em hipótese alguma, que uma das causas foi o acentuado interesse dos alemães no Brasil, conforme demonstra Stumpf:

Para o desagrado estadunidense, o referido movimento do comércio exterior nacional em direção à Alemanha não só ameaçava a hegemonia comercial dos Estados Unidos no Brasil, como também mostrava uma tendência mundial do governo alemão: ampliar seus mercados consumidores e buscar novas fontes de matérias-primas para abastecer o parque industrial germânico. (STUMPF, 2010, p. 87).

O Brasil e a Alemanha tinham interesses em comum, pois ambos precisavam se consolidar como fortes em seus continentes, cada um na sua realidade na escala do poder mundial. Para descrever o tipo de relação que existiu entre a Alemanha nazista e o Brasil de Vargas, citamos Forster (2010), para descrever a intenção e os propósitos em que essas relações se sucederam:

O Brasil esperava que Hitler fornecesse o apoio necessário para se tornar parte do mundo industrializado, que era visto como uma grande oportunidade para o avanço. Para isso, o Brasil precisava de tecnologia e dinheiro, ambos deveriam vir da Alemanha. Em troca, a Alemanha estava interessada nas matérias-primas brasileiras, raras e caras. (FORSTER, 2010, p. 112, tradução nossa).

As relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha durante a década de 1930 estiveram bem ativas e acesas. Para Perazo (1999), a afinidade e a simpatia do Brasil para com o regime nazista da Alemanha aconteceram com normalidade até 1938. Para essa autora, as relações entre o Brasil e a Alemanha tomaram outro rumo a partir desse ano.

Também em 1938, as relações entre o Brasil e a Alemanha se fizeram estremecidas, chegando mesmo a afetar a vida dos alemães aqui residentes, principalmente daqueles que dependiam economicamente das empresas e do governo alemão. Um pequeno incidente levou o embaixador alemão, Karl Ritter a se desentender com Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores. (PERAZO, 1999, p. 39).

Apesar de Perazo afirmar que em 1938 foi o ano de alteração na postura política do Brasil em relação à Alemanha e também em relação às políticas adotadas aos imigrantes alemães que estavam no Brasil e aos seus descendentes, pelo menos no que se referem ao comportamento do governo Vargas, porém outros autores, assim como Mccann (2018), demonstram a continuidade da postura de uma neutralidade política de Vargas, mesmo depois do início da Segunda Guerra Mundial, em 1939:

As conversas de Vargas com o embaixador alemão foram frequentemente interpretadas para mostrar que ele estava jogando dos dois lados e como um notável historiador brasileiro expressou: “a expectativa, na época, era de que o Brasil estaria do lado dos países do Eixo”. A visão do oficial alemão em junho de 1940, foi que Vargas, “apesar dos protestos de amizade,” estava rejeitando a política norte-americana [...] em antecipação da derrota da Inglaterra e o resultante enfraquecimento de Roosevelt e a orientação da política brasileira para o comércio com a Alemanha e a Europa. (MCCANN, 2018, p. 43- 44, tradução nossa).

Apesar de reconhecer que houve uma mudança no comportamento político brasileiro em relação à Alemanha, conforme Perazo (1999), mas parece que o efeito ficou limitado internamente no tocante à política de controle de imigrantes alemães e a ações sociais de igrejas e empresas alemãs que estavam no Brasil; já na política externa, em conformidade com a citação acima de Mccann (2018), Vargas não abre mão de um jogo duplo, ou seja, de ser favorável a negociar com a Alemanha e com os Estados Unidos ao mesmo tempo. Hilton (1983) demonstra a continuidade dessa postura “astuta” de Vargas:

Nos dois anos seguintes, o perigo da neutralidade hemisférica, uma intensa rivalidade entre o Reich e os Estados Unidos criou uma oportunidade clássica para um líder maquiavélico como Vargas. O interesse de Washington pelo Brasil era agudo, uma vez que os planejadores militares norte-americanos, alguns meses antes do início das hostilidades na Europa, decidiram incluir o Nordeste brasileiro na zona de defesa dos próprios Estados Unidos. Consequentemente, o estabelecimento de bases naquela região era vital para a segurança norte-americana. As matérias-primas estratégicas que o Brasil possuía em abundância contribuíam para a prioridade que a questão assumia na política hemisférica de Washington, cujo objetivo era prevenir uma possível mobilização da grande comunidade alemã no Brasil pelos nazistas. (HILTON, 1983, p. 31-32).

Na referência acima, Hilton abre possibilidade de outra discussão, isto é, sobre os imigrantes alemães no sul do Brasil. Levanta-se uma discussão sobre um eventual apoio político

dessa comunidade à Alemanha no período nazista, pelo menos na preocupação estadunidense na observação mencionada por Hilton (1983), se é que, de fato existiu essa comunidade.

Não há como negar que existiram manifestações pró-nazistas no sul do Brasil, mas a intensidade desse envolvimento precisa ser esclarecida, principalmente pela complexidade do tema. Certamente não há possibilidade na hipótese da dinâmica de uma população de origem alemã que tivesse unidade de pensamento, ou seja, que pensassem e agissem de um mesmo modo ou que tivessem unanimidade de postura, opinião e organização política e social.

Consideramos o longo período e o distinto processo em que a imigração alemã aconteceu no sul do Brasil, conforme os dados de historiadores que discutem esse tema e discorrem sobre o assunto, como Seiferth (1988 e 2002), Lisboa (2008), Gertz (1991 e 2015) ou ainda o excelente trabalho do antropólogo Emílio Willems (1946), entre outros, que podem ser incluídos nessa discussão, assim como nela ainda podemos inserir o próprio Maack (1939).

A princípio, dificilmente conseguiremos chegar a um denominador comum sobre esse tema, mas buscaremos informações e fatores que ampliem a discussão, por ser nosso objetivo com o propósito de um melhor esclarecimento do assunto.

Em se tratando das relações políticas internacionais voltadas para a América do Sul, que envolveram o governo Vargas na década de 1930 com os demais países do continente sul americano, percebemos que não houve maiores problemas nesse período. Pelo menos não existiram crises que poderiam ter o resultado de uma catástrofe do modo como aconteceu na Europa. Porém, podemos observar um ponto de discórdia, ou disputa econômico-política, segundo Seitenfus (1985), as disputas sul-americanas, pelo menos em relação com o Brasil e a Argentina, ficaram limitadas no campo da influência do Rio Paraná.

As relações argentino-brasileiras não são entravadas por problemas e litígios intransponíveis. Em vários níveis existe mesmo uma verdadeira cooperação. De resto, não existe qualquer reivindicação territorial mútua e mesmo o rio Paraná - ponto de discórdia atualmente - não suscita qualquer problema de navegação ou de controle das águas, no início da década de 30. Restam, então, apenas as rivalidades de poderio e de influência, caras aos militares dos dois países. Nesse sentido, os programas de armamento de cada país são seguidos com atenção pelo outro, o que provocará alguns desentendimentos a partir de 1936-1937. (SEITENFUS, 1985, p. 67).

Conforme a citação acima, Seitenfus (1985) deixa um panorama sobre a América do sul, em especial, sobre as relações brasileiras com os demais países do continente sul-americano na década de 1930, ou seja, destacando e confirmando que o único problema mais relevante que fora

apontado e que podemos considerar um pouco mais complexo e passivo de uma investigação é sobre a navegação do Rio Paraná. É justamente aí que ocorre o problema ligado às *obrages* e à exploração da erva-mate por empresas de capital mistas, geralmente formadas por brasileiros, argentinos e ingleses segundo Wachovicz (1982).

### 3.3 O PARANÁ ATÉ A DÉCADA DE 1930

Se pensarmos sobre o processo de longa duração em que ocorreu a ocupação humana no interior do Estado do Paraná, primeiramente é necessário ver o Paraná como um lugar de significativa presença indígena. Segundo Mota (2012), a ocupação humana em proporções maiores da bacia do Rio Paraná é datada pela arqueologia em aproximadamente 2500 anos antes do presente: “Por volta de 2.500 anos antes do presente (AP), agrupamentos maiores da população passaram a ocupar a região onde hoje é o Paraná. Uma dessas frentes ocupou a bacia do Paraná e depois se espalhou pelos seus afluentes...” (MOTA, 2012, p. 22). Mesmo depois da expulsão dos jesuítas pelos bandeirantes no século XVII, a presença indígena continuava a ser uma realidade histórica no território paranaense nos séculos XVIII e XIX, conforme Mota (1994).

O atual Estado do Paraná, em seu processo político e histórico, já foi denominado de Capitania de Paranaguá, categoria à qual foi elevado em um processo que se sucedeu entre 1660 a 1770 (MOTA, 2012, p. 61). Em meados do século XIX, período em que aconteceu a “Revolução Farroupilha”, segundo Mota, os liberais da Quinta Comarca em Curitiba, cooptados pelo Barão de Antonina, não aderiram ao movimento dos liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que estavam revoltados com a política conservadora do governo central. Isso favoreceu o Governo Imperial a negociar com os liberais curitibanos a emancipação da Comarca. Assim se consolidou a Província do Paraná:

Dessa forma, retomou-se em 1843 ao projeto de emancipação da Quinta Comarca na Assembleia Geral Legislativa no Rio de Janeiro. Entre idas e vindas, conseguiu-se aprovação em 2 de agosto de 1853, elevando a Quinta Comarca de São Paulo à categoria de Província do Paraná. A instalação oficial foi realizada em 19 de dezembro de 1853, onde tomou posse o primeiro presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, tendo Curitiba como capital. (MOTA, 2012, p. 62).

Desde os tempos do Império e da Província do Paraná durante o século XIX, existiram projetos de desenvolvimento para o interior paranaense. Além da preocupação em povoar a região,

garantir o território, mas, principalmente, o de explorar as potencialidades do interior do Paraná, inclusive projetos de construção de ferrovias que incluíam uma projeção comercial de proporção internacional para a região, conforme relatam os documentos da época:

Nos estudos da viação férrea que o Governo mandou fazer para Matto Grosso, se encontrará minuciosas informações sobre essas regiões que aproveita grande parto da projectada estrada. Nas margens do Paraná e Piquiry, completamente desertas, são ubérrimas e só pedem braços para cultivar-as. Nas proximidades da confluência do Piquiry, no Paraná, está o gigantesco Salto de *Guayra* ou das *Sete quedas*, talvez o mais importante do mundo. O illustrado engenheiro Tourinho projectou uma estrada de ferro, que, partindo do littoral do Paraná, atravessasse todo o território desta provincia, seguindo pelo valle do Piquiry, transpuzesse o rio Paraná sobre o Salto do Guayra, cujas margens são muito elevadas e têm apenas 60 metros de largura, e d'ahi, atravessando o Paraguay e Bolivia, terminasse no porto de Arica, no Pacifico. Seria a estrada internaciona mais curta e vantajosa para o Brazil. (NOTICIA SOBRE A PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1887. p. 9-10).

O Engenheiro Tourinho na citação acima na realidade é, conforme uma citação de Tourinho (2017): “Francisco Antonio Monteiro Tourinho, filho do Coronel Francisco Antonio Touriño (assim assinava o seu nome) e Sra. D. Maria Carolina Monteiro Tourinho, nasceu na região de Niterói (Fazenda do Imbuí), na província do Rio de Janeiro, em 8 de agosto 1837” (TOURINHO, 2017, p. 43). Portanto, não se deve confundi-lo com o Interventor do Paraná Mario Tourinho, que em tempos posteriores, já na terceira década do século XX, renunciou ou foi demitido, conforme Wachowicz (2016, p. 288), do cargo de primeiro Interventor após a Revolução de 1930.

Apesar de muitos prováveis esforços feitos pelas autoridades governantes, a missão de povoar e colonizar o sertão paranaense, era uma questão desafiadora para ser consolidada; afinal, havia dificuldade para explorar o solo no interior do Estado, de extrair e transportar as riquezas existentes para os centros comerciais, pelo menos no modelo econômico do padrão europeu de entender e de praticar políticas ligadas à economia. Era necessário muito mais do que um simples esforço de vontade política, além de grandes investimentos financeiros. Seria necessário todo um empenho no sentido de tornar possível alguma forma de ampliar e promover a ocupação humana no interior do Paraná, para que trouxessem os resultados que a cobiça dos empreendedores exigia.

No processo histórico da ocupação humana do terceiro planalto paranaense, que compreende as regiões norte, oeste e sudoeste do Paraná no século XX, em se tratando, principalmente das primeiras três décadas, além da presença indígena e das explorações de erva-mate e madeira por empresas estrangeiras ou de capital misto, percebemos que além do então considerado moderno sistema de colonização, que fora iniciado no norte do Paraná na década de

1920, anteriormente houve uma ocupação do território nessa região, e em outras regiões no interior do Estado, mas que não fora considerada um “modelo desejável” de colonização, pelo menos para os planos do governo para a região, pois conforme Bernardes (1953) praticou-se uma exploração de modo primitivo, sem grandes retornos ou resultados que fossem considerados positivos, pelo menos no ponto de vista dos administradores públicos:

Estudando a marcha do povoamento no 3º planalto do estado do Paraná, somos levados a distinguir em seu processamento duas modalidades distintas. Em alguns casos houve apenas um avanço lento e gradual do povoamento, sem dar origem a nenhum movimento importante de população, nem à formação rápida de numerosas cidades e vilas. Êste movimento, interrompido, às vezes, por um certo período, para depois ser reencetado, do ponto de vista econômico não teve grande significação, pois não chegou a representar aumento real de riquezas. Foi esta a situação dominante no oeste do estado, onde as terras devolutas ou particulares que margeiam as vias de penetração foram sendo ocupadas por pioneiros caboclos que aí praticaram, por algum tempo, uma agricultura primitiva, embrenhando-se, depois, mais adiante na floresta. A êste tipo de ocupação espontânea e desordenada corresponde a penetração verificada desde o comêço do século ao longo da estrada para Foz do Iguaçu, bem como no divisor Xopim-Iguaçu. O mesmo se deu ao norte e noroeste de Guarapuava, onde o povoamento por caboclos e colonos em 1920 já atingia Pitanga e em 1940 Campo Mourão. Movimento semelhante teve início por volta de 1920 em direção ao norte do estado, atingido em Faxinal de São Sebastião por uma leva de caboclos e colonos que iniciaram sua ocupação nos moldes que ainda caracterizam o oeste. (BERNARDES, 1953, p. 372).

A partir da proclamação da República em 15/11/1889, a Província do Paraná passou a ser denominada de Estado do Paraná. Desde o início do século XX, o governo do Paraná teve como missão a preocupação em povoar e cultivar o território estadual em sua amplitude, porém, conforme já demonstrado, o governo paranaense encontrou diversos obstáculos para alcançar o objetivo, principalmente no que se referia ao controle das regiões mais distantes, ou seja, a parte extrema ocidental, um desafio imenso devido às dificuldades, assim apontadas por Szesz (1997):

A área contestada constituía-se em uma vasta porção de terras cobertas de ervais do mate. Muito embora o oeste e sudoeste contestados fossem tidos, no início do século XX, como "região de florestas inóspitas", "viveiros de feras", ou "regiões infestadas por hordas de bandidos", muitos estrangeiros e nacionais se empenharam em lá estabelecer posse de terras para explorar erva-mate e madeira. Nessa região, o território contestado era também terra onde avultavam riquezas, espaço para obtenção de "terras dadivosas", para onde acorriam paranaenses, catarinenses, gaúchos. E principalmente Argentinos provenientes da região de Corrientes, que vinham à procura de erva-mate e madeira para exportar para o Prata. (SZESZ, 1997, p. 29).

Desde o início do século XX, houve por parte dos paulistas o propósito de estender os negócios ligados à agricultura, principalmente para o cultivo do café no Paraná, conforme

demonstra Piori (2012). O plano de desenvolver uma colonização agrária no território das selvas atlânticas paranaenses era apenas uma questão de tempo e de políticas favoráveis para que essa exploração se concretizasse.

No início do século XX, as terras roxas do Paraná já eram conhecidas por sua alta rentabilidade na produção cafeeira. A disponibilidade dessas terras, os incentivos públicos e a possibilidade de pagamento em condições facilitadas proporcionaram que muitos colonos e lavradores começassem a comprar terras no Norte do Paraná, instalando nessa área a produção cafeeira segundo o modelo paulista. Nesse sentido, a cafeeira paranaense esteve muito ligada ao Estado de São Paulo e podemos dizer que ela era uma continuidade da economia paulista. A expansão do café no Paraná foi possível graças a uma série de questões, como aponta Nadir Cancian (1981): política econômica governamental, facilidade de aquisição de terras, clima propício, terras férteis e escoamento da produção por meio de ferrovias que ligavam o Estado ao Porto de Santos. (PRIORI, 2012, p. 94- 95).

A concessão de terras públicas foi uma alternativa para a instalação de núcleos coloniais, segundo Piori (2012), inicialmente, para trazer imigrantes e propor uma colonização mais organizada e qualificada. Além de contar com a mão de obra das migrações que provinham dos outros estados brasileiros, a aposta do governo foi recorrer à imigração estrangeira e incentivar brasileiros para essa missão, buscando efetivamente desenvolver o processo de ocupação do território paranaense, de forma a garantir o bem estar e a segurança à população, assim como projetar um futuro de desenvolvimento:

Outro ponto importante no processo de concessão de terras públicas para empresas privadas foi a formulação de uma política de colonização e de instalação de núcleos coloniais, particulares e oficiais. O governo do Estado editou, em 11 de junho de 1907, o Decreto N°. 218, estabelecendo as “Bases regulamentares para o serviço de colonização no Estado do Paraná”, enfatizando a questão da formação dos núcleos coloniais fundados por particulares. O governo entregava ao concessionário uma gleba de terra, não cabendo a este despesa alguma até a formação da colônia. Esse tipo de colonização consistia “na criação de núcleos coloniais destinados a imigrantes estrangeiros”. No entanto, o Decreto N°. 218 proporcionava a possibilidade para as iniciativas de instalar núcleos coloniais de brasileiros. A exigência estabelecida pelo governo, tanto para estrangeiros como para nacionais, era que os colonos tivessem “boa conduta e dedicação ao trabalho e à família” Os núcleos coloniais deveriam ser instalados em terras férteis e em regiões de fácil escoamento da produção agrícola. (PRIORI, 2012, p. 136).

Inicialmente, o projeto de colonização no norte do Paraná esteve estreitamente ligado à Companhia Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG), apesar de que o propósito foi de estender ramais dessa ferrovia por todo o Estado. Porém, esse projeto ferroviário tinha um longo prazo para ser efetivado e um custo altíssimo a ser pago, segundo Gonçalves (2004).

Somente em 04 de setembro de 1917 foram efetivados os acordos iniciados em novembro de 1889 para regulamentar qual a dimensão da concessão de terras empenhada para cobrir as despejas da CEFSPRG. Assinado pelo Governador Affonso Alves de Camargo, o Decreto nº613 garantiu 2.100.000 hectares de terras a esta Companhia, permitindo o direito da empresa organizar filiada ou contratar subsidiária para demarcar e colonizar, no prazo máximo de 2 anos, as terras devolutas recebidas, reservando ao Estado o poder de revogar os contratos e retomar o direito de propriedade se a CEFSPRG, ou qualquer outra empresa por ela autorizada, não realizasse o aproveitamento social e econômico das terras. O impasse entre a efetiva ação da companhia ferroviária e o poder regulador do Estado se arrasta até o ano de 1920, quando em 18 de fevereiro, através da Lei nº 1909, ocorreu a prorrogação por mais dois anos no contrato anterior. Em 23 de agosto, a CEFSPRG recebeu nova concessão para construção de dois ramais, o primeiro ligando Curitiba a Foz do Iguaçu, com o prazo de usufruto estabelecido em 80 anos de todas as rendas de frete e transporte, e o segundo a partir da cidade de Guarapuava, garantindo à empresa 09 quilômetros de terras devolutas de cada lado por toda a extensão linear das referidas obras. (GONÇALVES, 2004, p. 89).

Na década de 1920, quando as questões ligadas à CEFSPRG se ajustaram em outras configurações, foram necessárias ações por parte das autoridades políticas, empenhando-se para que, de fato, a desejada colonização agrária do interior do Paraná pudesse acontecer.

Entre 1919 e 1921, o Governo do Paraná autorizou uma série de concessões por todo o Norte paranaense, conforme apontam os trabalhos de SERRA (1991) e WESTPHALEN et al, (1968). Em 1922, o Estado alterou a legislação fundiária, priorizando a venda de terras a agentes do capital, sobretudo empresas colonizadoras cuja função era efetivamente acelerar o processo de ocupação no interior do Estado. (GONÇALVES, 2004, p. 90).

Podemos observar que, segundo Priori (2012), de fato, a colonização agrária moderna começa no norte do Paraná na década de 1920. Em 1924, segundo Ferreira (2015) e também Kohlhepp (2014), foi dada sequência ao projeto de desenvolvimento que veio acompanhado de um plano de colonização e industrialização. Uma Companhia inglesa deu suporte ao projeto de Lord Lovat:

A contribuição mais significativa para a exploração e para o desenvolvimento econômico do Norte do Paraná foi feita por uma companhia colonizadora inglesa de iniciativa privada. O fundador dessa companhia foi Lord Lovat, um escocês especialista em agricultura, reflorestamento e problemas de colonização. Em 1924, ele estudou, juntamente com a Comissão Montagu a convite do governo brasileiro, possibilidades para o desenvolvimento econômico em diferentes regiões do país – principalmente tendo em vista o cultivo do algodão e o fornecimento de matéria-prima à indústria têxtil inglesa – e também visitou o nordeste do Paraná no ponto final da Ferrovia Sorocabana, na região de Cambará. A intenção original da *Brazil Plantations Syndicate Ltd.* – fundada por um grupo inglês financeiramente sólido ainda no ano de 1924 em Londres por iniciativa de Lovat – de investir em extensas plantações de algodão com base nas experiências adquiridas no

Egito e no Sudão anglo-egípcio (o ‘Projeto Gezira’) falhou devido a maus resultados de experimentos. Após estimativas corretas do potencial natural das áreas de ‘terra roxa’ do norte do Paraná, foram fundadas em 1925 duas novas companhias pelo mesmo grupo, que tinham como objetivo um grande projeto de colonização com base em pequenas e médias propriedades: a. A *Paraná Plantations Ltd.*, com sede em Londres, que assumiu todo o financiamento. A ‘Companhia de Terras Norte do Paraná’ (CTNP), com sede em São Paulo e com a tarefa de operar a compra de terras, conduzir a exploração da terra e recrutar colonos. (KOHLHEPP. 2014, p. 56-57).

Em 1925, no Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná, apresentado pelo Secretário Geral D’Estado Alcides Munhoz ao então Presidente do Estado do Paraná, o senhor Doutor Caetano Munhoz da Rocha, referindo-se às grandes lavouras no norte do Paraná, em especial à projeção que existiu em relação à potencialidade agrícola e econômica e aos projetos que visavam à ampliação da colonização agrária, destacou:

E’ na zona do norte do Estado que existem as grandes lavouras. Os viçosos cafesaes, aumentando de anno para anno a sua extensão e a sua produção; as plantações em grande escala, de algodão, de alfafa, de cereaes diversos tornarão, em breve, o Paraná um Estado rico em produções agrícolas e um competidor, nos mercados estrangeiros, do importante comércio de café. A’ Companhia de Terras Norte Paraná o Governo do Estado transferio por compra em 16 de Outubro último a área de trezentos e cinquenta mil alqueires, á margem do rio Paranapanema, para ser dividida em lotes destinados á colonização e ás culturas de algodão e café; obrigando-se a mesma Companhia a construir uma estrada de ferro que entroncará com a estrada <<S.Paulo Rio Grande>> em ponto conveniente. (PARANÁ, 1925, p. 344-345).

Apesar da compra de 350 mil alqueires na região do rio Paranapanema para loteamento por parte da Companhia de Terras Norte Paraná, conforme o registro no texto do relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná de 1925, somente em 1929 se consolida um processo mais amplo e planejado de colonização de terras na região norte, conforme Priori:

No entanto, a mais importante das concessões foi aquela realizada com a holding inglesa Paraná Plantation Limited, com sede em Londres, e que passava a operar no Brasil, sobretudo com negócios de terras. A holding criou a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná, que, a partir de 1929, iniciou um processo planejado de colonização de terras na região. (PRIORI, 2012, p. 138).

Esse novo projeto de colonização visava não apenas a região norte do Paraná, a exemplo do empreendimento da Companhia de Terras Norte Paraná, mas tinha o objetivo ampliar a colonização por todo o Estado, principalmente em direção à fronteira platina, direcionando-se para o oeste do Paraná e do Brasil, buscando ligações com os limites ocidentais do território brasileiro,

retomando antigos projetos, conforme os projetos ferroviários que existiram desde o século XIX acima relatados, já no século XX. Dentre esses projetos, podemos destacar o projeto da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul.

Ao analisarmos a situação do oeste do Paraná, ainda mesmo no período anterior à Era Vargas, não há dúvidas de que o movimento tenentista de 1924 e 1925 teve papel fundamental, porém, é preciso observar que existiu uma diferença entre a ocupação anterior da revolução de 1924, com relação à colonização agrária considerada moderna, como nos moldes da colonização desenvolvida na região norte paranaense naquele período. Para descrever sobre essa diferença, precisamos averiguar a situação das chamadas *obrages* e o cenário político vivenciado nos anos de 1924 e 1925 no oeste do Paraná.

João Cabanas, que participou movimento tenentista da Coluna Prestes, chama esse movimento em seu livro de *Coluna da Morte*. No período em que ele esteve no Paraná, teve contato com o dono de uma das *obrages*, o senhor Alica. Em seu livro, Cabanas (2014, p. 174-175) descreve a miséria encontrada na realidade cotidiana dos trabalhadores das *obrages* e as precárias condições de vida dos *mensus*, desses trabalhadores.

O relato de Cabanas, assim como de viajantes que passaram pela região oeste do Paraná nesse período, contribuiu decisivamente para Vargas estabelecer novas políticas de “nacionalização” para a região e determinar o fim dessas *obrages* e incentivar a “Marcha para o Oeste” como uma nova política de ocupação do território, que, para o oeste do Paraná significou, entre outras possibilidades, principalmente a migração dos colonos vindo do sul do Brasil, os chamados por Gregory (2002) de “Eurobrasileiros”.

A demora do processo de colonização no oeste do Paraná em relação ao norte esteve diretamente ligada ao problema da presença de empresas estrangeiras. Era necessário garantir a segurança das fronteiras. Podemos sugerir que, nas providências tomadas da política nacional da “Marcha para o Oeste”, dentre os procedimentos adotados, um deles foi à medida do Governo Vargas para garantir o território e nacionalizá-lo:

A colonização do Oeste do Paraná é dada como iniciada sob o contexto da Marcha para o Oeste, slogan do presidente da República Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), constando farto material bibliográfico sobre a sua execução, havendo certa constância nas abordagens, que partem de referências à chegada dos espanhóis no século XVI da era cristã, passando pelas missões jesuítas e depois pelas obrages. Então, aponta-se para a passagem de revolucionários de 1924 pela região, quando haveria a tomada de consciência nacional de que estaria ocupada não por brasileiros, e sim por argentinos e

paraguaios, o que contribuiria significativamente para a concepção da Marcha. (BERGOLD, 2016 p. 141).

Para Wachovicz (1982), a revolução tenentista de 1924 foi fundamental para que as autoridades brasileiras olhassem para o oeste do Paraná com preocupação e com atitudes nacionalistas. A região não poderia mais continuar a ser usurpada por estrangeiros do modo como vinha acontecendo até então:

A presença de revolucionários paulistas e gaúchos nas regiões das barrancas do rio Paraná, prestou ao final de contas, um grande serviço para a região. Revelou ao país inteiro, a situação social e econômica em que se encontravam as populações da região. Os revolucionários contribuíram para esta constatação. Os oficiais legalistas também exerceram esta missão. O Brasil enfim, vai tomar conhecimento em seus mais altos escalões, da dura realidade existente no oeste do paranaense. Alguns jornalistas, militares, intelectuais, vão começar a fluir em maior número, para se inteirarem da verdadeira situação. (WACHOVICZ, 1982, p. 140).

O fim das *obrages* e dos *obrageros* no oeste do Paraná não aconteceu de imediato; foi preciso que após a Revolução de 1930 se programasse políticas favoráveis para uma ocupação que garantisse o controle da região por parte de brasileiros:

A revolução de 1930 veio encontrar o oeste do Paraná ainda dominado pelos *obrageros*. Só que uma nova mentalidade começava a aparecer entre os homens que realizavam a revolução de 1930. Muitos de seus líderes haviam passado pelo oeste do Paraná, em 1924. No Estado do Paraná, o interventor nomeado pela revolução, foi o general Mário Tourinho. Um dos primeiros problemas enfrentados por Mário Tourinho na chefia do governo paranaense foi o da nacionalização da chamada *fronteira guarani* (região fronteira com o Paraguai e Argentina). (WACHOVICZ, 1982, p. 140).

As mudanças sociais e culturais que aconteceram no Brasil no período das décadas de 1920 e 1930 não deixaram o Paraná excluído do processo dessas mudanças. Afinal, o movimento nacionalista presente no projeto “Marcha para o Oeste” incluía o Paraná. Nesse período surge semelhantemente o movimento paranista; se um projeto de ocupação e posse territorial necessitasse da construção ideológica e de um sentimento de pertencimento, o Paraná também o teve.

Esse outro discurso refere-se ao movimento regionalista que embasara a Emancipação Política do Estado o século anterior, a partir da valorização de alguns elementos considerados formadores da identidade paranaense; clima, terra e homem. Elementos esses que seriam finalmente expressos e consolidados na cristalização desse discurso no chamado Movimento Paranista, de grande importância nas décadas de 1920 e 1930. Conduzido, dentre a intelectualidade paranaense, por um grupo que cultuava e divulgava

a história e as tradições da terra, o Paranismo incentivou a construção de uma idéia de identidade regional, impregnada pela crença no progresso e no desenvolvimento social que foram característicos da Primeira República. (ANDREAZZA; TRINDADE, 2001, p. 91).

Os discursos da nacionalização, do progresso e do desenvolvimento, mesmo que fossem utilizados apenas como pretexto, faziam parte da linha de pensamento apresentada acerca da colonização considerada “moderna”, e isso também valia para o Estado do Paraná. Portanto, a “Marcha para o Oeste” do governo Vargas é fruto dessa linha ideológica. Isso também é confirmado por De Araújo Crestani, Engel e Alves, conforme segue:

Na década de 1930, período em que Getúlio Vargas chega à presidência do Brasil, o Estado do Paraná assumiu uma nova dinâmica em seu território através do projeto “Marcha para o Oeste”. Tratava-se de um projeto específico visando à nacionalização da fronteira guarani, como era também chamada a fronteira oestino-paranaense, para despertar no povo brasileiro o sentimento de brasilidade que se daria através da interiorização da colonização através da ocupação dos espaços vazios e do desenvolvimento e da integração nacional. (DE ARAÚJO CRESTANI; ENGEL; ALVES, 2011, p. 2).

A paisagem geográfica pode se apresentar de várias formas e aspectos; o relevo, a vegetação, a altitude e a temperatura são apenas alguns dos fatores determinantes para descrever uma paisagem. Além desses detalhes, o oeste do Paraná agradava aos “olheiros” também pelas características observadas na fertilidade do solo e da sua composição, que proporcionava um tipo de vegetação de um provável lugar próspero.

Desde o século XVI, inúmeras expedições testemunharam e testemunharam sobre o interior do atual Estado do Paraná. Essas expedições continuaram a ser executadas na primeira metade do século XX, principalmente pela busca de riquezas minerais e vegetais. Em alguns casos, essas “visitas” eram acompanhadas de uma análise de possibilidades de povoar a região para explorar o corte de árvores e até cultivar plantações, bem como a criação de animais, entre outras atividades, que poderiam ser úteis para o sustento, mas, principalmente para fins comerciais, devido ao acesso do Rio Paraná, que facilitava o processo de escoamento.

Desde cedo estiveram presentes no oeste do Paraná muitos olhares e muitos exploradores, mas para o governo brasileiro, a partir da década de 1930 não havia mais razões para deixar a região à mercê. A “Marcha para o Oeste” era o plano definitivo de nacionalização da região.

A densa vegetação próxima ao Rio Paraná foi um dos problemas mais citados pelos viajantes e consistia em grande preocupação sobre um meio prático para ocupar a região oeste. José

de Lima Figueiredo, Cesar Martinez e outros viajantes foram até a região oeste no início do século XX. Martinez (1925) fez a interessante observação da mudança da vegetação no caminho de Cascavel ao Porto de São Francisco, nos domínios da empresa Barther:

Em pouco mais de meia hora alcançamos o Depósito Central, situado á margem de um arroio, sobre um chão atapetado de relva rodeado de pinheiros grossos, mas pouco altos. Dahi por diante o viajor não encontra mais a araucária brasileira. Cessa ahi o seu domínio, para dar lugar a uma floresta de cedros, perobeiras, cabreúvas, canjeranas, ipês, jacarandás e caviúnas, de troncos despropositaes, enfeitados de grandes rolos de cipós que sobem até o alto do suas ramarias. Termina ahi uma riqueza de que o Estado se vangloria, e começa outra, de eguaes proporções, que segue por todo valle do Iguassú, Pequiry, Ivahy, Pirapó e Tibagy, até as barrancas do Paranapanema, num mesmo paralelo, riqueza que a matta esplendida accentua para assignalar as terras invejáveis da cultura do café. (MARTINEZ, 1925, p. 72-73).

A referida região citada por Martinez (1925) é justamente a região que está ligada ao objeto de nosso estudo, uma região propícia para o plantio de café. Há muito tempo, o governo brasileiro encontrou dificuldade em estabelecer cidades, vilas e povoados nessa região.

Geograficamente, o terceiro planalto é a região dos grandes rios paranaenses, que são afluentes da bacia hidrográfica do Rio do Prata, naquele tempo um lugar de difícil acesso, principalmente devido à densa e variada vegetação, floresta de árvores de proporções fantásticas, justamente onde se propõe a moderna colonização agrária, primeiramente no norte do Paraná na década de 1920, estendendo-se mais tardiamente para o oeste.

Na década de 1930 teve início o desenvolvimento das primeiras cidades na região norte do Paraná. O fator que é fundamental nesse processo de colonização agrária, e que pode ser aplicado tanto para o norte como para o oeste do Paraná, é a presença e o papel desempenhado pelos imigrantes nesse processo. Vamos optar por um recorte em nossa percepção historiográfica sobre os imigrantes que chegaram ao interior Paraná na década de 1930. Em nosso recorte, optamos pelo imigrante alemão, mas não só, ou apenas pelo fato de ser alemão, mas por esse tipo étnico (alemão) estar envolvido em um cenário conflituoso na Europa, de um clima político de perseguições e disputas internas e externas do regime nazista alemão na fase pré-guerra:

No início de 1932, a Paraná Plantations Ltd. em Londres pediu à Sociedade para Estudos Econômicos no Ultramar para entrar em contato com alemães que desejassem imigrar. Nas negociações, uma área maior de terras contíguas localizada a cerca de 25-30 km a oeste de Londrina havia sido reservada para os colonos, e um agricultor com experiência de trabalho em regiões tropicais foi imediatamente enviado como responsável pela colonização, conforme acordado. A área escolhida, denominada *Roland*, teve grandes

dificuldades para se desenvolver, uma vez que, após a agrimensura e o preparo dos terrenos com a ajuda dos colonos vindos de Heimtal, os esperados colonos não chegaram devido à revolução em São Paulo em julho de 1932. Somente a convocação de colonos teuto-brasileiros do sul do país é que possibilitou dar-se continuidade à colônia, cuja praça municipal, ‘Rolândia’, somente foi construída em 1934 com a abertura de uma conexão ferroviária para Londrina. Logo, vários imigrantes alemães se estabeleceram no leste da colônia (Schwabental). Depois que o partido nazista tomou o poder na Alemanha, a composição dos elementos colonizatórios modificou-se rapidamente. Alemães perseguidos por motivos políticos, religiosos e étnicos procuraram refúgio em Rolândia. (KOHLHEPP. 2014, p. 68-69).

Existe uma particularidade especial no caso da imigração alemã para Rolândia, não por causa de Rolândia em si, mas devido ao tipo étnico e a natureza política do alemão que imigrou da Alemanha para Rolândia na década de 1930:

Em 1932, Oswald Nixdorf, um agricultor alemão com experiência em Sumatra, transferiu suas atividades para o Paraná. Ele foi contatado por Erich Koch-Weser, presidente da associação alemã semiestatal Gesellschaft für wirtschaftliche Studien in Übersee, fundada em 1927 por banqueiros, políticos, armadores e negociantes para fomentar colônias alemãs no ultramar. Nixdorf comprou terrenos da Paraná Plantations Company para que as primeiras vinte famílias alemãs pudessem se instalar no norte do Paraná. Os terrenos da nova colônia, nomeada Rolândia, ficavam perto de Londrina, Nova Danzig e Heimtal, e possuíam 12 mil hectares. Como a crise econômica mundial e a vitória do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – NSDAP) em julho de 1932 agravaram a emigração planejada, Nixdorf recebeu em Rolândia famílias teuto-brasileiras do sul do Brasil. A partir de 1936, Rolândia tornou-se “o fim da linha ferroviária” e, como consequência desse fato, vieram também, até 1939, colonos brasileiros, austríacos, russos, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e de outras nacionalidades. (PRUTSCH, 2014, p. 12).

O processo de trazer imigrantes da Alemanha para o Brasil no período do regime nazista teve complicadores, além de Prutsch (2014), também Kohlhepp (2014) cita essas dificuldades comerciais que ocorreram, mas que não impediram a saída, principalmente de alemães judeus que fugiam do regime nazista para vir ao Brasil, em especial ao Paraná:

A restrição ao fluxo de saída de moeda estrangeira na Alemanha e as dificuldades da CTNP em transferir mil-réis brasileiros para a Inglaterra levaram ao desenvolvimento de um negócio de intercâmbios: a compra de material ferroviário da companhia ferroviária inglesa passou a ser efetuada – em vez de na Inglaterra – na Alemanha, onde o pagamento era feito com os bens dos imigrantes. Os valores foram transformados em crédito agrícola em Rolândia. Dessa forma, mais de 150 famílias, em sua maioria judias, puderam escapar das ameaças de perseguição na Alemanha depois da adoção da Leis de Nuremberg em 1935, assentando-se às margens do rio Pitangueiras em Rolândia. Um grupo ligado a E. Stinnes e ao conde Henckel von Donnersmarck teve participação importante no sucesso do intercâmbio e adquiriu, no decurso das transações, depois que a colonização havia transcorrido rapidamente para o oeste, grandes áreas de terras próximas a Apucarana, uma exceção na área administrada pela CTNP. (KOHLHEPP. 2014, p. 69).

Em 1949, em uma publicação da *Revista Brasileira de Geografia*, Waibel (1949) afirma em relação ao Paraná que, na década de 1930, apesar da imigração que tinha ocorrido anteriormente no Estado não ter as mesmas proporções que nos outros dois estados meridionais brasileiros, a partir da década de 1930, o norte do Paraná tem um processo de colonização moderna, que Waibel sugeriu ser o modelo “mais próspero” do Brasil e, possivelmente, da América do Sul.

Até o fim da década de 1920 desenvolveram-se muitas colônias pequenas no primeiro e no segundo planalto, isoladas e separadas umas das outras pelos campos ou pelas matas ocupadas pelos latifundiários. Não havia uma colonização compacta e em grande escala, nem uma acumulação de riqueza comparável a certas colônias alemãs e italianas nos outros dois estados. Esta situação mudou quando, em 1920, a colonização encaminhou-se para oeste, para o terceiro planalto com seu rico solo de terra roxa e suas vastas terras florestais desocupadas. E mais uma vez foi uma companhia particular de colonização que estabeleceu no norte do Paraná o que é talvez o melhor e mais próspero plano de colonização de todo o Brasil, quicá da América do Sul. (WAIBEL, 1949, p. 176).

Em referência à região oeste do Paraná, o processo de ocupação definitiva do território por parte do governo brasileiro e paranaense no sentido da implantação de um modelo de colonização agrária nos moldes da colonização que se iniciou no norte do Paraná na década de 1930, só ocorreu no oeste paranaense nas décadas de 1940 a 1960, conforme Freitag (2007).

De fato, conforme já destacado, no final do século XIX nos territórios ocidentais do Estado do Paraná, banhados pelos trechos navegáveis dos rios Paraná e Uruguai, já se encontravam estabelecidas obrages que tinham sob seus serviços trabalhadores reconhecidos pelo termo *mensus*, sujeitos conhecedores da geografia da região. A mudança desse quadro veio a ocorrer no transcorrer das décadas de 1940 e 1960 quando colonizadoras privadas levam a cabo um arrojado empreendimento de ocupação do espaço regional, produzindo concreta e simbolicamente uma forma específica de apropriação e domínio sobre o meio, a exemplo das nomeações estabelecidas em torno da categoria *sertão*. No início do século XX, portanto, o território extremo-oeste paranaense representava nada mais que um ponto obscuro na cartografia paranaense que necessitava ser desvendado. (FREITAG, 2007, p. 73-74).

Conforme citado acima, apesar da política da moderna colonização agrária só se iniciar no oeste do Paraná a partir da década de 1940, havia sinais da presença de imigrantes alemães na região oeste, mesmo antes da chegada da *Coluna Prestes* segundo Figueiredo (1937), que cita essa presença de alemães na região oeste em uma das Companhias em seu relato:

A Companhia de Colonização Esperia é capitalizada pelo Banco Francês Italiano da America do Sul. Antes da revolta de 1924, esta Companhia já havia localizado 200

famílias de colonos alemães e italianos. Com o flagelo que assolou o "far-west" paranaense, elas emigraram, somente regressando 30, que atualmente habitam as terras da companhia. (FIGUEIREDO, 1937, p. 106).

O processo de assentamento de colonos alemães no sul do Brasil precisa ser visto em contexto mais amplo, e de forma detalhada, afinal, é preciso verificar os conceitos de tempo e de lugar para cada uma das “levas” de imigrantes alemães para o Paraná, para o Brasil ou para qualquer outro local da América. De modo geral, precisamos ter um parecer detalhado sobre os processos históricos de imigrações europeias para o sul do Brasil. Seiferth (1999) aponta isso num contexto mais generalizado sobre imigrações de alemães e de outros povos europeus, demonstrando essa realidade, em especial na década de 1930.

No sul, a colonização de terras públicas produziu colônias alemãs, italianas, ucranianas, polonesas etc., ou mistas, com imigrantes de diferentes nacionalidades, na década de 30, ainda afastadas do convívio com a sociedade nacional, portanto menos expostas aos processos de assimilação. Roche (1969), tratando da colonização alemã, chamou este processo de ocupação de “enxamagem”: frentes pioneiras, incluindo imigrantes e descendentes oriundos de colônias mais antigas, avançando progressivamente pelo oeste até o Paraná. Por outro lado, cidades como Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro (entre outras) possuíam, na década de 30, contingentes apreciáveis de imigrantes e descendentes, às vezes concentrados em bairros culturalmente identificáveis por etnia – portanto, possuíam visibilidade étnica. (SEYFERTH, 1999, p. 202).

A imigração alemã para o norte do Paraná tem suas particularidades envolvidas para elucidação histórica, assim como já demonstrada por Prutsch (2014), a começar pelo fato que a origem dessa dinâmica aconteceu na Europa, mas as resoluções e consequências atingiram, alteraram e transformaram os meios sociais deste lado do Atlântico. A dinâmica do processo que se desenrolou nas décadas de 1920 e 1930 para acontecer à imigração alemã do norte do Paraná e, posteriormente a do oeste do Estado do Paraná, ambas mencionadas, tem suas particularidades e faz parte de um contexto maior, assim explicado por Kohlhepp:

O surgimento e o desenvolvimento da colônia alemã Rolândia têm de ser analisados no contexto da imigração alemã e das tentativas de colonização no sul do Brasil e de seus países vizinhos no período entre guerras, levando-se em conta também o desenvolvimento político na Alemanha. Em 1919/20, teve início no Rio Grande do Sul um movimento de emigração a partir das antigas áreas de colonização alemã para a colônia argentina de Misiones (Puerto Rico, San Alberto), bem como também para a colônia de Hohenau, localizada na margem paraguaia do rio Paraná. Possibilidades de assentamento foram oferecidas aos novos imigrantes no nordeste de Santa Catarina pela Sociedade Colonizadora Hanseática [*Hanseatische Kolonisationsgesellschaft*], bem como às margens do rio Uruguai no Oeste do mesmo estado pela Companhia Colonizadora

Chapecó-Peperí (diretor Faulhaber). A emigração espontânea de numerosos pequenos grupos bem como de um grande número de famílias alemãs que vieram para morar com parentes na América teve como consequência durante o período da inflação uma grande fragmentação e dispersão desses colonos também no sul do Brasil. (KOHLHEPP, 2014, p. 68).

Para obter um esclarecimento sobre o processo de ocupação do território no oeste do Paraná e a dinâmica envolvida no processo de concessão de terras para empresas estrangeiras, é necessário nos certificarmos de que houve um estreito relacionamento que envolvia o governo brasileiro com os pagamentos dos projetos ferroviários. Segundo Bergold (2016), os projetos ferroviários, já desde o século XIX, estavam sendo negociados pelo governo com essas empresas estrangeiras em troca da exploração de terras.

Mário Tourinho, por outro lado, resistiu com a edição do Decreto nº 300/1930, que se aponta como um ato de retomada das terras concedidas às obras do Oeste. Entretanto, esse dispositivo legal somente atingiria as áreas da Braviaco. Seria ineficaz, vez que tais terras não foram outrora de domínio do Estado do Paraná, porquanto foi o último ato do Império, em 9 de novembro de 1888, que as concedeu em pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e seus ramais. Como a construção da obra foi incompleta, coube ao governo federal retomá-las, o que foi justamente Getúlio Vargas quem o fez, em 1940, apesar de que, desde 1931 essas terras já haviam retornado ao patrimônio público da União pela declaração de caducidade, via Decreto nº 19.918, dos contratos de concessão. Ainda, Tourinho nomeou para “o cargo de prefeito de Foz do Iguaçu, o engenheiro Otton Mäeder, e em seguida o Tenente Gregório Rezende, da Força Pública do Paraná, para nacionalizar a região de Guaíra”. Essas nomeações pouco serviram, já que em 1937 a região ainda era dominada por estrangeiros. (BERGOLD, 2016, p. 155).

Segundo Wachowicz (2016), apesar da ocupação integral e a nacionalização do território ser o objetivo principal do governo federal e paranaense, a nomeação de Manuel Ribas como Interventor do Paraná na década de 1930, mais precisamente em 1932, deve-se ao problema que envolvia o projeto de colonização do oeste do Paraná. Segundo Wachowicz, não foi apenas à evidência de falta de controle da região oeste paranaense que incentivou a criação do Território do Iguaçu, como de fato ocorreu a criação deste Território Estadual na década de 1940 no período da Segunda Guerra Mundial, mas anteriormente, desde a década de 1930 havia um interesse em favorecer projetos de colonizadoras que provinham do Rio Grande do Sul.

Entretanto, não convinha ao grupo liderado por Getúlio Vargas o fato de serem essas medidas nacionalizadoras tomadas pelo próprio Governo do Paraná. Outros eram os planos de Getúlio Vargas para essa região. Pretendia-se criar na região da fronteira guarani um território federal. Era pensamento do grupo liderado por Getúlio Vargas aglutinar as terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná e formar uma nova unidade

da federação. Capitalistas gaúchos, juntamente com o governo federal queriam essas terras para realizar vantajosos negócios imobiliários. Paralelamente, planejavam escoar para a região o excedente de mão de obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul. Seria também um mercado garantido para os produtos industrializados naquele estado da federação. O próprio Presidente da República era gaúcho e mostrava-se sensível aos argumentos e pedidos emanados dos capitalistas interessados nessa colonização. (WACHOWICH, 2016, p. 287).

Na década de 1930, o processo da colonização moderna do Paraná não parou e nem estagnou por causa da crise de 1929. Porém essa crise atingiu significadamente as políticas ligadas com a economia do café no cenário nacional e internacional, segundo Cancian (1981), que cita algumas medidas tomadas pelo governo federal com relação a esse fato:

Medidas complementares, através do Decreto nº 19.688 de 11 de fevereiro de 1931, estabeleceram a compra e incineração do café retido, a proibição do plantio por cinco anos, além da cobrança de um imposto em espécie, de 20% cada safra, podendo ser modificado nos anos seguintes. (CANCIAN, 1981, p. 30).

Mesmo com as medidas do governo federal para a redução do plantio de café e as políticas de preço baixo e as consequentes queimas de estoques, no Paraná houve um cenário favorável para a continuidade e, inclusive, a ampliação da área de plantio do café, conforme a explicação de Cancian:

As grandes concessões de terras feitas pelo Estado a particulares durante a década de 1920 eram umas das fontes de rendas mais promissoras. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola. Se houvesse de fato a proibição do plantio de cafeeiros, centenas de pequenos lavradores que se dirigiam ao Paraná por essa época, procedentes principalmente de São Paulo, deixariam de adquirir terras. Aliás, em 1931, o Interventor Mário Tourinho, havia “facilitado a aquisição de terras por famílias de agricultores proletariados”, de acordo com a nova diretriz da política agrária e colonização desenvolvida no Paraná. As pressões exercidas pelos grupos ligados à colonização, cujo maior rendimento era a venda de terras, não deixaram de surtir efeito. A. H. M. Thomas, um dos dirigentes da maior empresa de colonização do Estado, cita em depoimento que “graças a esforços tenazes por parte da Companhia” mesmo quando a proibição se estendeu ao Paraná, essa conseguiu que se fizesse “uma exceção limitada”, e continuaram as plantações. (CANCIAN, 1981, p. 32-33).

Podemos resumir que apesar do território atual do Estado do Paraná, principalmente em relação às regiões norte, oeste e sudoeste, em seu processo histórico de ocupação humana, não estarem antes do projeto de colonização moderna na condição de um “vazio demográfico” como já fora demonstrado por Mota (2012) – pelo menos no sentido e propósito de esclarecer o assunto, deixando ciente para quem não se aprofundou no tema – Apesar disso, o processo das grandes

concessões de terras e dos consequentes loteamentos que aconteceram em processos lucrativos, conforme já demonstrado por Cancian (1981), sendo que esse processo da considerada moderna colonização agrária no interior do Estado atinge primeiro o norte do Paraná nas décadas de 1920 e 1930, visto que processos similares a esses ocorreram no sudoeste e oeste do Paraná posteriormente nas décadas de 1940 a 1960.

Para desvendar particularidades ocorrentes sofridas em cada micro região paranaense nesse processo de ocupação, devemos ter ciência de que as populações indígenas, caboclas e as consideradas estrangeiras, como argentinas e paraguaias, estiveram presentes no território paranaense, sendo suprimidas por outro projeto de ocupação que se consolidou com a “Marcha para o Oeste”.

As configurações sociais passam a ser outras: outras demandas, outros problemas, outras questões e outras abordagens históricas para elucidar as particularidades dos problemas que envolveram o Paraná no contexto que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, como objeto de nosso estudo.

## 4. CAPÍTULO III – A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK

### 4.1 A BIOGRAFIA DE REINHARD MAACK

Em conformidade com os dados biográficos de Reinhard Maack descritos por Úrsula Maack Kurowski (filha de Reinhard Maack) em *Geografia Física do Estado do Paraná*, Maack nasceu em 2 de outubro de 1892, na cidade de Herford, Vestfália, na Alemanha. Filho do secretário da Estrada de Ferro, Peter Maack e sua esposa Karoline, nascida Klinge (MAACK, 2012, p. 7).

Maack fez relatos de sua biografia em um anuário publicado em 1967, na cidade de Herford na Alemanha com um texto intitulado: *Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben* – Tudo começou em Herford. O caminho comovente de uma vida agitada – Segundo esses relatos, quando ele nasceu, recebeu o nome de Reinhard Robert Richard, mas segundo o que ele mesmo afirma é que nunca usou os dois últimos nomes (MAACK, 1967, p. 8).

Desde menino, Maack foi um admirador das estrelas, ele relata sobre sua infância, que depois de ter observado conscientemente pela primeira vez as estrelas, se lembrou de sua mãe: “Minha mãe me contou algo sobre o trono do bom Deus acima das estrelas. A partir desse momento, as estrelas foram para mim o fenômeno significativo associado ao conceito de Deus”<sup>4</sup>Maack, (1967, p. 10, tradução nossa). Provavelmente devido a essa influência relatou que foi um leitor do livro *Wunder des himmels* – As Maravilhas do Céu – do astrônomo Joseph Johann Von Littrow. Desde cedo, o menino Maack foi um admirador da natureza (MAACK, 1967, p. 10).

Após ter estudado por oito anos na escola pública Wilhelmsplatz em Herford, em 1907 Maack conseguiu estudar na tipografia de seu tio Wilhelm Maack (MAACK, 2012, p. 7) e no Instituto de Artes Gráficas em Lüdenscheid (MAACK, 1967, p. 11). Especializou-se em Geodésia no Serviço de Cadastro Prussiano.

Com apenas 16 anos de idade, se candidatou para participar da expedição alemã à Antártida organizada pelo alemão Wilhem Filcher, mas teve o seu pedido negado por causa de sua pouca idade. Em 1911 Maack viajou para o sudoeste do continente africano onde em 1912, tem o

---

<sup>4</sup> No original: “Meine Mutter ersählte mir etwas vom lieben Gott der über den Sternen throne. Von den Augenblick an waren die sterne für mich die bedeutsante erscheinung, die mit dem begriff Gott verksnüpft war.” MAACK, Reinhard. *Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben*, In: PAPE, Rainer. *Zur Geschichte der Stadt und des Stiftes Herford*. Herforder Jahrbuch, Bd. 8, (Herford, Bonn), p. 10, 1967.

seu primeiro emprego em levantamentos e medições de terras, foi empregado no Serviço Geodésico de Windhock, capital da Namíbia (MAACK, 2012, p. 7).

O desejo em estudar geografia apenas aumentou no período em que trabalhou com medições, conforme o próprio Maack relatou:

“Geografia sempre foi dos meus assuntos favoritos. Agora eu queria saber exatamente como os mapas surgiram e como capturar a paisagem da terra natal com suas montanhas, rios, vilas e cidades a partir de mapas cadastrais, a fim de apresentar a imagem geográfica em sua totalidade”. (MAACK, 1967, p. 12, tradução nossa).<sup>5</sup>

No continente africano, em 1914, Maack participou da Primeira Guerra Mundial como voluntário de guerra no *Schutztruppe* (Figura 1). Em 1915, Maack foi feito prisioneiro em Khorab. Após uma dramática e sofrida fuga, Maack, que foi do grupo de sete cavaleiros germânicos que tentaram cruzar o continente africano em julho de 1915 para encontrar as tropas de Lettew-Vorbeck na África Oriental. Nesse episódio, quatro companheiros de Maack foram aprisionados pelos ingleses, Maack dirigiu-se ao deserto de Kalahari.

Maack permaneceu seis meses num solitário olho d'água. Ferido, foi obrigado a ir até Swakopmund, buscando auxílio médico sob o pseudônimo de Hans Ritter para tratar de uma grave lesão cardíaca. Foi em 1916 que Maack teve a oportunidade de fazer sua primeira expedição, de observar na companhia de A. Hoffmann a montanha de *Swakopmund* com uma elevação acentuada denominada *Brandberg*, verificou que essa seria a maior elevação do sudoeste da África (MAACK, 2012, p. 7- 8).

---

<sup>5</sup> No original: “Geographie war immer einer meiner Lieblingsfächer. Jetzt wollte ich genau wissen, wie die Landkarten zustande kamen und wie man die Heimatlandschaft mit ihren Bergen, Flüssen, Dörfern und Städten aus Katasterplänen zu erfassen hatte, und das geographische Bild in seiner Gesamtheit darstellen zu können”. MAACK, Reinhard *Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben*, In: Pape, Rainer. Zur Geschichte der Stadt und des Stiftes Herford. Herforder Jahrbuch, Bd. 8, (Herford, Bonn), p. 12, 1967.

Figura 1- Em 1914: Maack como voluntário da força de proteção alemã no sudoeste da África no início da Primeira Guerra Mundial.



Fonte: Museu Municipal de Herford – Alemanha

Em 1917, uma segunda expedição científica de Maack aconteceu nas montanhas em Brandberg, sendo que foi durante o retorno nessa expedição na escalada de Brandberg, que Maack descobriu uma gruta com afrescos pré-históricos, tratando-se da pintura rupestre da “Dama Branca” e, em 1919 Maack, numa expedição que fez por conta própria no percurso de Tsondab-River, viveu dias dramáticos em que quase desfalceu de sede (MAACK, 2012, p. 8-9).

Em 1921 Maack retornou para a Alemanha, mas encontrou a Alemanha em uma profunda crise econômica, trabalhando em alguns empregos temporários, entre os quais estava o de secretário no *Deutschnationale Volkspartei* – Partido Popular Nacional Alemão – Além de todas as dificuldades financeiras que teve naquele período, sua esposa pediu o divórcio porque ela estava apaixonada por outro homem, fator que contribuiu definitivamente para Maack deixar a Alemanha (MAACK, 1967, p. 35).

Maack chegou ao Brasil em maio de 1923, a convite de seu irmão Franz Maack. Naquele tempo Franz Maack abriu um show de amostras de mercadorias alemãs no Rio de Janeiro (MAACK, 1967, p. 35). Mais tarde, Franz Maack assumiu o cargo de agente de cinema da *Ufa-Universum Film AG*, para acomodar filmes em Buenos Aires.

Enquanto seu irmão esteve na Argentina, Maack assumiu uma fábrica de chocolate que Franz havia fundado. Tendo dificuldades em se adaptar na função de administrador desse empreendimento, Maack se desfez desse negócio, vendendo a fábrica. Franz Maack voltou para a Alemanha em 1925, depois de uma estadia na Espanha (MAACK, 1967, p. 37).

No final de 1923, Maack foi contratado para fazer uma pesquisa cartográfica e um relatório sobre um depósito primário de ouro em Onça de Pitangui, no Estado de Minas Gerais (MAACK, 1967, p. 36).

Mediante a intermediação do professor Fritz Jaeger em Berlim, Maack conseguiu resgatar na Alemanha os equipamentos de trabalho que precisava. Durante o período em que trabalhou no Estado de Minas Gerais, pela primeira vez observação do formato geológico do Brasil e o comparou com o que ele havia pesquisado no ocidente do continente da África. Durante esse trabalho, realizou vários estudos científicos sobre deslocamento tangencial da crosta (MAACK, 1967, p. 36 - 37).

Foi nesse período, durante as observações realizadas nesse trabalho feito no Estado de Minas Gerais que Maack se convenceu definitivamente sobre *Gondwana*, isto é, sobre a *Teoria da Deriva Continental*, teoria criada e estudada anteriormente por Alfred Wegener, segundo Marcolin (2011, p. 8), teoria para a qual Maack se dedicou na elaboração de estudos contínuos e em trabalhos científicos durante o resto sua vida, conforme o relato de Fabry (2005).

Natural da cidade de Herford, na Vestfália, ele foi para o Brasil em 1923, como engenheiro de minas, depois de passar vários anos como agrimensor na ex-colônia alemã-sudoeste da África (atualmente Namíbia). Primeiro, trabalhou até 1926, no estado de Minas Gerais, para a Companhia Brasileira de Mineração e Colonização, onde realizou estudos sobre depósitos de ouro e diamante. Já naquela época, verificou as semelhanças geológicas com Camadas de *Gondwana* na África do Sul, um fato que não o deixou descansar até que a *Teoria da Deriva Continental* de Alfred Wegener fosse provada. (FABRY, 2005, p. 2, tradução nossa).

Durante o período em que esteve no Rio de Janeiro, Maack fez elaborações de mapas e trabalhou em seus relatórios na tranquilidade da ilha de Paquetá, ilha conhecida na Baía de Guanabara, a noroeste do Rio de Janeiro. Durante alguns anos, esse lugar foi o seu santuário, morou entre mangueiras e coqueiros na praia dos Frades, na propriedade de um alemão chamado Paul Witte (MAACK, 1967, p. 37).

Em 1926 por um período de quase um ano, foi contratado para mapear cartograficamente e geologicamente a zona de diamante do Rio Tibagi no Paraná (MAACK, 1967, p.36). Nessa etapa realizou a sua primeira expedição no Rio Tibagi segundo Casagrande (2009, p. 41). Foi nesse período que passou por adversidades conforme ele mesmo relatou. Foi saqueado em Tibagi e os assaltantes levaram alguns dos meus instrumentos de trabalho (MAACK, 1967, p. 38).

Os salteadores que o saquearam eram remanescentes da revolução tenentista de 1924, e estavam sob a liderança de um coronel chamado Leonel da Rocha. Posteriormente, quando estava viajando num trem, indo de Ponta Grossa em direção para Porto União no sul do Paraná, caiu novamente nas mãos dos desses revolucionários que ocupavam a localidade de Paulo Frontin (MAACK, 1967, p. 38).

Nessa ocasião a condição de Maack só foi aliviada devido à intervenção feita por um dos homens de Leonel da Rocha, um austríaco, um ex-combatente da Primeira Guerra Mundial que tinha feito amizade com Maack, entre outros fatos, devido a esse auxílio, Maack foi libertado na localidade de Três Barras, no Estado de Santa Catarina. Maack regressou ao Rio de Janeiro ainda no final de 1926 (MAACK, 1967, p. 38- 39).

Ainda, no final do ano de 1926, foi convidado ao trabalho de inspecionar e registrar cartograficamente o local de mineração de diamantes em Coromandel, no Estado de Minas Gerais pelo diretor da Companhia Brasileira de Mineração de Carvão e Ferro, o senhor Traugott Thiem, que era o proprietário de um grande depósito de diamantes, e também era o representante de um grupo de grandes empresas industriais, sob a liderança das usinas de aço em Dortmund na Alemanha (MAACK, 1967, p. 39).

Após o trabalho que realizou no oeste de Minas Gerais, em 1927 foi trabalhar para empresas mineradoras germano-brasileiras para avaliar as reservas de manganês e cal no Vale do Itajaí em Santa Catarina. A empresa mineradora *Sociedade Carbonífera Próspera S/A* estabeleceu uma concessão para o estudo de dados das jazidas de carvão e ferro de Criciúma. Os resultados desse trabalho foram publicados em Berlin no ano de 1937 (MAACK, 1967, p. 40).

Em 1928 retornou à Alemanha pela primeira vez. O professor e amigo particular Fritz Jaeger auxiliou Maack a se matricular na qualidade de aluno talentoso em Berlim. Após Maack enviar os relatórios de seus trabalhos feitos na Namíbia e em Minas Gerais e concluir um exame e apresentar os documentos necessários, Maack foi admitido como aluno talentoso em abril de 1928, e em 18 de maio de 1928 ingressou na Faculdade de Filosofia da *Friedrich Wilhems Universität* (MAACK, 1967, p. 40 - 41).

Nesse período na Alemanha, ainda no início de 1928, pediu o divórcio de seu primeiro casamento. Curiosamente lembrou, segundo o registro no anuário biográfico de Herford, que antes de começar seus estudos, assim como tinha acontecido no dia 1º de maio de 1923, ele reencontrou uma moça loira da sua localidade natal de Westfália, mas a pretensão de se casar com

essa moça não foi possível porque os pais dela não concordavam com que ela se casasse com alguém que estivesse na América do sul, segundo o relato de Maack, mais tarde ela se casou com um oficial do norte da Alemanha que morreu na Segunda Guerra Mundial (MAACK, 1967, p. 35 e 41).

Das disciplinas e dos professores que estavam relacionados nos estudos de Maack na Alemanha foram: em Geografia e assuntos menores, o professor Dr. Norbert Krebs e o Dr. Albrecht Haushofer (filho de Karl Haushofer), além de assistir algumas palestras com o professor Albrecht Penck. Estudou Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia especial das rochas ígneas com os professores Dr. Pompecki, Dr. A. Johnson e o Dr. Professor Belowsky. Além disso, estudou com o professor Johnson sobre ciência de pedras preciosas (Gemologia) e microscopia de minério como Dr. Seiffert, estudou sobre depósitos minerais com o professor Richard Stappenbeck, e Geologia da África com o professor Dr. Paul Range (MAACK, 1967, p. 41).

Quando estava em seu terceiro semestre em seus estudos no Instituto Geográfico em Berlin, um dia chegou um senhor chamado Wolff de Paris para conversar com ele. Esse senhor disse a Maack que uma sociedade franco-suíça de acionistas de uma mineradora chamada *Mexican Mine of El Ouro* havia adquirido no Estado do Paraná, a grande Fazenda Monte Alegre, com mais de 150.000 hectares e com uma concessão para a construção de uma ferrovia no Paraná e para a exploração de diamantes (MAACK, 1967, p. 41).

Quando a nova gerência dessa empresa soube que Maack havia resgatado os registros cartográficos da antiga Companhia de Mineração Paranaense, e que ele havia recuperado os instrumentos roubados naquela turbulência revolucionária de 1926 em Tibagi e Paulo Frontin (em que Maack foi assaltado), estavam dispostos a negociar uma dívida de quatro mil dólares. Afinal Maack tinha entrado na justiça em Curitiba com uma ação judicial contra a antiga Companhia e o senhor Wolff convidou Maack para ir a Paris para negociar o pagamento dessa dívida (MAACK, 1967, p. 41).

A empresa parisiense *Companhia de Mineração, Agrícola e Estrada de Ferro Monte Alegre* fez os devidos acertos financeiros com Maack também em relação às dívidas e solicitou, por parte de Maack, o cancelamento do processo judicial em Curitiba. Além desse acerto, houve um acordo, Maack não poderia assumir outro trabalho, estava compromissado a trabalhar para a Companhia depois de completar seus estudos na Alemanha no quarto semestre. Antes do final de 1929, Maack estava de volta ao Brasil e obtém um contrato por um período de 18 meses, com um

salário mensal de \$ 3000 marcos e uma participação de 1% no rendimento bruto de diamantes (MAACK, 1967, p. 42).

Em dezembro de 1929 Maack conduziu a sua segunda expedição pelo rio Tibagi, até o rio Paranapanema, dessa vez, com o seu *Klepperboot* (barco desmontável) mais duas canoas de cedro e cinco acampamentos. Nessa expedição havia altas cachoeiras e longas corredeiras selvagens a serem superadas (MAACK, 1967, p. 42).

Depois de voltar da expedição do Rio Tibagi, Maack se casou novamente, dessa vez com Margarete Neussel, de Frankfurt, doutora em ciências políticas trabalhando no Grupo *Siemens*, atuando em posições de liderança na Espanha, Brasil e Alemanha. Casaram-se em frente à embaixada alemã no Rio de Janeiro em janeiro de 1930. Em janeiro de 1931 nasceu a sua filha Úrsula, em Curitiba, que passou seus primeiros cinco anos de vida na região de Tibagi e na selva do norte do Paraná (MAACK, 1967, p. 42-43).

Para Maack, o tempo de exploração de diamantes no Tibagi foi também um tempo difícil. Não faltaram relatos de experiências selvagens e cruéis entre os que buscavam diamantes no Rio Tibagi. Ainda sobre esse período, podemos mencionar segundo Maack (1967, p. 43), que 28 dos seus funcionários sofreram uma morte violenta.

Segundo o relato, no tempo em que a sua esposa chegou ao Tibagi, um de seus homens mais experientes, Waldemar Brettschneider, foi baleado em uma emboscada, Hans Ernst, foi afogado no rio, João Caviúna, foi esfaqueado, outro companheiro morreu de uma queda acidental de um cavalo, muitos foram baleados ou envenenados. No relato biográfico consta que o tempo em que realizou a exploração do Rio Tibagi foi um período de muitas dificuldades, no começo, antes de fazer amizade com a maior parte dos garimpeiros, Maack foi acompanhado por um grupo da polícia estadual, sob a liderança de um major (MAACK, 1967, p. 43).

Segundo Maack (1967, p. 43), o seu trabalho de exploração de diamantes no Rio Tibagi terminou com a eclosão da Revolução de 1932. Ele escreveu que a distribuição de folhetos em que ele era acusado severamente, chamando-o de "usurpador alemão" o prejudicou, e isso o desestimulou no início, mas com o tempo conseguiu algum proveito social em virtude das amizades feitas com os garimpeiros (MAACK, 1967, p. 43-44).

Maack chegou a ser escoltado até Ponta Grossa, e sendo levado de volta à Tibagi e colocado na parede, um telegrama do Cônsul Aelderto resgatou do chefe dos garimpeiros e dos revolucionários em Tibagi. Foi libertado e conseguiu chegar a Curitiba com um passe (um Salvo

Conduto), sendo ainda acompanhado pelos seus dedicados garimpeiros. A Cia. Monte Alegre foi então liquidada. O Banco Nacional adquiriu os direitos de propriedade da Monte Alegre em leilão (MAACK, 1967, p. 43-44).

Em 1933 e 1934, conforme relatado na introdução de nossa pesquisa, Maack explorou os 1087 hectares de floresta virgem adquiridos do Governo do Estado do Paraná no município de Faxinal (atual município de Cruzmaltina). Dessa região, a inexplorada floresta tropical se estendia até o Rio Paraná. A fazenda era conhecida por Maack como “Arroio da Campina” (MAACK, 1967, p. 44). Foi nesse período que ele realizou a expedição que abordaremos adiante, expedição que teve o apoio da *Deutsche Forschungsgemeinschaft* – Fundação Alemã de Pesquisas.

Essa mesma instituição científica acima citada financiou no ano de 1930 (três anos antes) a expedição alemã na Groenlândia, realizada por Alfred Wegener (autor da *Teoria da Deriva Continental*) segundo Kirchhoff (2003), foi nessa expedição que ocorreu à morte do cientista alemão que tanto inspirou a carreira de Maack.

Em 1º de novembro de 1930, no aniversário de 50 anos de Alfred Wegener, ele e Rasmus Villumsen partiram. Eles não conseguiram sobreviver às tempestades de gelo do inverno da Groenlândia. Na primavera de 1931, o corpo de Wegener foi encontrado no meio do caminho, cerca de 220 quilômetros antes de Scheidek Nunatak. Rasmus Villumsen o havia guardado cuidadosamente e enterrado com diários e cartas. (KIRCHHOFF, 2003, p. 355, tradução nossa).

Ainda no Paraná, no início de 1936, Maack encontrou uma família de colonos alemães para cuidar e administrar a fazenda durante sua segunda viagem de retorno à Alemanha para concluir seus estudos. A estada na Alemanha permitiu o acréscimo à Maack de outros quatro semestres para estudar na Universidade de Berlim, desta vez na Faculdade de Matemática e Ciências Naturais (MAACK, 1967, p. 46).

Estando já na Alemanha para concluir seus estudos em 1936, Maack relatou que para ministrar a disciplina de Geologia, desta vez foi designado o professor Dr. Hans Stille. Maack admirou a clareza das excepcionais e cativantes palestras desse professor (MAACK, 1967, p. 46).

Durante o último semestre na Alemanha, Maack entrou em contato com a Consultoria de Publicidade da Economia Alemã depois de uma palestra na Associação Alemã de Engenheiros e uma palestra sobre cinema no Instituto Ibero-Americano. Segundo um acordo feito com Maack como parte de um chamado plano de quatro anos, Ele deveria adquirir minério de ferro e madeira no Paraná mediante pagamento por material ferroviário rolante. Além disso, deveria concluir os

estudos preliminares para uma construção de uma ferrovia pela região central do Paraná, assunto que foi discutido pelo advogado Dr. A. Buckeley (MAACK, 1967, p. 46).

De acordo com a sucessão dos eventos mencionados acima por Maack, ele se tornou procurador especial da empresa *Otto Wolff*, de Colônia, e do *Deutschen Bahnbau AG*. No final de 1937 Maack retornou ao Brasil, para o Estado do Paraná. Naquele ano foi assinado um contrato com empresas brasileiras para entregas de 100.000 toneladas de minério de ferro e mais de 100.000 m<sup>3</sup> de madeira serrada e madeira redonda a serem pagas por 14 locomotivas e 75 vagões ferroviários. O negócio deveria ser executado num prazo de 18 meses (MAACK, 1967, p. 46).

Durante o ano de 1939, as exportações de minério de ferro, madeira serrada e madeira redonda foram realizadas sem interrupção de janeiro a agosto. No entanto, o último navio carregado foi afundado em setembro de 1939 por submarinos ingleses no Atlântico. A última carga de madeira com o navio *Babitonga* foi até Lisboa. O material ferroviário não foi mais entregue como resultado do início da Segunda Guerra Mundial. A extensa correspondência e a contabilidade foram feitas pela esposa de Maack (MAACK, 1967, p. 47).

Durante o ano de 1941, Maack trabalhou em suas pesquisas geográficas e geológicas no Estado do Paraná, ainda, segundo ele, com a autorização do governo brasileiro. Relatou que naquele ano descobriu que o Pico Marumbi, ao qual fora atribuída a altura de 1.810 metros, como sendo a maior elevação do Paraná no mapa, tinha uma altura de apenas 1.545 metros. Maack Chamou a outro pico que ele descobriu de “Pico Paraná” a 1.922 metros de altitude, a enorme cúpula de granito íngreme não é apenas a coleção mais alta do Estado do Paraná, mas também do sul do Brasil (MAACK, 1967, p. 47).

Outro evento adverso na vida de Maack foi a sua prisão, ocorrida no final de janeiro de 1942. Maack relatou que a sua pesquisa na Serra do Mar durante a guerra e as atividades para as empresas alemãs o levaram à lista negra de norte-americanos. Após seis meses de prisão em Curitiba, outros alemães, japoneses e italianos se juntaram a ele primeiro na Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (MAACK, 1967, p. 47), sendo internado depois na Ilha Grande (MAACK, 2012, p. 10).

Em dezembro de 1943, o Interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas, ligou para a esposa de Maack, lhe informando que havia providenciado a sua libertação do cativeiro (MAACK, 1967, p. 47). Por intermediação do Interventor Manuel Ribas, em 1944, Maack foi trabalhar para

o Museu Paranaense. Com o fim da guerra, Maack foi nomeado geólogo do Estado do Paraná para o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (MAACK, 2012, p. 11).

Em 1946, Maack foi contratado pela Universidade do Paraná como professor do Departamento de Geologia e Paleontologia e, posteriormente, por ocasião da federalização desta Universidade, ocupou a cadeira de Geografia Física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1949 Maack recebeu a cidadania brasileira mediante “Título Declaratório” (MAACK, 2012, p. 11).

Maack trabalhou e obteve a tese de seu doutorado em Geografia e Geologia com os trabalhos de suas observações sobre Vila Velha, desenvolvidas no ano de 1946, estudando sobre a cobertura de Gondwana do Carbonífero na Universidade *Rheinischschon Friedrisch-Wilhelms*, em Bonn na Alemanha (MAACK, 1967, p. 48).

Conforme mencionado anteriormente, uma considerável parte das pesquisas feitas por Maack se concentrou sobre questões e problemas ligados com a Terra de *Gondwanae* as ligações entre África e a América do Sul. Maack empreendeu várias expedições, em 1950, na Argentina, Patagônia e Andes meridionais, em 1952, Tunísia e Saara Central. Maack também participou de muitos congressos e eventos internacionais ao longo dos anos que se sucederam eventos tais como: XIX Congresso Internacional em Argel, XX Congresso de Geologia no México, Congresso Internacional dos Geógrafos no Rio de Janeiro (MAACK, 2012, p. 11).

Além de realizar muitas excursões pelo mundo, entre as quais; Texas, Novo México e Arizona até o Grand Cânion; viajou de Los Angeles, passando por Canadá e por Copenhague; regressando à Alemanha em outubro de 1956 para comemorar o octogésimo aniversário de seu professor Hans Stille em Hannover. Em 1957, viajou pela África do Sul, do Zambeze ao Cabo da Esperança, de Natal à África do Sudoeste (MAACK, 2012, p. 11).

Em 1959 e 1960, Maack viajou para a Islândia, Spitzbergen e passando na Noruega para participar do XXI Congresso Internacional de Copenhague. Durante a excursão de Spitzbergen, Maack sofreu um acidente, uma queda perigosa no morro do Congresso. Em 1961, na companhia de seu genro e de um famoso cinegrafista, foi para a Serra dos Dourados (próximo ao Rio Ivaí) para fazer os registros da recém-descoberta tribo indígena dos Xetás. Em 1964, participou do XXII Congresso Internacional de Geologia em Nova Delhi, na Índia como representante do Governo do Estado do Paraná e da Universidade Federal do Paraná (MAACK, 2012, p. 13).

Em 1965, foi ao Cairo, no Egito, estudar as antigas esculturas em relevo e os tipos de pinturas egípcias; visitou Mênfis, Sakara, o famoso Museu Egípcio do Cairo, as pirâmides e a Esfinge de Gisé (MAACK, 2012, p. 14).

Maack se aposentou em 1968, em 1 de julho de 1969, foi agraciado pelo Presidente da República Federal da Alemanha, o senhor Heinrich Lübke, com as insígnias da Ordem do Mérito no grau de comendador em sessão solene na residência do Cônsul da Alemanha, o senhor Roland Zimmermann. Reinhard Maack faleceu em 26 de agosto de 1969 (MAACK, 2012, p. 15).

#### 4.2 A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK EM 1933-34

Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, a expedição realizada por Maack nos anos de 1933 a 1934 foi financiada pela Sociedade de Pesquisas Alemã *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* – Associação de Emergência da Ciência Alemã – tendo o apoio das autoridades brasileiras, segundo publicação do artigo *Deutsche Ivahy-Expedition 1934*, publicado em 1936 em Berlin (MAACK, 1936, p. 44).

No entanto, em sua biografia publicada em 1967, Maack afirma que a expedição foi financiada pela *Deutsche Forschungsgemeinschaft* – Fundação Alemã de Pesquisas – (MAACK, 1967, p. 44). Apenas para esclarecer esse assunto, na realidade, as duas menções são verdadeiras, pois tratam da mesma instituição sendo descritas por Maack em momentos distintos.

Para entender claramente o ambiente da política alemã em que esteve envolvido o processo do financiamento de pesquisas científicas, esse financiamento alemão de pesquisas aconteceu com o restabelecimento de organizações autônomas de ciências após a Primeira Guerra Mundial. Mesmo considerando as enormes dificuldades econômicas da Alemanha nesse período, destacamos a existência em 1920, da Sociedade *Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften* (KWG) – Sociedade Kaiser Wilhelm para o Avanço da Ciência – segundo Boenke (1990, p. 35).

A outra instituição relevante que abordaremos, foi aquela que posteriormente, na década de 1930 financiou a expedição no interior do Paraná efetuada por Maack. Fundada em dezembro de 1920, sendo a segunda grande organização científica autônoma na Alemanha, foi chamada inicialmente de *Stifterverband der Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* – Associação de Doadores da Emergência da Ciência Alemã – por iniciativa do então Prêmio Nobel Fritz Haber e

do ex-ministro da Cultura da Prússia Schmidt-Ott para ajudar na emergência financeira e garantir a promoção da Ciência segundo Boenke (1990, p. 35).

Apesar da crise alemã do período entre as duas grandes guerras, ainda na década de 1920, a *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* (nome posteriormente abreviado) participou do empreendimento de algumas expedições espetaculares, entre elas, expedições à Antártida e à Groenlândia (incluindo as expedições de Alfred Wegener), conforme o relato de uma revista científica eletrônica alemã, em uma breve citação sobre o número de viagens feitas somente no Oceano Atlântico com um navio chamado *Meteor* segundo Martini (2020, p. 3): “O navio de expedição *Meteor* atravessou o oceano entre a África e a América do Sul 14 vezes durante a Expedição Atlântica Alemã entre 1925 e 1927”.

Apenas para entender como ocorria o apoio e financiamento por parte da *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* (mesma instituição que financiou Maack em 1933-34) em expedições alemãs consideradas de grande importância conforme aquelas citadas acima durante a década de 1920, mas também para esclarecer e detalhar o assunto em relação à importância dada às pesquisas científicas por instituições alemãs, a partir da contribuição de Martini (2020).

Alfred Merz, professor do Instituto de Oceanografia de Berlim e chefe da expedição, conseguiu inicialmente conquistar o então presidente da *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft*, Friedrich Schmidt-Ott, por apoiar este projeto. Por exemplo, Merz recebeu do *Notgemeinschaft*, doações que o *Stifterverband* havia co-financiado, para seu projeto. Em 16 de abril de 1925, o navio de pesquisa *Meteor* finalmente embarcou em uma expedição em Wilhelmshaven que duraria mais de dois anos e ainda é considerada um marco importante na pesquisa oceânica. Além de medir a corrente do fundo do mar no Atlântico, era necessário investigar se o ouro poderia ser extraído do mar que poderia ser usado para os pagamentos de reparação do império. (MARTINI, 2020, p. 2).

Para explicar como ocorreu o processo em que a ciência alemã se desenvolveu no período entre as duas grandes guerras mundiais, vejamos a citação de Boenke (1990):

Com o estabelecimento da KWG e da *Notgemeinschaft*, surgiu um novo tipo de organização científica autônoma. De acordo com um estudo recente de Stichweh, duas revoluções estruturais ocorreram: "uma mudança na promoção da ciência dos estados federais para o Reich e uma mudança na distribuição de fundos estatais das burocracias ministeriais da cultura para os mecanismos autônomos da ciência." (BOENKE, 1990, p.35, tradução nossa).

A crise econômica mundial que se iniciou em 1929, não deixou de atingir, inclusive agravando a situação financeira da KWG (*Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft*) e também da

*Notgemeinschaft*, causando a essas instituições sérios danos financeiros. Nesse período foram incluídas modificações nessas organizações segundo Boenke (1990), fator que também é apontado por Kirchhoff (2003), sendo que esse autor esclarece de forma satisfatória como aconteceram as movimentações internas e as ações do governo alemão que socorreram as instituições científicas e alguns empreendimentos burgueses para seu fortalecimento nesse período.

Um verdadeiro “esforço adicional” para a pesquisa foi feito por um grupo de emergência que apenas pode ser feito nas ciências naturais e na medicina, ou seja, naqueles campos do conhecimento em que o “uso de um método refinado e equipamentos mais caros” tornou-se essencial para o progresso da pesquisa. Esta contribuição real da *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* para pesquisas no *Reich* estimaram August W. Fehling em um nível anual de 2,5 milhões de marcos alemães. Friedrich Schmidt-Ott explicou-se a todos para aprovar detalhes do memorando, no entanto, chamou a atenção do financiamento de pesquisa do governo para as generosas fundações burguesas do período pré-guerra e lembrou o estabelecimento da Universidade de Frankfurt e da Sociedade Kaiser Wilhelm. (KIRCHHOFF, 2003, p. 309, tradução nossa).

Segundo Kirchhoff (2003), mesmo durante o período de crise, no início da década de 1930 houve projetos de campanhas para popularizar a importância da ciência, a exemplo de Georg Schreiber, que fechou um acordo entre importantes setores da sociedade alemã para divulgação de uma nova campanha na imprensa sobre a necessidade de aumentar a conscientização sobre a conexão entre ciência, indústria e prosperidade econômica.

Na Alemanha, a comunidade científica de emergência se esforçou para convencer o público em geral, a fim de obter aprovação para o financiamento da ciência com mais fôlego. Essa campanha envolvia a publicação de folhetos para a promoção planejada da pesquisa científica. Kirchhoff (2003) cita uma frase do professor universitário Conrad Matschoss (MATSCHOSS, anpud, KIRCHHOFF, 2003, p. 311, tradução nossa): “Como hoje estamos em uma situação economicamente difícil, porque somos pessoas sem espaço, temos que conquistar grandes novas províncias de trabalho, e o caminho para elas só é possível através de pesquisas científicas”.

Portanto esse era o cenário e o pensamento científico-político em que a Alemanha esteve inserida no período em que Maack realizou a sua expedição no interior do Paraná. Podemos concluir que os governantes alemães nunca abriram mão (mesmo antes do regime nazista) de investimentos científicos, nem do projeto imperialista alemão, mesmo em épocas de profundas crises econômicas.

Tendo retornado ao Brasil no final de 1929, depois de concluir seus estudos na Alemanha, período em que Revolução Constitucionalista de 1932 trouxe sérios problemas para Maack na

região do rio Tibagi. Entre os problemas e desafios encontrados por Maack, destacamos o fim da *Companhia de Mineração, Agrícola e Estrada de Ferro Monte Alegre*, e o consequente fim das atividades de Maack em seus trabalhos para a referida Companhia segundo Maack (1967 p. 43-44).

Maack, que havia então recentemente retornado de seus estudos da Alemanha, conforme relatamos anteriormente neste trabalho, casou-se novamente em janeiro de 1930, dessa vez com Margarete Neussel, de Frankfurt (MAACK, 1967, p. 43-44), depois de todos os problemas transcorridos na região do Tibagi, estava clara a evidencia de que Maack necessitava de outro rumo para sua vida.

Durante a primeira metade do século XX, era contínua a imigração de alemães para o Brasil, apesar do processo de imigração ter suas oscilações quantitativas, por não ser um processo regular em absoluto, mas não deixou de ser um processo contínuo.

No início da década de 1930, o Estado do Paraná ainda não estava nem perto de ser inteiramente colonizado. Além do interesse por parte do governo paranaense e brasileiro, de certa forma isso passa a ser objeto de interesse também para um determinado grupo de europeus, nem tanto no sentido literal de “vontade” em vir para o Paraná, mas também, ou principalmente para fugir da Alemanha.

O interesse em investigar e avaliar o território no interior do Estado do Paraná é de Erich Koch-Weser, então na presidência da *Gesellschaft für wirtschaftliche Studien in Übersee*, – Sociedade de Estudos Econômicos do Além-Mar – fundada em 1927 por banqueiros, políticos, armadores e negociantes para fomentar colônias alemãs no ultramar segundo Prutsch (2014, p. 12).

Essa fundação transnacional teve um papel determinante e fundamental para dar uma opção de fuga ou escape de perseguições e prisões que aconteciam com os alemães que tinham problemas com questões políticas ou étnicas (por serem de ascendência judaica), para resolver o problema descrito por Prutsch (2014). Isto é, para se achar um lugar para essas pessoas, e para dar início a uma nova colonização, justamente com esse intento, Koch-Weser contactou Oswald Nixdorf.

Nixdorf comprou terrenos da *Paraná Plantations Company* para que as primeiras vinte famílias alemãs pudessem se instalar no norte do Paraná. Para descrever o processo da aquisição dos terrenos de uma nova colônia, nomeada “Roland” (Rolândia), o próprio Nixdorf (2016) relatou como aconteceu esta negociação.

Seguiu-se uma série de conversas com Koch-Weser. O Lorde Lovat baixou o preço da terra em 25%. Ficou acordado que eu iria ao Brasil para inspecionar as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Se o meu veredito fosse positivo, eu deveria selecionar e demarcar uma gleba fechada de terras para uma colônia de imigrantes de língua alemã e dar início à colonização desde logo. Como gerente de colonização, eu deveria permanecer no local. Caso minha avaliação fosse negativa, a CNTP me ofereceria um emprego no âmbito de suas atividades, adequado às minhas necessidades. Todos estes itens foram estabelecidos em contrato e regulamento de trabalho. (NIXDORF, 2016, p. 12).

Em abril de 1932, Oswald Nixdorf chegou ao norte do Paraná para dar início a um trabalhoso projeto de colonização para ser concretizado conforme o próprio relato de Nixdorf (2016, p. 24). No final do ano de 1932 ele vendeu os lotes para os primeiros moradores em Rolândia. Em 1933 Nixdorf recebeu a notícia da chegada de seu amigo Paul Vageler, (também conhecido de Macck), em visita de uma comissão do governo alemão ao Paraná:

O Consulado de Curitiba me manda a notícia de uma comissão do governo alemão, encarregada de elaborar um grande projeto de imigração no Brasil: Professor Dr. Vageler, Dr. Thurner e como consultor o coronel teuto-brasileiro Gaelzer Neto. Mesmo que eu tenha pouca esperança de que essa gente se decida pela área da CTNP, tanto pelo preço relativamente alto, quanto pelo parecer médico, fico satisfeito em reencontrar o Prof. Vageler. O conhecido prospector de solos tropicais trabalhava na Índia Neerlandesa no meu tempo de Sumatra, onde eu o encontrava esporadicamente (NIXDORF, 2016, p. 57).

Segundo Nixdorf (2016), apesar da manifesta intenção de Vageler, o projeto da referida comissão de se instalar na região da CTNP não deu certo e acabou não se concretizando na região, mas a impressão e admiração deixada em Vageler pelos aspectos da fertilidade do solo da terra roxa foram de fato muito relevantes e estão assim descritas por Nixdorf:

A chegada da comissão de Vageler não é apenas uma satisfação, mas também uma conclusão altamente relevante sobre a nossa Terra Roxa. Desde o início eu havia notado que na floresta praticamente não existia aquela camada de húmus que eu conhecia de outras florestas. Era só empurrar algumas folhas secas para o lado e já se deparava com aquela terra vermelha. O Professor Vageler se impressiona bastante com esse fato. Constata que nossa Terra Roxa está entre os poucos solos no mundo nos quais as bactérias aeróbicas, que nos outros solos encontram condições favoráveis de vida nos 10 ou 15 centímetros superiores, vivem em até 75 centímetros de profundidade. Estas bactérias transformam a massa orgânica morta em húmus, de extrema importância para a mobilização dos nutrientes presentes no solo. Portanto, na terra roxa o húmus não se situa na camada superior e superficial do solo, mas distribui-se até uma profundidade de 75 centímetros. É um fato de extrema relevância, pois explica a colossal fertilidade deste solo e também a queima da floresta se demonstra inofensiva, pois apenas uma camada muito pequena de húmus se perde. (NIXDORF, 2016, p. 58).

As mudanças políticas que ocorreram na Alemanha no início da década de 1930 trouxeram incertezas aos projetos que estavam sendo executados no Brasil. No final do ano de 1933, o senhor Oswald Nixdorf com fortes dores de dente, foi a São Paulo para ser socorrido, onde conheceu o senhor Von Cossel, o chefe local da NSDAP, um ex-oficial da Marinha.

O professor Vageler, se encontrava nesse período também em São Paulo e teve uma conversa técnica sobre Rolândia com Von Cossel (NIXDORF, 2016, p. 65). Apesar de não termos conhecimento do teor desses encontros e das conversas que ocorreram, nem dos planos alemães para o Brasil, a princípio, foi no ano de 1933 que Reinhard Maack visitou Nixdorf e conforme o relato de Nixdorf, Maack comprou uma fazenda em Rolândia.

Nesses tempos de tristeza temos um evento agradável. Através de picadas na floresta, vindo de Tibagi, chega-nos o geólogo alemão Reinhard Maack. Um homem interessante, que no momento está pesquisando a existência de diamantes no alto Tibagi, a serviço de uma empresa francesa. Já nessa visita se percebe um sentido de amizade, tanto entre o Dr. Müller e Maack e também em relação a mim. Maack conhece bem o Cônsul Aeldert e fica espantado com a postura deste. Ele avalia Roland detidamente e se convence das boas perspectivas. Roland conquista um bom amigo, disposto a interceder pela colônia em todos os níveis. Ele compra um lote de floresta virgem na colônia. (NIXDORF, 2016, p. 67 - 68).

Nixdorf relatou que em nível da política estadual a nova colonização do norte do Paraná teve todo o apoio do Interventor Manuel Ribas, inclusive para termos uma noção da intensidade da presença estrangeira nesse processo, em uma das ocasiões em que Manuel Ribas fez uma visita à nova colonização no norte do Paraná, ele precisou da ajuda do então prefeito de Curitiba, Jorge Lothario Meissner, para ser intérprete e transmitir o que está sendo conversado entre as autoridades locais.

O Interventor do Paraná, Manoel Ribas, que conheci na inauguração da ferrovia em Jataí, faz mais uma visita ao Norte do Paraná, tão distante, lendário e futurista para os curitibanos. Thomas o leva até nós. No seu séquito está Messner, prefeito de Curitiba, com raízes alemãs. Meu português continua muito trôpego. Neste ambiente anglo-alemão se tem pouca oportunidade de praticar o português. Meissner traduz incansavelmente, de modo que Manoel Ribas obtém uma boa noção do nosso trabalho e dos nossos projetos, que muito lhe agradam. Ele me promete toda a ajuda do estado. (NIXDORF, 2016, p. 66).

Para entender o que cientistas alemães como Vageler e Maack, entre outros, faziam no Paraná no início da década de 1930, é preciso examinar os relatos registrados e publicados com o

propósito de uma análise, além da mencionada colonização de terras que foram efetuadas pelos alemães, conforme foi relatado na biografia de Maack (1967).

Nos anos de 1933 e 1934, Maack explorou 1087 hectares de floresta virgem adquiridos do governo do Estado do Paraná no município Faxinal (atual município de Cruzmaltina) e construiu nessa fazenda uma estação meteorológica (Figura 2), e conforme mencionado em sua biografia, a fazenda servia como base econômica para sustentar os projetos científicos. Na fazenda ele cultivou milho e mandioca para engordar porcos para venda comercial. Porém Maack ressalva que o principal propósito dessa fazenda foi servir de base e observatório para a expedição científica que ele realizou nos anos de 1933 e 1934. A fazenda serviu como base econômica para sustentar os projetos científicos segundo Maack (1967, p. 44).

Figura 2- "Maack construiu a casa da fazenda Arroio da Campina onde estabeleceria uma estação meteorológica em meio à floresta. Nesta época, ele se preparou para a sua expedição mais extensa no Paraná: a expedição ao rio Ivaí cujo fim seria nas cataratas do Iguaçu."



Fonte: Trecho de Autobiografia de Maack, Alessandro Casagrande. Acervo Reinhard Maack.

No período em que esteve estudando na Alemanha (pela segunda vez), em 1936 e 1937, dois anos após a expedição no Rio Ivaí ser concretizada, mais precisamente em 1936. Maack publicou em Berlin o artigo *Deutsche Ivaí-Expedition 1934 – Expedição Alemã no Ivaí em 1934* – e em 1937, publicou também em Berlin na *Ibero-Amerikanisches Archiv – Arquivos Ibero-Americanos* – com o título *Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná.* – As novas áreas de assentamentos recentemente desenvolvidas no Estado do Paraná – são

os dois primeiros relatórios mais detalhados publicados na Alemanha sobre sua expedição realizada em 1933 e 1934 no interior do Paraná.

Enquanto a publicação de Maack do ano de 1936 é breve (duas páginas apenas) e o título omite a expedição em um sentido mais abrangente, pois a expedição não foi apenas em 1934, (houve uma primeira etapa em 1933) e também não foi apenas na região do rio Ivaí, apesar do texto publicado em 1936 registrar claramente uma abrangência temporal e geográfica mais ampla.

A publicação de Maack do ano de 1937 é mais ampla porque inclui relatos mais expandidos sobre dados geográficos e geológicos, além de conter gráficos comparativos de clima, precipitações, altitude, vegetação entre outros. Porém, o fator relevante dessa publicação é a inclusão de dados sobre os novos assentamentos de colônias alemãs, inclusive comparando-as com os assentamentos fundados anteriormente, localizados no leste e no sul do Paraná, incluindo também a comparação com os dados dos assentamentos de colonos alemães nos outros estados sulinos, além de avaliar e analisar as grandes áreas do Paraná ainda a serem exploradas e colonizadas, principalmente as regiões oeste e noroeste do Estado.

Em 1941 Maack publicou um texto no Arquivo do Museu Paranaense com o título de *Algumas observações a respeito da existência e da extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná* (MAACK, 1941, p. 107), também relatando as observações feitas na referida expedição de 1933 e 1934.

Posteriormente observados, de um modo geral, os feitos de Maack nessa expedição de 1933-34 estão registrados de uma forma parcial e limitados com recortes específicos (sem abranger uma totalidade), isto é, que os seus relatos estão em diversos livros, revistas, periódicos entre outros, de autoria do próprio Maack, mas também com muitas referências de outros autores, principalmente nas áreas de Geografia e afins.

Para não fugir de nosso objetivo, nos concentraremos principalmente nas três publicações acima mencionadas, por serem mais detalhadas e por estarem temporariamente mais próximas ao evento da expedição, acrescentando a bibliografia publicada em 1967, apesar de estar mais longe na temporalidade, mas com a atenção devida, principalmente por ser detalhada em muitos pontos.

Segundo o relato de Maack descrito no início do texto publicado em 1936, o objetivo da expedição estava muito claro: “O objetivo da viagem foi investigar as áreas florestais do oeste e

noroeste do Estado do Paraná que anteriormente não tinham sido visitadas por cientistas pesquisadores”<sup>6</sup> (MAACK, 1936, p. 44, tradução nossa).

Evidentemente que outros cientistas já haviam visitado o sertão paranaense antes de Maack ao longo da história, porém dentro das características específicas e com os propósitos que Maack teve, provavelmente não, contando que ele mesmo confirma esse fato.

Percebemos certo nível de entusiasmo em Maack, incluindo algum índice de vontade própria envolvida nessa expedição. Considerando que Maack teve a instrução devida e a formação adequada para cumprir a missão que lhe fora confiada, inclusive, seu propósito está parcialmente descrito nas linhas em seus textos, estando bem declarada a evidencia de que ele assume para si uma tarefa de “preencher uma lacuna” devido ao rápido desenvolvimento que estava acontecendo e onde faltavam informações: “Aqui em poucos anos surgiram tantos novos assentamentos que os últimos mapas oficiais não os registraram e pouco se sabe do público sobre o curso rápido do desenvolvimento,...”<sup>7</sup> (MAACK, 1937, p. 210, tradução nossa).

Se na Europa os eventos se sucederam rapidamente em relação à corrida internacional capitalista que estava ocorrendo naquele momento na década de 1930, no Paraná ocorreu de modo similar uma determinada pressa em desenvolver um plano de ocupação territorial e de colonização, mas para isso acontecer, eram necessários os dados científicos sobre o solo, vegetação, relevo, clima e principalmente de mapas que tivessem esses dados.

Pelas razões citadas acima, o trabalho científico realizado por Maack em 1933 e 1934 se enquadra naquele momento histórico, principalmente pela necessidade emergente de estudos sobre as possibilidades de exploração e de uma cartografia que fosse fiel e dinâmica para uma descrição mais precisa sobre as características do território paranaense, conforme o próprio Maack descreve: “Prevenir essa deficiência até que seja possível apresentar as pesquisas e gravações cartográficas da expedição do Ivaí é o objetivo dessas linhas.”<sup>8</sup> (MAACK, 1937, p. 210, tradução nossa).

---

<sup>6</sup> No original: “Der Zweck der Reise war die Erforschung der bisher von die Forschungsreisenden noch nicht besuchten Waldgebiete des Westens und Nordwestens des Sttates Paraná”. MAACK, Reinhard. "Deutsche Ivahy-Expedition 1934" Zeitschrift d. Ges. f. Erdkunde zu Berlin, 1936, S. 44.

<sup>7</sup> No original: “Hier sind in wenigen Jahren so viele Neusiedlungen entstanden, daß die letzten amtlichen Karten werke sie noch nicht verzeichnen und auch wenig in der Öffentlichkeit von dem schnellen Entwicklungsgang bekannt geworden ist,...”. MAACK, Reinhard. Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná. Ibero-Amerikanisches Archiv, S. 208-242, 1937.

<sup>8</sup> No original: “Diesen Mangel vorläufig zu beheben, bis es mir möglich ist, die Forschungsergebnisse und kartographischen Aufnahmen der Ivahy-Expedition vorzulegen, ist der Zweck dieser Zeilen”. MAACK, Reinhard. Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná. Ibero-Amerikanisches Archiv, S. 208-242, 1937.

Para efetuar a expedição no Rio Ivaí, em princípio Maack se utilizou da mesma estrutura que foi utilizada em sua expedição ao Rio Tibagi, ou seja; com um barco desmontável *Klepperboot* mais duas canoas e as barracas, partindo então da região do Tibagi indo para a região do rio Ivaí: “De Rolândia continuou a expedição através de uma picada aberta nas nascentes do Rio Keller, de um assentamento florestal recém criado em “Marilândia”, indo para Fachinal e avançando para o Salto da Fogueira no Rio Ivaí”<sup>9</sup> (MAACK, 1936, p. 44, tradução nossa).

Conforme já mencionado em sua biografia descrita acima, a Fazenda Arroio de Campina em Faxinal (atual município de Cruzmatina) foi concedida a Maack pelo Governo Estado do Paraná para ser base de suas observações científicas ligadas à expedição de 1933-34.

De acordo com as informações da biografia de Maack, ele explorou os 1087 hectares adquiridos em Faxinal para ter uma base econômica para as suas observações científicas, organizou uma enorme criação de porcos, derrubou a floresta virgem e plantou grandes lavouras de milho e mandioca para alimento a criação. Dessa fazenda, a floresta tropical inexplorada se estendia naquele período até o Rio Paraná (MAACK, 1967, p. 44).

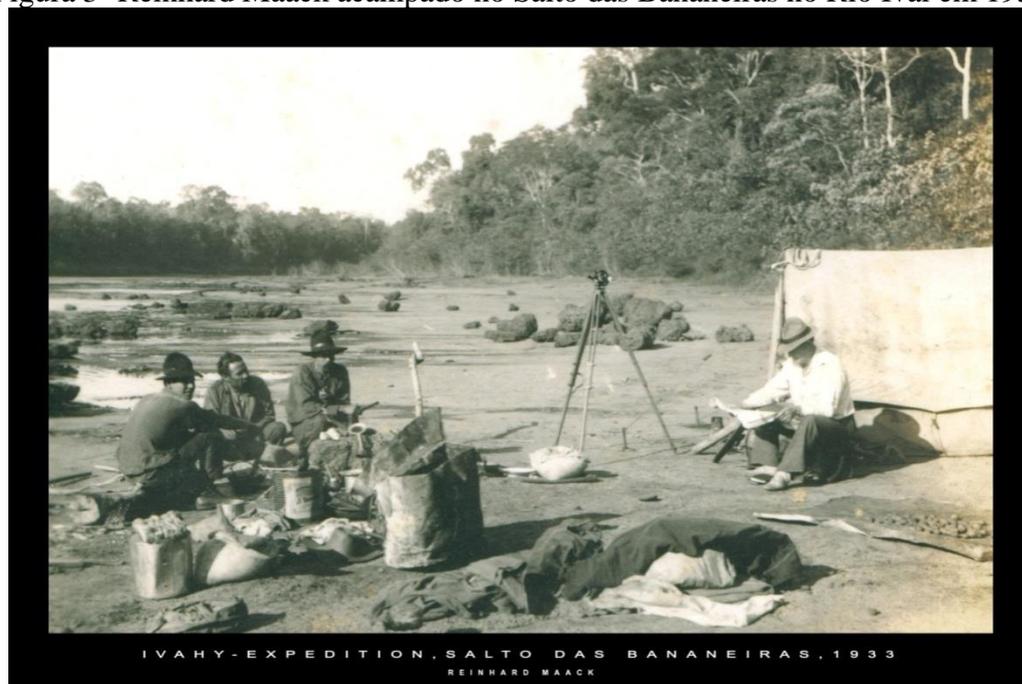
A expedição no Rio Ivaí foi realizada em duas etapas, sendo que a primeira etapa foi realizada no segundo semestre de 1933, como de costume, navegando em seu barco desmontável, marchando a pé, ou de acordo como as condições lhe proporcionavam outros meios. Uma das localidades em que Maack faz os seus primeiros relatos dessa expedição, ainda em sua fase inicial (durante a primeira etapa em 1933) foi nas observações realizadas nas ruínas de Vila Rica. Fundada em 1630, uma histórica Redução Jesuíta, destruída pelos bandeirantes paulistas em 1632 (MAACK, 1967, p. 45).

Pelas anotações nos registros biográficos de Maack, no dia 25 de setembro de 1933 ele esteve na região do Salto da Fogueira no Rio Ivaí, local em que teve uma experiência particular em um sonho, ele sonhou com o som dos sinos da igreja e um trem com pessoas mortas e a foto de seu pai. Mais tarde, ao retornar da expedição, fica sabendo da morte de seu pai na Alemanha (MAACK, 1967, p. 45).

---

<sup>9</sup> No original: “Von Roland zog die Expedition durch eine neu geöffnete Picade in das Quellgebiet des Rio Keller und von dort über eine neu entstandene Waldsiedlung "Marilândia" nach Fachinal und zum Salto da Fogueira am Rio Ivaí”. MAACK, Reinhard. "Deutsche Ivaí-Expedition 1934" Zeitschrift d. Ges. f. Erdkunde zu Berlin, 1936, S. 44.

Figura 3- Reinhard Maack acampado no Salto das Bananeiras no Rio Ivaí em 1933



Fonte: Acervo Reinhard Maack.

Sobre alguns dos relatos da expedição, ainda no Ivaí inferior, o cenário natural conforme contemplado no vale do Ivaí apresentava muito da natureza e pouca presença humana. Maack acrescenta a informação de que a região do Ivaí inferior foi à última parte da floresta paranaense para onde os animais fogem da presença humana e os “humanos caçadores” vão ali atrás deles, sendo que o avanço da colonização “cercava” aquela região, conforme o seu relato publicado em 1941 nos *Arquivos do Museu Paranaense*.

As florestas do vale do Ivaí atualmente representam as regiões mais ricas em caça do Estado do Paraná. Quando eu viajava nos anos de 1933/34 através das florestas do noroeste do Paraná e no vale do Ivaí, aquela região estava completamente deserta de seres humanos. Encontramos os últimos moradores no Salto da Fogueira, e depois em todo o caminho da viagem de mais ou menos 2.400 quilômetros, na extensão de 780 quilômetros nem viva alma. Somente ao cruzar o mato para o norte, achamos nesse tempo na Fazenda Ivaí três famílias e finalmente, no caminho da volta do Alto Paraná a ilha de colonização de Campo Mourão. A falta completa de habitantes humanos naquelas terras na época citada tinha tido por consequência uma surpreendente concentração de caças nas florestas do Ivaí inferior. Os animais de caça tinham se refugiado para aquelas paragens, recuando perante a colonização crescente do país que vinha do norte, de leste e sul, bem como do Rio Paraná com o seu movimento de navios. (MAACK, 1941, p. 124-125).

Pela data da publicação da citação acima ser de 1941, acreditamos que ela se refere à primeira etapa da expedição feita em 1933, porém com acréscimos de alguns dados da segunda

etapa realizada em 1934, em virtude da posterioridade da publicação, principalmente por Maack citar a expressão: “no caminho da volta do Alto Paraná”, sendo que na segunda etapa ele retorna por outro caminho.

No texto publicado em 1941 no *Arquivo do Museu Paranaense* sob o título de *Algumas observações a respeito da existência e da extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná*, Maack confirma que a segunda etapa da expedição foi realizada no ano de 1934, acrescentando as motivações de um contexto de pretensões em seus estudos dos aspectos geológicos da região, inclusive citando uma planejada ou improvisada pesquisa posteriormente realizada no Rio Piquirí durante a mesma expedição em seu trajeto de retorno.

A existência desses cones arenosos de delta me moveu no ano de 1934 em minha expedição ao Rio Ivaí abaixo e mais tarde no Rio Piquirí, a examinar perfis transversais ao leito do Rio através das terras da floresta até ao divisor de águas das bacias dos rios, afim de averiguar se nessas regiões os grossos derrames de Diabásios tinham sido excavados tão profundamente ou interrompidas por outras causas, de maneira que os pequenos confluente entalhassem seu leito nos arenitos jacentes São Bento, ou se existiam horizontes de arenito na lapa das camadas de Diabásios tão longe no interior da região da floresta do Paraná. (MAACK, 1941, p. 107).

Em uma edição da Revista *Kosmos*, publicada ano de 1962 na Alemanha, Maack afirma que em agosto de 1934 ele esteve na expedição no Ivaí, havendo montado seu acampamento ao meridional na costa do rio, a oeste se dirigia a Corredeira do Ferro da costa do norte, uma característica geológica do arenito Caiuá (MAACK, 1962, p. 385).

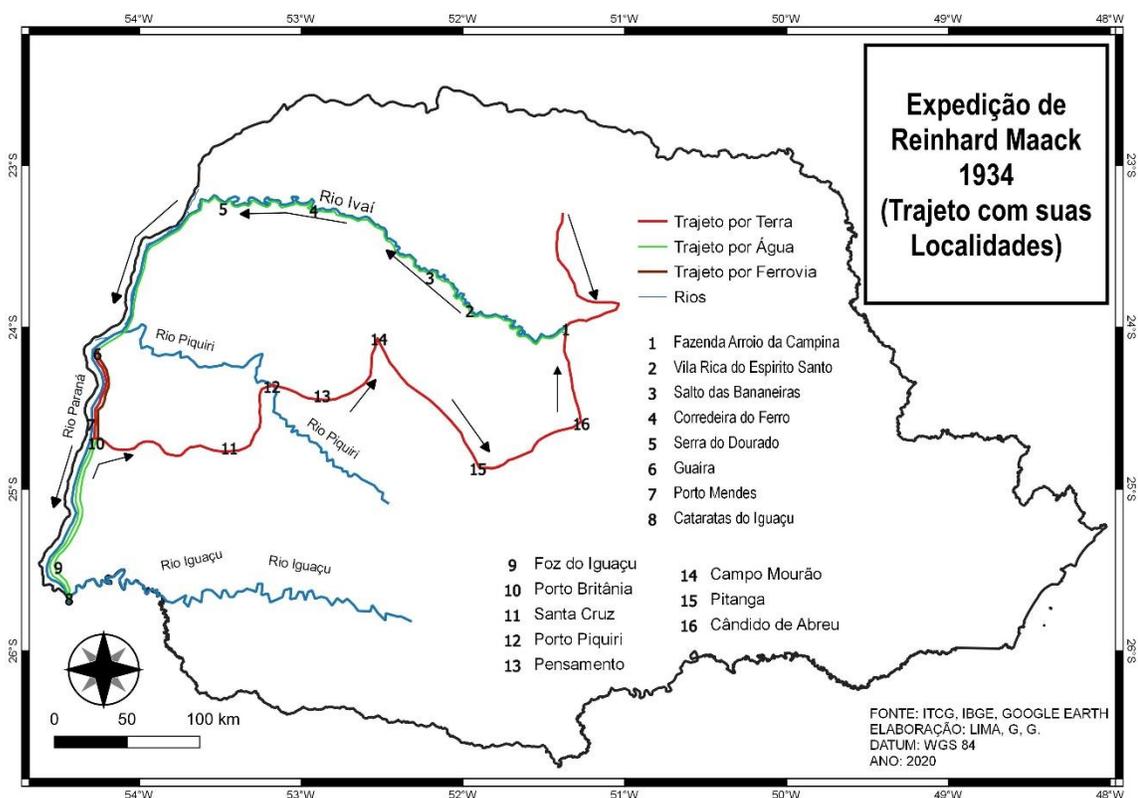
As observações sobre a formação do solo no terceiro planalto paranaense estão registradas por Maack em muitas das publicações feitas ao longo da vida desse autor; porém a primeira visita ao sertão paranaense do noroeste e do oeste do Paraná foi a sua expedição em 1933-34, Maack fez um relatório detalhado sobre a terra roxa, incluindo em seus registros os limites geográficos desse tipo de solo em sua publicação em 1937:

Essas rochas ígneas básicas formam uma das mais poderosas e extensas coberturas de lava do mundo. Sob a influência do clima, as rochas ígneas resistem para formar um solo de argila vermelha, profunda e pesada, a “terra roxa”, cuja fertilidade é conhecida mundialmente. Esses solos climáticos intensos preenchem toda a área entre o Rio Piquirí e o Rio Iguazú, mas mergulham no noroeste do Paraná, entre os rios Ivaí e Piquirí e entre os rios Paranapanema e Ivaí, sob arenitos mais soltos e vermelhos, com uma estrutura de areia clara, um antigo depósito de areia que observei em toda a sua extensão e que foram mapeados durante a expedição do Ivaí. (MAACK, 1937, p. 217, tradução nossa).

Ao fazer levantamento geográfico e geológico dos 781 quilômetros percorridos (medidos por Maack) durante a expedição do Rio Ivaí (provavelmente feita na primeira etapa da expedição), Maack construiu um comparativo com os dados anteriores em levantamentos feitos pelo engenheiro Keller, colocando os dados de sua expedição em 1933-34 à disposição das autoridades brasileiras para a construção de novos mapas municipais (MAACK, 1937, p. 114 -115).

Seguindo o percurso da expedição, em agosto de 1934 ele chegou ao Rio Paraná (MAACK, 1941, p. 109). Durante esse período na expedição principal do Ivaí (provavelmente na segunda etapa da expedição), foram feitos os registros cartográficos do curso do Rio Ivaí verificados e os fenômenos geológicos até o Rio Paraná e o majestoso córrego desse rio, da ilha da foz do Ivaí até Guaira (MAACK, 1967, p. 45). Vide mapa e Anexo 1

Mapa 1 – Expedição de Reinhard Maack em 1934



Continuando a expedição em seu trajeto. Das majestosas quedas das conhecidas Sete Quedas do Rio Paraná, provavelmente Maack se utilizou da ferrovia ali existente naquele período, segundo demonstrada por Pfluck (2016, p. 187) e também por Freitag (2007, p. 75), e se dirigiu até Porto Mendes (região do atual município de Marechal Cândido Rondon). De lá, entre as barrancas

do Rio Paraná foi até Foz do Iguaçu, de Foz do Iguaçu até as Cataratas do Rio Iguaçu, trecho em que Maack cavalgou devido às péssimas condições do caminho (MAACK, 1967, p. 45).

Não sabemos com quantas pessoas Maack teve contato nessa passagem por Foz do Iguaçu, porém suspeitamos que provavelmente ele tivesse algum contato com os moradores de Foz do Iguaçu, principalmente se tratando sobre Foz do Iguaçu da existência de um princípio de uma colonização iniciada por alemães e holandeses, segundo Pimentel (2006) e (2015).

A existência dessa comunidade alemã, incluindo a fundação de uma cooperativa naquele período em Foz do Iguaçu está descrita em uma publicação do Jornal *O Presente* com publicação em 17 de Julho de 2015, extraída de um artigo do jornalista Ronildo Pimentel (2015), texto publicado anteriormente em 2006 em um Jornal de Foz do Iguaçu, com o título de *A saga dos alemães e holandeses na fronteira*.

A falta de estrutura básica em Foz do Iguaçu era uma rotina diária de dificuldades para a população do lugar e agora também para recém-chegados. Para suprir a deficiência na saúde, no comércio, cultura e religião, de forma solidária os alemães, holandeses e outros migrados à Triplice Fronteira se organizaram numa cooperativa, a “*Bauernverein*”. A primeira diretoria da associação era integrada pelos pioneiros das famílias Welter, Colombelli, Weirich, Niewenhoff, Boyarski e Kercklek, segundo Renildo Pimentel, em “*A saga de alemães e holandeses na fronteira*”. (PIMENTEL, apud PIMENTEL, 2015, p. 4).

Conforme já mencionado anteriormente, já havia descendentes de alemães na região, segundo o relato de Lima Figueredo, em uma das “*obrages*” que explorava a região oeste; A *Companhia de Colonização Esperia* já havia designado colonos alemães e italianos na região: “Antes da revolta de 1924, esta Companhia já havia localizado 200 famílias de colonos alemães e italianos” (FIGUEIREDO, 1937, p. 106). Apesar de Figueiredo mencionar o regresso de apenas 30 famílias após a revolução tenentista de 1924.

Na publicação de Maack em 1937, ele fez uma observação histórica de que a região do oeste do Paraná, no tempo das *obrages* estava bem desenvolvida. Observou que no período anterior a 1924 havia uma considerada estrutura e que também as estradas estavam em boas condições.

A área do oeste do Paraná, entre Guaira e Foz do Iguaçu já estava com estradas bem desenvolvidas antes de 1924, e com base no bom negócio do mate a região era amplamente habitada por pessoas. Após a revolução, as ruas e pontes do oeste do Paraná entraram em colapso e com a queda na exportação de mate, as pessoas foram mudando gradualmente da região. (MAACK, 1937, p. 209, tradução nossa).

Ainda em sua observação, Maack confirma historicamente que, após a revolução de 1924, as estradas estavam se desfazendo e as pontes desmoronando no oeste do Paraná, porém com o declínio na exportação de erva-mate, as pessoas perderam gradualmente suas terras porque não havia mais meios de subsistência econômica devido à falta de rotas de transporte e de mercado para seus produtos (MAACK, 1937, p. 209 -210).

Curiosamente, no trajeto de retorno da expedição durante o ano de 1934, houve uma mudança de rota, não sabemos se planejada ou improvisada, sendo que até ao Porto Britânia a expedição de Maack retornou pelo mesmo caminho percorrido na ida, ou seja, navegando pelo Rio Paraná até o referido porto (região do atual município de Pato Bragado). Segundo Santos (2019) o Porto Britânia, localizado na fazenda com o mesmo nome de “Fazenda Britânia”, foi uma antiga *obrage*.

Mais ao sul encontra-se o Porto Britânia, erguido em 1906, que, a partir do início das atividades da *obrage* Fazenda Britânia, passou a ser largamente utilizado para comercializar em Foz do Iguçu. A distância entre o Porto Britânia e Foz do Iguçu era de nove horas. Posteriormente foi organizado um centro administrativo para que se pudesse gerir o transporte de erva-mate e madeira. Todos os suprimentos e materiais para erguer essas estruturas vinham do exterior: (SANTOS, 2019, p. 70).

A partir de Porto Britânia, Maack alterou a rota do percurso para seguir outro trajeto no retorno de sua expedição, ele foi atravessando a região do oeste do Paraná por terra, da região da Fazenda Britânia ele se dirigiu então em direção ao Porto Piquirí no Rio Piquirí.

Quando viajei por essa área para rio Piquirí em 1934, durante a expedição do Ivaí, só encontrei três famílias brasileiras em Mareccas, uma em Toledo e outra em Santa Cruz, na rota de 190 km. Por outro lado, índios guarany e paraguaios, cerca de 25 famílias, haviam recuperado a terra abandonada. Ninguém morava entre Santa Cruz e Porto Piquirí, e em 1936 recebi a notícia do último morador de Santa Cruz, o Sr. Thomas Soubriño, de que ele também havia desistido de viver e trabalhar com sua família por causa da dificuldade econômica. Faltavam rotas de tráfego, com isolamento e falta de possibilidade de venda de mercadorias. (MAACK, 1937, p. 210, tradução nossa).

No referido trajeto acima citado por Maack (entre o rio Paraná e o rio Piquirí), provavelmente foi o trajeto em que a referência é de um dos caminhos da outrora conhecida *Picada Alica*, a menção de “Santa Cruz” (nome do cunhado de Alica) fazia parte de um dos lugares visitados por Maack, estando relacionada com a região que compreende ser o atual município de Cafelândia, conforme Yokoo (2011).

Essa picada, de acordo com mapas de meados do século XX, foi denominada de Picada Alica, e iniciava-se na foz do rio São Francisco, no rio Paraná que o ligava com o curso médio do rio Piquiri. Pela execução desse trabalho, o obragero recebeu o direito inusitado para a época de cobrar pedágio fixado em dois mil réis por animal carregado ou de carroças, ou de mil réis por animal livre que transitasse pela referida picada. Portanto, nesta picada foi necessário instalar inúmeros postos de controle e de depósitos, e, entre esses postos, relacionamos os de Central Santa Cruz, que hoje é distrito judiciário com o mesmo nome, fazendo parte do atual município de Cafelândia. (YOKOO 2011, p. 10-11).

Em 1934, além de Maack descrever a situação de abandono, ele evidencia uma expedição em uma região do Paraná em que a mata era intensa e os solos se apresentavam férteis, demonstrando que a expedição tinha por finalidade, entre outros motivos, em avaliar a capacidade e o possível potencial econômico, incluindo condições salubres para o condicionamento da vivência humana, sendo um objeto interessante para os “olheiros” naquele momento, após o declínio econômico de região.

A região oeste do Paraná estava inserida no território que contemplou e foi onde se desenvolveram o ciclo da erva-mate e da madeira. Para compreender melhor o cenário geográfico e econômico do oeste do Paraná no período anterior da revolta tenentista de 1924-25, segundo Pfluck (2016), que assim descreve sobre a região e o ciclo regional da erva-mate:

Quando da criação da Província do Paraná (1853), a erva mate era fornecida para os mercados de “[...] Buenos Aires, Montevideú, Valparaíso no Chile e Rio de Janeiro” e Europa. Exploração possível pela ausência brasileira na região. Para Hoff, as atividades obrageras se intensificaram com o fim da Guerra do Paraguai (1870); os obrageiros navegavam pelo Rio Paraná; construíram uma ferrovia (Matte Laranjeira); abriram portos; construíram ranchos e picadas. O subir o Rio Paraná era possível desde sua foz até o Porto Mendes Gonçalves (Porto Mendes), 60 km a jusante das Sete Quedas e desde trecho até Guaíra por ferrovia e tomando-se novamente as águas do Rio Paraná. Entre as Quedas de Guahira ou Sete Quedas até 60km abaixo (Porto Mendes), havia duas possibilidades de ultrapassar, em vindo do Paraguai (PY) e do Mato Grosso do Sul (MS) a erva mate era transportada até as margens do Rio Paraná a montante das Quedas e atravessada pelo Rio Paraná até Guaíra; outra, a erva mate colhida no Oeste do Paraná era trazida por mensus e por carretas puxadas por juntas de bois ou cavalos até os portos da margem esquerda do Rio Paraná. As obras de exploração de erva mate, no oeste do Estado, situavam-se entre o Rio Paraná e as cercanias de Campo Mourão e Guarapuava. As principais obras cronologicamente foram: Companhia Mate Laranjeira; Domingos Barthe; Nuñez y Gibaja; Companhia de Maderas Del Alto Paraná (Julio Tomás Alica); Petry, Meyer e Azambuja; Concessão Waldemar Matte; Concessão Miguel Matte; São Paulo – Rio Grande. (PFLUCK, 2016, p. 187).

Outra referência da região em sentido mais amplo (oeste e parte do noroeste do Paraná) visitada por Maack nessa ocasião segundo Duarte (2017), que faz uma descrição do período da

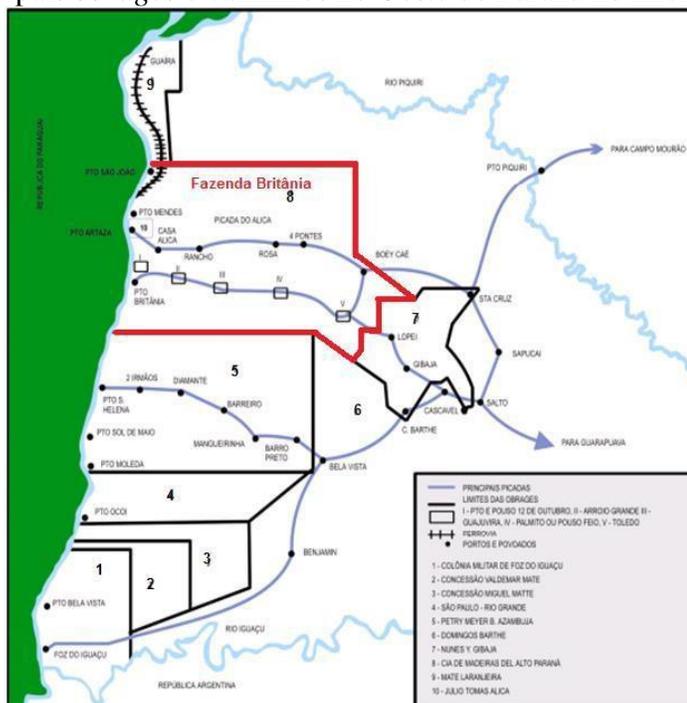
*Coluna Prestes*, ou seja, da revolução tenentista, período em que o tenente João Cabanas esteve na região (1924 -1925). Portanto, nove anos antes do que Maack em 1934, sendo que naquele período (antes da revolução tenentista), o sistema das *obrages* ainda estava em pleno funcionamento.

Tenente João Cabanas, o bravo comandante da Coluna da Morte, sabia que estava no Brasil, mas se sentia na Argentina. Empresas desse país e ingleses exploravam erva-mate e madeira em território brasileiro completamente à vontade. A Companhia Mate-laranjeira tinha uma ferrovia de 68 quilômetros, que ligava Porto Guaíra (Alto Paraná) a Porto Mendes (Baixo Paraná) para completar a navegação interrompida no Salto Sete Quedas, no rio Paraná. E linha telefônica para comunicação entre os portos Mendes, Guaíra, Artaza e Camargo com os escritórios da Companhia. A Mate-laranjeira era proprietária de Porto Mendes. E a Mercantil Domingo Barthe do Porto Santa Helena. Essa estrutura garantia o escoamento de enorme quantidade de madeira e de erva-mate colhida e beneficiada no Paraná, Paraguai e em Mato Grosso para as repúblicas do Prata. Língua espanhola, moeda Argentina e nomes estrangeiros em solo brasileiro. Era o caso de *Pensamiento*, grande centro de exploração de erva-mate da empresa do argentino Julio Tomas Alica, e de *Natividad*, ambos em Campo Mourão. A empresa contava com portos particulares no rio Paraná. Ao ocupar o povoado Piquirí, na margem direita do Rio Piquirí, no final do outubro, Cabanas descobriu o regime de escravidão dos *mensús* homens e mulheres paraguaios trazidos para trabalhar nos ervais, que não conseguiam mais voltar, e alguns brasileiros que sequer possuíam certidão de nascimento. Ficou sabendo que o administrador Santa Cruz – paraguaio genro de Julio Alica – desonrava filhas e mulheres dos trabalhadores. E revoltou-se com a crueldade dos capatazes, que chicoteavam quem reclamasse e executavam quem tentasse fugir, criando leis próprias em solo brasileiro. (DUARTE, 2017, p. 131-132).

A situação acima descrita por Duarte (2017) é apenas uma referência da realidade histórica da região oeste do Paraná no tempo das *obrages*, período que antecedeu ao declínio econômico ocasionado e vivenciado após a revolução tenentista.

Voltando para o assunto do trajeto percorrido por Maack, como já descrevemos anteriormente, provavelmente Maack seguiu pelos antigos caminhos das *obrages* (Figura 4) e contemplou as ruínas de um sistema econômico que existia ali anteriormente, conforme interpretamos o relatado em sua biografia publicada no ano de 1967 e também na sua publicação em 1937.

Figura 4- Principais *obrages* e caminhos no Oeste do Paraná no início do século XX.



Fonte: (SANTOS, 2019, p. 59). Original: (WACHOWICZ, 1982, p. 64).

Reconstruindo o trajeto após a alteração da rota percorrida no trajeto de ida, em seu retorno, partindo de Porto Britânia, passando por Marrecas, Toledo, Santa Cruz até o Porto Piquiri (MAACK, 1937, p. 210), conforme já mencionado, provavelmente se utilizou antigos caminhos da *Picada do Alica*. Posteriormente (após cruzar o Rio Piquiri) passando por Rancho Pensamento, na intensa floresta subtropical de mata araucária em Campo Mourão (MAACK, 1967, p. 45).

A importância da região contemplada na expedição pode ser reconhecida tanto no aspecto geográfico estratégico, por ser uma região de fronteira com o Paraguai e a Argentina, como em aspectos econômicos para o governo estabelecer acordos com eventuais empreiteiros para explorar economicamente a região. Maack, ao executar sua expedição científica nessa região entre os rios Paraná e Piquiri, incluindo o território do outro lado do Rio Piquiri até a região de Campo Mourão, após o declínio econômico evidenciado, justamente no período em que o governo estadual estabelece a anulação das antigas concessões de terras conforme Swain (1992). Isso, de certa forma, ajuda a esclarecer parcialmente prováveis razões da expedição realizada em 1933-34.

A partir de 1930, o governo do Paraná recupera mais de 3 milhões de hectares, decretando a anulação das concessões feitas anteriormente. Nesta época, o País atravessa um período de agitações políticas (Revolução de 1930) que transferem o poder da oligarquia dominante (grandes proprietários de terras produtores de café) a uma classe média urbana,

industrial, interessada na soberania do Estado sobre as riquezas naturais. Alguns anos mais tarde são implantados projetos de colonização afim de evitar o desflorestamento selvagem. Algumas colônias são fundadas nesta época: Piquiri, Goio-Erê, Goio-Bang, Manuel Ribas, Muquidão e Mourão. Algumas companhias privadas desenvolvem também projetos de colonização, dentre os quais se distingue Maripá, com 124.000 alqueires (1 alqueire = 2,48 ha). A ação conjugada do governo e das companhias privadas facilita assim o processo de povoamento do oeste do Paraná que se intensifica nos anos 40. (SWAIN, 1992, p. 25).

Ao examinar a historiografia, percebemos que a referida região do oeste do Paraná posteriormente passou a ser alvo de projetos de colonização mais intensos e modernos como exemplo da colonizadora Maripá entre outras.

Além do projeto de povoamento regional, também tiveram por objetividade projetos que contemplassem uma retomada e a continuidade de processos de exploração extrativista que existiram anteriormente na região, por isso a necessidade de uma descrição mais científica e detalhada do território para averiguar e declarar as reais condições climáticas e salubres, assim como as potencialidades vegetais e minerais existentes, e com a elaboração da descrição sobre a formação geológica e a fertilidade dos solos.

Retomando o assunto da passagem pelo oeste do Paraná, Maack chegou com uma carroça coberta em uma reserva dos índios Guarani, em Santa Cruz (Cafelândia) essa carroça coberta quebrou, estando Maack e seus companheiros com sete cavalos em estradas pesadas e intransitáveis (MAACK, 1967, p. 45). Ainda permanecendo na região de Santa Cruz, Maack só chegou conseguiu uma mula, e contratar um peão argentino e um índio guarani. Foram transportados pela mula os instrumentos, equipamento de barraca e o barco. Maack e seus cinco companheiros tiveram que andar a pé, tomando o caminho (MAACK, 1967, p. 45).

Ao marchar por caminhos primitivos e pelas florestas sem fim, Maack pensou vivamente em Ulrich Schmiedel, quando este viajante alemão (segundo observação de Maack) atravessou os mesmos campos em 1552-1553 e teria dito “passamos por uma floresta selvagem, como nunca vi em minha vida e eu andei por toda parte” (MAACK, 1967, p. 45).

Embora não esteja mencionada declaradamente na biografia de Maack publicada em 1967, e também não faz parte do trajeto considerado “oficial” da referida expedição, mas é provável que também tenha navegado pelo Rio Piquiri conforme a sua publicação em 1941.

As poucas pessoas que tem descido em canoa o Rio Ivaí ou Rio Piquiri, já deviam ter notado há tempos, que, a começar de uma certa zona do curso inferior, todos os afluentes dos grandes rios formaram, antes de sua foz no rio principal, cones de delta de areia pura,

sendo que no vale do Rio Ivaí em ambas as margens, e no Rio Piquirí apenas na margem setentrional. (MAACK, 1941, p. 107).

A observação feita por Maack, da existência do arenito Caiuá no noroeste do Estado, caracterizando o Rio Piquirí como um rio que serve de referência, sendo observado como um marco de “divisor de solos” em certos trechos de seu leito. Além de essa citação certificar que Maack provavelmente navegou pelo Rio Piquirí durante a referida expedição que equivocadamente é chamado em alguns textos apenas de “expedição do Rio Ivaí” (talvez pela execução da primeira etapa da viagem), certifica que Maack estava profundamente envolvido na missão em dar uma definição científica do histórico da formação geológica e da composição mineral dos solos e rochas existentes, de maneira mais técnica e ampla sobre o terceiro planalto paranaense.

A existência desses cones arenosos de delta me moveu no ano de 1934 em minha expedição do Rio Ivaí e mais tarde Rio Piquirí, a examinar perfil transversais ao leito do Rio através das terras da floresta até ao divisor das águas das bacias dos rios, afim de averiguar se nessas regiões os grossos derrames de Diabásios tinham sido escavados tão profundamente ou interrompidas por outras causas, de maneira que os pequenos afluentes entalhassem seu leito nos arenitos jacentes São Bento, ou se existiam horizontes de arenito na lapa das camadas de Diabásios tão longe no interior da região da floresta do Paraná. (MAACK, 1941, p. 107).

Na continuidade do trajeto, em seu retorno, a partir de Campo Mourão, a rota percorrida passou por Pitanga indo até ao Rio Ivaí e Cândido de Abreu e foi concluída na Fazenda Arroio da Campina. Maack cita que a referida fazenda somente existiu até 1945, sendo depois destruída. Foram feitas muitas filmagens, fotos e registros nesta expedição. Nos registros de Maack ficaram gravados cartograficamente 2050 km de itinerário (MAACK, 1967, p. 46).

No contexto da expedição efetuada em 1933-34, é interessante a observação de Maack sobre a paisagem paradisíaca contemplada por ele do interior do Paraná. A observação nos relembra o contexto paradisíaco em que os primeiros aventureiros expedicionários europeus em terras brasileiras estavam inseridos, assim relatadas conforme o obra de Holanda (1969) em *A Visão do Paraíso*. Do mesmo modo Maack não deixa escapar sua contemplação paradisíaca:

Quando nos anos de 1933/34 eu descia o Rio Ivaí, a caça se mostrava tão mansa, conhecendo tão pouco o perigo do homem, que eu pude filmar e tirar fotografias de antas, veados, jacarés, capivaras e aves em poucos metros de distância, sem usar um teleobjetivo. Não custaria muito conservar este estado natural impressionante e paradisíaco. Nesse tempo eu tinha proibido severamente à meus companheiros matar animais de caça maiores. O rio nos fornecia bastante alimento por sua riqueza em peixes. Somente uma

única vez meus camaradas transgrediram minha proibição de atirar, quando uma noite forte manada de antas quebrava a moita ao lado de nossas barracas, jogando-se ao rio. Mas eu consegui fazer parar a fúria de tiros que irrompia, de maneira que só foi morta uma anta. (MAACK, 1941, p. 126).

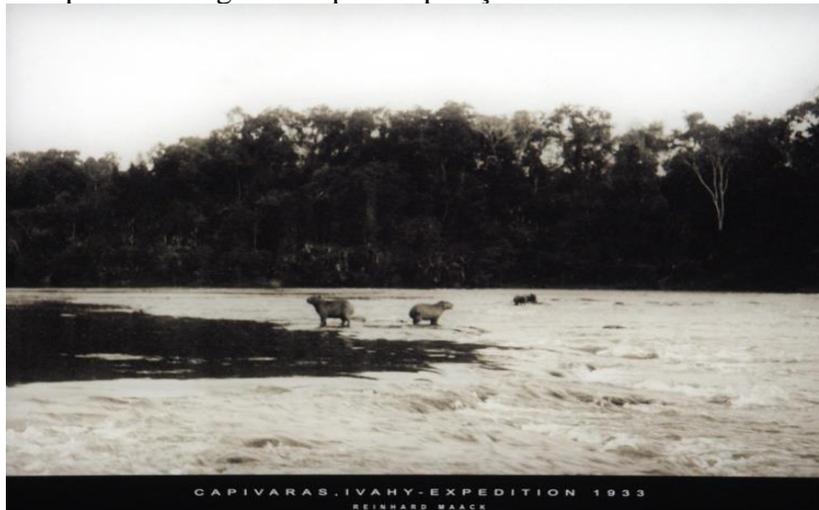
Maack é reconhecido pela academia por suas publicações posteriores a esse período, como alguém que sempre se preocupou com questões ambientais e com a preservação da natureza, conforme os registros de Maack (1953). O relato de uma paisagem paradisíaca no interior Paraná na década de 1930, que no aspecto da temporalidade não está muito distante da atualidade, sem os registros talvez (Figuras 5 e 6), em um futuro mais distante da atualidade, apenas permaneça na memória popular como conto ou mito.

Figura 5- Pesca dos companheiros de Maack no Rio Ivaí em 1934.



Fonte: Museu Municipal de Herford – Alemanha

Figura 6- Capivaras fotografadas pela expedição de Maack em 1933 no Rio Ivaí.



Fonte: Museu Municipal de Herford - Alemanha.

## 5. CAPÍTULO IV – OS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REINHARD MAACK

### 5.1 OS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL

Em julho de 1939, Maack publicou nos Estados Unidos um artigo intitulado *The Germans of South Brazil* – Os alemães no Sul do Brasil – Esse artigo publicado no *The Quarterly Journal of Inter-American Relations* foi alvo de contradições e polêmicas, primeiramente porque dependendo do tipo de interpretação que fosse atribuída ao artigo, poder-se-ia enquadrá-lo em diferentes perspectivas.

O artigo foi traduzido para a língua portuguesa pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sendo anexado em um processo de um levantamento de dados e de estudos para ao auxílio de informações sobre o Projeto de Nacionalização do Ensino Primário e Secundário no Brasil.

O artigo foi inserido em um processo no Projeto de Nacionalização do Ensino, sendo que o protocolo do documento, que é datado no dia 09 de agosto de 1940, processo que foi encaminhado pelo diretor Lourenço Filho ao Ministério da Educação e Saúde, para o então Ministro Gustavo Capanema. Essa documentação faz parte do acervo do Arquivo Gustavo Capanema da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC, CAPANEMA, GC g 1934.11.30, rolo 27 fot. 1 a 205, não paginado).

Sobre o artigo, a princípio parece que o texto de *The Germans of South Brazil* foi útil ao governo brasileiro para entender um pouco mais sobre o contexto da imigração alemã, mas provavelmente também serviu para “inspecionar” os escritos de Maack, procurando argumentos contra Maack para uma eventual elaboração e fundamentação de possíveis e prováveis acusações para serem feitas posteriormente.

Considerando a ascensão do nazismo ocorrido na Alemanha no início da década 1930 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial naquele mesmo ano de 1939, justamente ao “calor” daquele momento histórico da guerra, podemos abordar o fato de alguns renomados intelectuais e políticos brasileiros, como o caso específico de Gilberto Freyre, que se posicionou sobre o tema, em relação à Maack, Freyre chegou a publicar um texto com consideráveis críticas no início de década de 1940.

A polêmica criada acerca do conteúdo do artigo que foi escrito por Maack em 1939, deve ser analisada com alguma cautela. Afinal, naquele contexto histórico, com a Segunda Guerra Mundial em pleno andamento, setores políticos e acadêmicos entre outros, demonstraram suas preocupações com o chamado “perigo alemão”.

Nesse contexto histórico, percebemos um aumento em certa proporção da tensão e da atenção para o que estava acontecendo no cenário político brasileiro e mundial naquele momento conforme a crítica de Freyre sobre Maack e seu texto:

O ilustre geógrafo alemão sr. Reinhard Maack, creio que presentemente no Brasil, acaba de publicar na revista de professores e estudantes da Universidade de Harvard, *The Quarterly Journal of Inter-American Relations*, interessante artigo sobre os colonos alemães, ou de origem alemã, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O geógrafo Maack conserva quanto possível, nesse artigo, a fleuma científica; mas uma vez por outra se exalta para exprimir sua revolta de alemão — ou, melhor, de nazista — contra as recentes leis brasileiras sobre aqueles seus compatriotas que pretendem conservar-se alemães (“Reichsdeutsche”) no nosso país. Ele chega a dizer que o “alemão conserva-se para sempre alemão, não importa o país para que o tenha levado o destino...” O que justifica, e claro, aquelas nossas leis de profilaxia contra as pretensões do velho germanismo transoceânico, agora avivadas pelo nazismo. Porque o geógrafo Maack deve afinal nos conceder o direito de nos defendermos contra uma política nitidamente antibrasileira de colonização como a definida por ele próprio no artigo para a revista de Cambridge. Não insistíssemos nessa defesa, e nos revelaríamos ainda mais fracos, mais incapazes e mais ingênuos do que nos supõem aqueles que fazem da cultura luso-brasileira idéia tão desfavorável: uma cultura lamentavelmente inferior a germânica. (FREYRE, 1942, p. 83-84).

Apenas para o conhecimento mais preciso sobre os fatos, em sua primeira publicação, o texto de Freyre foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 03 de abril de 1940 (FREYRE, 1942, p.83). Portanto em uma data bem próxima (menos de um ano) à data da publicação de *The Quarterly Journal of Inter-American Relations*, escrito e publicado em inglês por Maack nos Estados Unidos em julho de 1939.

Apesar das aparentes contradições interpretativas sobre o conteúdo do artigo de Maack, podemos considerar que o texto *The Germans of South Brazil* demonstrou ser um trabalho diferenciado em seu conteúdo; isto é, não sendo direcionado aos aspectos geográficos, geológicos do ponto de vista científicos sobre composições e formação de rochas e solos, se comparado com a rotina dos temas costumeiramente abordados e aos tópicos de abordagens rotineiras produzidos em outros textos por Maack durante a trajetória de sua vida, porém o texto desse artigo estava ligado a temas relacionados com o nacionalismo e a imigração.

O artigo *The Germans of South Brazil* contém principalmente informativos específicos de dados sobre imigração alemã e suas variáveis, como por exemplo, no levantamento de números significativos sobre as imigrações alemãs que ocorreram no sul do Brasil, ou seja, está repleto de informações quantitativas sobre o contexto histórico vivenciados pelos alemães e seus descendentes, bem como informações muito precisas sobre fatos que ocorreram durante o longo processo da imigração alemã no sul do Brasil.

É interessante observar a metodologia em que Maack apresenta gráficos demonstrativos sobre os lugares diversos na Europa (considerando que a Alemanha como um país ainda não existia durante o período inicial da imigração alemã ao Brasil) principalmente das localidades na Europa Central, das regiões onde se originaram os alemães que posteriormente vieram para o Brasil. Maack também demonstra no texto a distribuição geográfica desses imigrantes pelo imenso território nacional brasileiro, em especial nos três estados sulinos, em que os alemães e seus descendentes haviam sido inseridos e distribuídos pelo território.

No entanto, se observado “por outro lado”, ou por outra interpretação, o texto *The Germans of South Brazil* contém alguns trechos em Maack apresenta certo “exagero” (ao qual Freyre apontou como sendo um texto de caráter nazista), porém essa discussão sobre o “enquadramento” feito por Freyre, assim com o suposto exagero argumentativo demonstrado por Maack no texto, acontece justamente naquele momento crítico (início da década de 1940). Por isso, os argumentos apresentados por Maack por mais que estejam supostamente apenas defendendo a conservação de uma cultura germânica com características de nacionalidade, foram relacionadas por interpretação de Freyre com o nacional socialismo alemão, sendo de caráter nazista.

A regulamentação do Governo brasileiro daí resultante, apesar de compreensível não pode, porém, destruir a união nacional de todos os alemães, unidos por laços de sangue e de cultura comuns. No sentido nacional, um alemão é sempre alemão não importa para que país o seu destino o tenha conduzido nem em que continente tenha nascido. (MAACK, 1939, p. 2).

Em partes isoladas do artigo: *The Germans of South Brazil*, como na parte que em está inserida a citação acima, podemos reconhecer algum tom de incoerência, assim como estão presentes em outras partes do texto, os considerados “exageros”. Mesmo que Freyre demonstre obviamente uma parcialidade interpretativa sobre o conteúdo do texto de Maack, elaborando um “ponto de vista não alemão”, de fato ele foi severamente crítico sobre o parecer de Maack. Porém,

o que precisa e deve ser respaldado, é que Maack descreve e assume o seu “ponto de vista alemão”, independente das conclusões que foram atribuídas sobre ele e sobre seu conteúdo.

Além do mais, em relação ao conteúdo do artigo, existe uma questão que nos chama a atenção, e está no fato de que, apesar da consideração de um exagero de Maack em alguns pontos específicos. A discussão que Maack propõe, vai para além de argumentos exclusivamente tratados como temas nacionalistas. Sem a intenção de fazer alguma defesa para Maack, mas a proposta do artigo: *The Germans of South Brazil* ultrapassa o contexto analítico em ele foi inserido, ou seja, da limitação do tema sobre questões apenas de caráter nacionalista alemão, limitando a discussão integral do conteúdo do artigo. Talvez, devido a circunstâncias então recentes de pressão pela emergente guerra então em andamento (em 1940), porém iniciada anteriormente em 1939.

Estão entre os temas presentes no texto do artigo, os dados de um levantamento histórico, principalmente do processo da educação básica dos filhos dos alemães e seus descendentes e das dificuldades sofridas pelos alemães no longo processo histórico da imigração alemã iniciada em 1824.

Quando os primeiros imigrantes alemães vieram para o Brasil há mais de 100 anos não existiam instituições culturais governamentais que pudessem satisfazer mesmo as menores necessidades dos colonos. Não havia praticamente analfabetos entre os que vieram da Europa para o Brasil. Mesmo o mais humilde dos lavradores dentre os que vieram para o Brasil nos últimos 100 anos, possuía alguma instrução. Muito naturalmente, portanto, os imigrantes alemães fizeram todos os esforços no sentido de preservar os seus filhos do analfabetismo, mau grado e duro trabalho nas selvas. Deram lhes simples, mas sólida educação. Visto que não existiam escolas públicas, os colonos fundaram suas próprias escolas. (MAACK, 1939, p. 9).

O supracitado artigo aborda algumas discussões que apontam para as dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães e seus descendentes no sul do Brasil durante o processo em que ocorreu e se consolidou a imigração, sendo que Maack trata de problemas ligados a adaptações culturais, situação em que os imigrantes alemães e descendentes foram prejudicados por meio de políticas nacionalistas impostas pelo governo brasileiro.

No entanto, no parecer de Maack, não foram dados os devido direitos e condições aos imigrantes alemães em exercerem sua cidadania no Brasil, principalmente a partir das dificuldades criadas na segunda metade da década de 1930 pelo governo de Getúlio Vargas. Essas dificuldades foram principalmente referentes à proibição da utilização da língua alemã no ensino escolar, entre outras dificuldades impostas por decretos, sempre em prejuízo aos imigrantes alemães.

Depois de 10 de novembro de 1937, foram fechadas ou nacionalizadas todas as escolas e associações alemãs. As associações nacionalizadas receberam nomes portugueses, seus presidentes passaram a ser indicados pelo exército brasileiro e estatutos, válidos por 10 anos, foram ditados pelos agentes pelos agentes oficiais da comissão nacionalizadora. Os sermões em alemão nas igrejas foram proibidos sobre pena de sanção. O ensino de língua alemã nas escolas foi suprimido; só pode ser ensinado depois da 5ª classe primária e assim mesmo como idioma estrangeiro. (MAACK, 1939, p. 16).

Se refletirmos sobre o texto, de fato observamos que ele foge das questões ligadas aos seus estudos e pesquisas científicas, assim costumeiramente desenvolvidas e ligadas às ciências do solo. Nesse texto, Maack se ocupa em defender outra causa; a causa dos alemães no sul do Brasil.

Antes de fazermos algum juízo de valor sobre ideias ou práticas de um suposto nazismo por parte de Maack, ou a negação desses valores sobre ele, devemos observar que ele nomeia o título de seu texto de “ponto de vista alemão”. Pelo menos ele propõe um diálogo, demonstrando o seu lado, mesmo naquele momento em que no cenário político vivido por ele no Brasil se fechava negativamente contra ele (formando um cerco), de forma gradativa e contínua.

Se Maack, ao se expressar no texto *The Germans of South Brazil*, tivesse de fato demonstrado na íntegra textual apenas a intenção do desenvolvimento de teorias supostamente nazistas, jamais seria um texto viável para ser publicado em uma revista estadunidense em julho de 1939. Apesar de algumas ressalvas em seu conteúdo, o tema central e a provável razão da produção do artigo foi uma defesa das causas da imigração alemã, contendo o texto, além do histórico da imigração e colonização alemã no Brasil, uma queixa ao tratamento dado pelo governo brasileiro à população alemã e aos seus descendentes no sul do Brasil.

No conteúdo do texto, Maack demonstra em seus argumentos, a recuperação histórica de um dado muito importante, mostrando o ponto fundamental da discussão elaborada em seu artigo, que está na demonstração do direito não dado aos alemães pelo governo brasileiro, mesmo sendo, que esse direito foi estabelecido através de um decreto ainda nos tempos do Império.

Quando os primeiros colonos alemães vieram para o Brasil, em 1824, o país havia se tornado independente de Portugal havia apenas 2 anos. Infelizmente, os alemães que então emigravam – pequenos camponeses, lavradores e artífices – eram completamente destituídos de treino político e não haviam jamais ouvido em sua pátria coisa alguma a respeito de seus direitos políticos. Estavam acostumados a obedecer e a se subordinarem. O decreto brasileiro de colonização, de 16 de março de 1820, prometera importantes direitos políticos aos imigrantes. “gozarão dos mesmos privilégios e direitos concedidos aos súbditos portugueses”. Ficavam asseguradas aos colonos importantes possibilidades

de governo próprio local. Estas promessas não se realizaram, porém, pois que os colonos não foram reconhecidos como cidadãos brasileiros. (MAACK, 1939, p. 14).

O artigo sobre os alemães no sul do Brasil contém um considerável repertório numérico sobre dados quantitativos referentes à imigração alemã no Brasil, dentre outros temas do período. Mas a discussão principal é sobre os eventuais direitos dos alemães negados por Getúlio Vargas, principalmente, os do direito de cidadania brasileira desses imigrantes.

Foi o propósito de defesa dos direitos dos imigrantes alemães que se destacou como sendo a ideia central do artigo de Maack publicado em 1939. O texto também aborda perspectivas ligadas aos rumos da imigração alemã no Brasil, considerando as dificuldades impostas no final da década de 1930.

Em um comentário do historiador Sérgio Buarque de Holanda sobre a crítica de Freyre, em especial sobre o texto de Maack (FREYRE, 1980, p. 100), publicado por Freyre sob o título *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* em que a primeira publicação desta obra de Freyre como livro é de 1940 (FREYRE, 1980, p. 11). Holanda escreveu sobre o artigo de Maack, em uma republicação deste livro de Freyre, fazendo uma espécie de “intermediação” entre Maack e Freyre.

Em realidade o artigo do conhecido geógrafo não passa, em muitos pontos, de uma compilação de dados e argumentos já apresentados em outros estudos de menos responsabilidade. Em um deles, de autoria do Dr. Karl Heinrich Oberacker e publicado por uma instituição anexa à Universidade de Marburgo, explica-se por exemplo que a etnia brasileira só conseguiu verdadeiramente impor-se a negros, índios e mestiços porque o baixo grau de cultura dos mesmos não lhes permitia oferecer resistência à lusitanização. Isso porém não ocorre com os descendentes de alemães e italianos, que insistem e com razão – observa – em manter sua individualidade étnica, embora dentro do Estado brasileiro. “Em essência – diz o Dr. Oberacker – a brasilidade (não sei de outra tradução mais confortável para a palavra **Brasilianertum**) independe da etnia lusa. Se os negros e índios se deixam luzanitar, isso é de sua conta”. (HOLANDA, 1980, p. 100).

Para compreender o processo histórico vivido pelos alemães e seus descendentes desde início da colonização alemã até no final de década de 1930, considerando que as informações contidas no levantamento de dados sobre imigração feita por Maack que estão em outros autores, como citado acima por Holanda (1980), entre eles, principalmente alemães como o caso de Karl Heinrich Oberacker. Portanto, a opinião de Maack de maneira assumida e declarada do “ponto de vista alemão” torna sua publicação em 1939, assim como o tema relacionado ao nacionalismo num objeto digno de uma pesquisa mais apurada.

Uma vez que o debate gira em torno da opinião publicada e descrita por Maack, e isso acontece justamente no período do início da Segunda Guerra. Sendo assim, as primeiras análises que foram feitas, obviamente inseridas em opiniões e conceitos construídos e estabelecidos “no calor” do período da guerra.

Apesar dos conceitos polêmicos que envolvem temas como nacionalismo e etnicidade, considerando que no período em que o artigo foi publicado estar distante no sentido temporário e também interpretativo do que se pensa na atualidade sobre esses temas. Por isso, nossa proposta é de investigar as ações e o comportamento de Maack no contexto da temporalidade em que a discussão sobre o seu artigo ocorre, e isso para elaboração de uma abordagem historiográfica mais aprofundada do ponto de vista da História.

Com o objetivo em esclarecer a seleção (de textos) temporária feita, também pela insistência na abordagem de publicações feitas por Maack (dentre as muitas publicações desse autor), optamos principalmente em analisar as produções textuais elaboradas até o momento de sua prisão, ocorrida em 1942 (MAACK, 2012, p. 10).

Neste capítulo em especial, a nossa atenção está no exemplo do inédito artigo de Maack publicado em 1939, isso por causa das características peculiares apresentadas, com certeza um artigo com características ímpares, entre os que foram produzidos por ele até o período de sua prisão.

Com o intento de conhecer melhor o personagem Maack, principalmente pelo objetivo em obter uma melhor compreensão sobre o contexto da temporalidade em que o personagem histórico se encontrava. Considerando os conflitos teóricos nacionalistas e ideológicos em que ele esteve inserido, estabelecemos uma análise peculiar, mas com alguma exceção, selecionamos principalmente os textos que foram escritos e publicados antes de sua prisão em 1942.

Considerando que após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, os estudos elaborados e os escritos de Maack tomam outras diretrizes e a vida de Maack ganha outros rumos por questões óbvias, ou seja, por estarem direcionados para a área do conhecimento em que Maack teve sua formação, principalmente em estudos geológicos e geográficos, afinal, com o resultado negativo da guerra (para os alemães), perdeu-se o objeto em discutir o tema da imigração alemã, ou de um eventual nacionalismo nessa perspectiva.

## 5.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REINHARD MAACK E A GEOPOLÍTICA ALEMÃ

Não foi apenas ao Ministério da Educação e Saúde e a historiadores e sociólogos descritos anteriormente em nosso estudo, assim como citamos o exemplo de Freyre e Holanda em que Maack chamou a atenção ao produzir e publicar em 1939 seu texto *The Germans of South Brazil*. O texto também chamou a atenção dos geógrafos daquele período, principalmente a Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que publicou em 1941 na *Revista Brasileira de Geografia* suas conclusões sobre o escrito de Maack.

Para voltar ao assunto tratado pelo Dr. Maack, acrescentemos apenas que êle se queixa, aliás sem azedume, das tentativas de "dissolução de sua nacionalidade e de destruição de sua cultura alemã" que, desde 1937, vêm sofrendo os seus patrícios no Brasil. Aí, novamente, estamos em desacôrdo, porque a nosso ver, a palavra "nacionalidade" está indevidamente empregada. Terminando, êle lembra que "o destino dos Alemães no Brasil justifica claramente a reivindicação alemã de maior espaço (Lebensraum) para o seu excesso de população". Ninguém poderá negar que parece curioso o fato de, logo na frase seguinte, ele afirmar: "O que é certo é que a Alemanha não procurará esse Lebensraum no sul do Brasil, nem mesmo na América do Sul". Se esse espaço vital supõe o gôzo de direitos coletivos, é bom que assim seja e que deixemos de ser procurados como Lebensraum escolhido; mas se, como é o caso em imigração e colonização normal, só é visado o gôzo de direitos individuais, não haverá brasileiro patriota que não admita com satisfação a idéia de uma corrente imigratória de alemães para este país que sempre os acolheu bem, onde as suas qualidades são devidamente apreciadas, mas que tem o direito de preservar a sua nacionalidade, segundo as regras do direito internacional. Estas ponderações, sugeridas pela leitura do instrutivo artigo do geógrafo alemão, que tão bem conhece o Brasil, não constituem uma "resposta" ao que ele afirma, pois as suas informações são exatas e ele as apresenta com moderação. Trata-se apenas de uma divergência de interpretação, aliás fundamental. A questão da nacionalidade não pode ser invocada em países que não reconhecem a existência de minorias estrangeiras, detentoras de direitos coletivos, porque esta noção é tipicamente européia. O que distingue essencialmente as minorias raciais da Europa das minorias em países novos, é a origem histórica e o processo de formação daqueles e destas: no continente europeu, são oriundas, segundo as vicissitudes das ocupações e das conquistas, das vitórias ou das derrotas, independentemente da vontade dos atuais representantes dessas minorias. Nos países da América, ao contrário, resultam de uma ocupação pacífica, livre e garantida pela potência detentora dos territórios colonizados, sob a condição da aceitação da soberania e autoridade dessa potência. O imigrante que entra é livre, sabe quais as responsabilidades que assume e, ipso facto, se compromete tacitamente a não reivindicar direitos extraterritoriais, que lei alguma lhe pode conceder. E', pois, fundamental a diferença entre o nosso conceito americano e a noção européia corrente. Transplantada para o nosso continente, esta noção seria a ruína da nossa existência política como democracia independente e autônoma. (DE CARVALHO, 1941 p. 125 - 135).

Conforme a citação acima, mesmo que De Carvalho (1941) não acuse Maack de nazismo, porém faz-lhe uma crítica pela defesa da preservação de uma cultura estrangeira no território

nacional. Para compreender em que estaria fundamentada a defesa da nacionalidade alemã apresentada por Maack, ou até para entender como Maack enxergava essa comunidade alemã que vivia no Brasil, principalmente pelo fato dele defender no artigo publicado em 1939 essa causa; é preciso minimamente ter uma compreensão sobre o processo histórico em que as políticas de imigração alemã aconteceram e também as perspectivas historicamente construídas sobre a imigração alemã.

Apesar de já termos abordado sobre a geopolítica alemã no primeiro capítulo, porém isso foi feito sem incluir Maack e a expedição de 1933-34 na discussão. Nesse sentido podemos incluir, retomando a geopolítica alemã e o conceito do termo *lebensraum* – espaço vital alemão – em nossa pesquisa para analisar o significado pleno desse termo, incluindo Maack e a expedição no interior do Paraná nesse contexto analítico.

O termo conceitual *lebensraum*, no modelo teórico originalmente criado e desenvolvido por Friedrich Ratzel (1901), abrange a preocupação com um lugar para os alemães viverem e se desenvolverem plenamente em harmonia com a natureza, entre outros detalhes peculiares da geopolítica alemã, esse assunto é assim demonstrado por Losano (2005):

Entre os séculos XIX e XX, a geopolítica conta com três precursores, que retornam também em quase todos os escritos sul-americanos de geopolítica. O primeiro é o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), que nos seus primeiros escritos não mencionava ainda a “geopolítica”, mas sim a “geografia política”: este é o título de seu livro de 1897, no qual recorre pela primeira vez o termo 'Lebensraum' (espaço vital), elaborado depois cientificamente na sua obra de 1901. O espaço vital é a área na qual pode desenvolver-se um ser vivo, planta, animal, ou homem. O ponto de partida de Ratzel é, assim, a geografia botânica e zoológica; porém, nas suas obras a luta pelo espaço que garante a sobrevivência é descrita também com referência às grandes batalhas da história. (LOSANO, 2005, p. 11-12).

Considerando o desfecho negativo (para os alemães) com o resultado da Primeira Guerra Mundial, principalmente com a assinatura do considerado humilhante *Tratado de Versalhes* em 1919. Após a referida guerra, conforme demonstra Losano (2005), os conceitos da geopolítica alemã passaram a ser direcionados no início do século XX por Karl Haushofer (1869-1946).

O tratado de Versalhes privava a Alemanha de uma parte do território essencial para a sua sobrevivência como grande potência. O debate sobre o "espaço vital" tornou-se, então, politicamente central e, nele, a “geopolítica” assumia um peso crescente, até apresentar-se como a pedra angular da ideologia oficial no Estado nacional-socialista. Tem origem em Haushofer a teoria dos “grandes espaços”, usada para justificar as agressões alemãs, italianas e japonesas contra os Estados vizinhos. Tal teoria inspirou também o “novo

direito internacional” teorizado por Carl Schmitt, o mais importante jurista da época nacional-socialista, cujo pensamento está vivendo uma intensa reavaliação nos últimos anos. (LOSANO, 2005, p. 15).

Sobre a discussão que se fez na década de 1940 acerca do artigo de Maack, considerando que essas ideias imperialistas alemãs estavam profundamente ligadas na indagação e suspeita de que o *lebensraum* fosse um projeto alemão para o sul do Brasil.

Em princípio, como de um modo geral se compreende (para quem estuda geopolítica alemã), e assim demonstra Losano: “A geopolítica de Haushofer serviu como justificação ‘científica’ para a conquista da Europa oriental por parte da Alemanha”, Losano (2005, p. 16), concluindo que o real *lebensraum* como o alvo de recuperação e conquista para o “império alemão” na realidade sempre foi direcionado ao leste europeu, principalmente depois da perda de parte desse território após a Primeira Guerra Mundial.

Se existe algo que podemos afirmar com plena certeza, é que poucas pessoas obtiveram a clareza da ciência e dos conceitos desenvolvidos da geopolítica alemã assim como Maack. Depois de conhecer o solo paranaense (na região do Rio Tibagi) e estando já há algum tempo no Brasil (desde 1923), Maack em 1928, em seu primeiro retorno à Alemanha após seu primeiro período no Brasil, foi admitido como aluno talentoso na Faculdade de Filosofia da *Friedrich Wilhelms Universität* em Berlin e teve aulas sobre geografia com Dr. Albrecht Haushofer (MAACK, 1967, p. 40 - 41).

Nossa relevância em questão; em citar Albrecht Haushofer como um dos professores de Maack está no fato dele ser filho de Karl Haushofer, considerado então como a “pedra angular” da ideologia oficial do Estado Nacional-Socialista alemão (LOSANO, 2005, p. 15).

Durante a década de 1930, fazendo uma observação sobre discordâncias que existiam entre alguns cientistas alemães e o governo nazista, observamos que nem tudo foram flores entre os cientistas alemães e Hitler. Podemos ver o exemplo de uma controvérsia que existiu entre o *Führer* alemão relacionado à proibição de uma publicação de Karl Haushofer em 1939:

Albrecht Haushofer notou, em Julho de 1939, relativamente à razão motivadora da proibição da segunda edição do livro do pai, Karl Haushofer, *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung* (1939) que qualquer oposição feita à actual situação do Tirol do Sul despoletava a ira de Hitler, sendo que esta era a única região na Europa em que uma revisão fronteiriça conforme o princípio das nacionalidades não seria mencionada. (FERNANDES, 2011, p. 278).

As desavenças e os desentendimentos entre Hitler e os Haushofer não terminaram em 1939. Conforme o relato de Fernandes (2011), Albrecht Haushofer foi acusado de estar diretamente envolvido no atentado contra a vida de Adolf Hitler no dia 20 de julho de 1944 na famosa “Operação Valquiria”.

Também em 1944, Karl Haushofer e o filho Albrecht foram presos, tendo este último sido libertado ao fim de oito semanas. O atentado perpetrado contra Adolf Hitler, a 20 de Julho, conhecido como Operation Walküre e no qual Albrecht terá estado envolvido, acabou por conduzi-lo novamente à prisão, juntamente com o seu irmão Heinz (1906-1986), sendo que na noite de 22 para 23 de Abril de 1945, Albrecht foi assassinado. (FERNANDES, 2011, p. 279).

Em uma referência de Da Silva (2003), ela escreve sobre em um artigo de uma revista alemã de Geopolítica chamada *Zeitschrift für Geopolitik – ZfG* – revista que continha publicações de Albrecht Haushofer. Essa autora, além de descrever sobre algumas incompatibilidades, também descreve como aconteceu o trágico final das vidas de Karl e Albrecht Haushofer.

Albrecht Haushofer foi acusado de estar envolvido no atentado contra Hitler, em 1944, tendo sido assassinado pela Gestapo em abril de 1945. Ao término da II Guerra, Karl Haushofer, foi levado a julgamento pelo Tribunal de Nüremberg. Ele e sua esposa Martha Meyer-Doss, de origem semita, cometeram suicídio, em março de 1946. Haushofer deixou um documento para tentar esclarecer sua concepção político-partidária e participação na Geopolítica. (DA SILVA, 2003, p. 14).

Segundo Fernandes (2011), Karl Haushofer não partilhava dos ideais racistas de Hitler, dando a entender que havia diferenças entre a visão da Geopolítica científica de Haushofer em relação à visão e interpretação proclamada do *Führer* alemão sobre o tema.

Podemos concluir que Haushofer enquanto pangermanista não partilhava os ideais racistas do Nacional-Socialismo, tendo a sua família sido perseguida a partir do momento em que a protecção de Hess se deixou de verificar. Ao invés, Hitler ter-se-á apropriado da geopolítica Haushoferiana, adaptando-a à sua *Weltanschauung*, já que “Hitler podia convencer multidões”, mas era “a ‘Escola’ que convencia as elites”. (FERNANDES, 2011, p. 284).

Apenas discorreremos algumas linhas de nossa pesquisa sobre alguns episódios históricos que tratam de um exemplo das relações de alguns cientistas da geopolítica alemã para com o governo alemão durante o período do nazismo, e isso para termos a noção exata de que Maack conhecia de perto as teorias e as práticas alemãs sobre geopolítica.

Maack deixou a sua opinião esclarecida quando afirmou que não era no sul do Brasil que a Alemanha procuraria o *lebensraum* (MAACK, 1939, p. 18), supõe-se que ele esteve ciente e sem necessidade de “esconder o jogo” para alguém, pelo menos não naquele momento em julho de 1939.

O destino dos alemães no Brasil claramente justifica as exigências alemãs de mais espaço (*lebensraum*) para um excedente da sua população. Uma cousa é certa. A Alemanha não procurará esse “*lebensraum*” no sul do Brasil, nem mesmo na América do sul. O serem bem sucedidos no futuro, os sérios esforços da Alemanha no sentido de assegurar relações amistosas com o Brasil, não depende da Alemanha mas unicamente do Brasil. (MAACK, 1939, p.17-18).

O que podemos extrair da citação acima, apesar de ser apenas o ponto de vista do próprio Maack, é que ele sugere que o excedente alemão (cidadãos alemães excedentes na Alemanha) poderia procurar o *lebensraum* em qualquer lugar no mundo, porém a Alemanha já tinha o seu *lebensraum* definido, e não seria o Brasil.

O cenário político do final da década de 1930 era de fato complicado para alguns alemães que ainda estavam na Alemanha (independente de serem pessoas comuns ou cientistas), principalmente para aqueles que não concordavam com o regime nazista, assim como era complicado também a situação dos alemães e seus descendentes no sul do Brasil, conforme a declaração de Maack em 1939:

Os cidadãos alemães nos Estados do sul sofrem igualmente sob a pressão do programa de nacionalização. Tem se visto privados de escolas para seus filhos, de sermões alemães em suas igrejas e de suas associações. A sua correspondência para a Alemanha é submetida á uma censura severa, e revistas alemãs tem sido teem sido confiscadas e destruídas. É preciso frisar que essas revistas não contêm ataque nenhum contra o Brasil e que a sua venda é permitida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Não interferindo o cidadão alemão, de forma nenhuma, nos negócios internos do Governo brasileiro, prefere abandonar sua residência no Brasil e voltar para a Alemanha. O sul do Brasil não oferece mais possibilidades para uma existência tolerável. O movimento de re-imigração para a Alemanha se desenvolveria como uma verdadeira avalanche se o número de empregados de escritório, lavradores e fazendeiros possuíssem ou lhes fossem fornecidos os necessários meios. Navios alemães, hoje em dia, transportam mensalmente cerca de 250 a 300 imigrantes de volta para a pátria. Uma nova imigração proveniente da Alemanha está definitivamente suspensa, e os efeitos da re-imigração far-se-ão sentir dentro de pouco tempo. (MAACK, 1939, p. 17-18).

A discussão sobre a situação dos alemães que estavam no Brasil, principalmente no fim da década de 1930, tratando-se sobre o destino deles, são discussões que foram intensificadas pela tensão do conflito internacional que se iniciou no segundo semestre de 1939. As divergências de

Maack com as políticas nacionalistas de Vargas e os problemas sociais causados no período refletem partes de uma disputa que acontecia num cenário mais amplo.

Provavelmente, segundo nossa observação, a inclinação do Governo Vargas para o lado estadunidense atrapalhou os planos dos alemães e de Maack no Brasil. Entre o final de 1937 e o início do segundo semestre de 1939, Maack talvez tenha vivido um seu auge profissional como procurador especial da empresa *Otto Wolff*, de Colônia, e do *Deutschen Bahnbau AG* no curto período que antecedeu a grande guerra (MAACK, 1967, p. 46). Porém com o início da guerra no final de 1939, além de perder em seus negócios particulares com as empresas alemãs, Maack naquele momento estava inserido no contexto do enquadramento de ser um “alemão perigoso”.

Ao examinar o conteúdo das acusações feitas contra Maack, percebemos que quase todas se baseiam na suposta pretensão nazista de incorporação dos alemães no sul do Brasil ao projeto de expansão do *Reich*. A pretendida expansão alemã que fazia parte das ambições geopolíticas germânicas, estaria fundamentada a partir do conceito do *lebensraum*.

Apenas para esclarecer sobre o significado do termo *lebensraum*: a palavra “vida” – *leben* – e a palavra “espaço” no sentido de lugar – *raum* – ajuntando ambas formam – *lebensraum* – “espaço de vida”, tradução que pode variar para “espaço para viver” ou “espaço vital” ou ainda a expressão nacionalista alemã geralmente mais usada: “espaço vital alemão”.

Porém, nem sempre a associação de um termo “elegante” como *lebensraum* pode ser comparado com uma prática de política de expansão geográfica que tenha de fato algo considerado elegante. As organizações e instituições científicas alemãs também apresentaram seus problemas, principalmente depois da tomada do poder do partido nazista na Alemanha, no início da década de 1930.

Em um contexto mais amplo, em um exame do processo histórico dos conflitos alemães internos entre o partido nazista, o governo alemão e as instituições científicas alemãs, a análise é feita a partir das complexidades existentes percebidas no processo, conforme demonstra Maria Sarifí (2005).

Foram feitas várias tentativas para definir a organização, mas sem ter êxito. A principal razão para essas falhas eram as rivalidades existentes entre o Estado e o Partido, ou dentro do próprio Partido. Em 1935, por exemplo, os planos para o estabelecimento de uma “Academia de Pesquisa do Reich” (*Reichsakademie der Forschung*), elaborado pelo Ministério da Educação fracassaram porque o presidente da *Deutsche Forschungsgemeinschaft* e Prêmio Nobel de 1919 em Física, Johannes Stark, fortemente se opuseram a eles. O mesmo destino aconteceu com os esforços contrários da Liga dos

Docentes Alemães nacional-Socialistas (NSDDB) para orientar todas as disciplinas com o apoio de várias Academias de Ciências do Reich e de outros círculos científicos. Desta vez, foi Alfred Rosenberg quem atrapalhou os planos do NSDDB por razões oportunistas. (ZARIFÍ, 2005, p.142, tradução nossa).

Percebemos, segundo o relato de Zarifí (2005) que a partir de 1935 houve uma pressão maior no sentido de imposições ideológicas nazistas sobre as instituições científicas alemãs, inclusive sobre a *Deutsche Forschungsgemeinschaft*, instituição que financiou Maack em 1933-34. Portanto isso nos sugere que as imposições ideológicas nazistas sobre a Ciência alemã em modo geral, e sobre referida instituição que financiou Maack, foram processos conflituosos e gradativos; mas o cunho nazista ainda não prevalecia de forma absoluta até o ano de 1935, mas foi gradativamente se impondo, implantando suas políticas racistas e totalitárias.

Na Alemanha, os desentendimentos e perseguições do governo nazista para com alguns dos cientistas alemães não atingiram somente os Haushofer. Em 1937, o conhecido (para os brasileiros) geógrafo alemão Leo Waibel, que naqueles tempos estaria iniciando um trabalho sobre as colônias alemãs na América do sul, em especial no Brasil, segundo demonstra Kohlhepp (2013). Porém Waibel teve seu projeto de trabalho interrompido.

Depois de concluída a monografia “As regiões de matérias-primas da África tropical”, redigida no âmbito do seu maior projeto sobre a importância dos trópicos na economia e no comércio mundial, Waibel planejou um segundo volume que seria dedicado à América tropical, principalmente ao Brasil, como o país tropical mais importante. Para tal, Waibel solicitou, em janeiro de 1937, permissão ao Ministério para realizar viagem de pesquisas ao Brasil para o estudo sobre “colonização de agricultores europeus”. A tomada de poder pelos nacionais-socialistas na Alemanha e as leis racistas do ano de 1935 dificultaram a situação de Waibel como titular da cátedra de geografia em Bonn, sobretudo pela sua posição crítica em relação ao regime. Waibel estava sendo ameaçado de demissão, pois sua esposa era judia. Com a obtenção da autorização pelo Ministério para a planejada viagem em 29 de junho de 1937, e a concessão pelo Reitor da Universidade de Bonn, Waibel teve a esperança de que a decisão sobre a sua destituição do cargo tivesse sido revogada. Isto infelizmente não aconteceu e Waibel recebeu a notícia oficial da sua demissão em 14 de julho de 1937 e, por consequência, a proibição de exercer sua profissão em universidades alemãs. (KOHLHEPP, 2013, p. 31-32).

No Brasil, o NSDAP (partido nazista) estava organizado em diversos lugares. Um estudo elaborado por Schio (2016) em sua monografia, aponta alguns dados numéricos sobre o número de filiados do partido nazista no Brasil. Segundo levantamentos de historiadores da cultura alemã no Brasil partindo de um estudo historiográfico:

Moraes quantifica o número de filiados ao partido nazista no Brasil em 2.822 membros, incluídas todas filiações ao partido entre os anos de 1925-1941, número próximo do usado por Atháides. Um primeiro ponto merecedor de atenção são os anos limites das filiações. O partido no Brasil existiu de fato entre 1931-1938. Entretanto, as filiações ao partido se deram para aquém e além dessa data, possibilitadas através de dois caminhos: filiar-se ao partido através de uma instituição nazista aqui estabelecida ou filiar-se ao partido na Alemanha e se organizar posteriormente na seção brasileira, afinal, era permitido que solicitações de filiação fossem encaminhadas por qualquer parte do mundo para a sede do partido em Munique. Entre 1925 e 1931 haviam 56 indivíduos filiados ao partido residentes no Brasil. Desses 56, 50 eram *Reichdeutsche*, conforme Moraes, sugerindo a hipótese de que boa parte deles se filiaram ao partido na Alemanha e imigraram para o país. No outro extremo, a persistência de novos filiados ao partido entre 1938 e 1941 indica a permanência de algum grau de organização nazista. Conforme tabela apresentada por Moraes, 84% do número total de filiados estavam ligados aos cinco *Kreis* brasileiros. (SCHIO, p. 30-31, 2016).

Sobre os dados quantitativos acima citados, percebemos que o nazismo teve realmente uma considerável representação no território brasileiro. Porém, buscando um parecer em uma publicação mais recente sobre as consequências da retaliação e das imposições governamentais sobre a colônia alemã no Brasil, segundo Kohlhepp (2013), que não nega a existência da presença nazista e sua organização no Brasil, porém Kohlhepp relata outro aspecto; em relação à retaliação sofrida pelos imigrantes alemães por parte das autoridades brasileiras, assim como ele demonstra no pós-guerra o retorno possibilitado de alemães que haviam saído do Brasil.

As atividades propagandistas da organização nazista NSDAP no Brasil mudaram a situação no país na segunda metade dos anos 1930. Na falta de escolas estatais, o governo brasileiro viu-se obrigado a nacionalizar, em 1938, as escolas privadas nas colônias alemãs. Na ocasião, os idiomas alemão e italiano eram proibidos e nos atos religiosos. Quando o Brasil aderiu à guerra, em 1942, havia muita apreensão diante da chamada “quinta coluna”, isto é, teuto-brasileiros sob influência da ideologia nazista. O grupo era pequeno, mas ativo, e conduziu a uma reação exagerada, ao descrédito e à perseguição de grande maioria de brasileiros, descendentes de alemães e italianos. Durante a guerra era proibido falar alemão, sob pena de lei, e livros em língua alemã foram incendiados. Nos tempos de guerra, os Estados Unidos temiam exageradamente o efeito desolidarizarão de brasileiros, descendentes de alemães, especialmente os da população urbana. Na época antes da II Guerra, um grupo de teuto-brasileiros deixou-se levar pelo chamado “Retorno ao Reich”. Nos anos pós-guerra puderam retornar ao Brasil. (KOHLHEPP, 2013, p.43).

Um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, naquele cenário político na década de 1930 no Brasil, era possível perceber manifestações anarquistas, liberais, nacionalistas, integralistas e comunistas, algumas pessoas poderiam até “migrar” de uma ideologia para a outra, os próprios movimentos políticos em si, poderiam às vezes confundir os pensamentos individuais sobre o fundamento ideológico existente em cada um deles, tudo isso, pelo menos do ponto de vista de

Maack. Vejamos a partir do artigo de Maack, como ele enxergava esses movimentos em sua publicação de 1939.

Hoje em dia, alguns brasileiros acreditam que a língua alemã deveria ser exterminada. Esta filosofia é realmente bolchevista. Embora o nacionalismo brasileiro difira em muitos pontos do bolchevismo, combatendo-o como “ideologia estrangeira”, na sua destruição dos valores criadores da individualidade nacional, usam ambos os mesmos métodos universalistas e mecânicos. O bolchevismo deseja o abandono das características às nações do globo, e o nacionalismo brasileiro extremado tem o mesmo fim dentro das fronteiras brasileiras. Todas as nacionalidades residentes no Brasil tem de ser racialmente fundidas. Essa idéia foi disseminada nos círculos teuto-brasileiros pelo movimento integralista, o qual está sendo agora combatido pelo Governo nacional. Um chefe teuto-brasileiro durante uma recepção a Plínio Salgado, em Blumenau, exclamou: “No momento da confraternização completa de toda a família brasileira dentro do estado integral, não existirão mais diferenças de raça e cor” (Blumenauer Zeitung, 1º de dezembro de 1935). É interessante notar que esta idéia integralista brasileira teve muito adeptos entre a população alemã devido à má interpretação da ideologia. No Rio Grande do Sul, 55% dos chefes do movimento integralista eram de origem alemã. (MAACK, 1939, p. 15-16).

O fato mais relevante nessa citação, foi que Maack, além de opinar, também publicou sua opinião sobre os movimentos políticos mais expressivos do Brasil, inclusive lamentou sobre o fato de lideranças teuto-brasileiras estarem envolvidas com o integralismo.

Em seu “olhar clínico” no seu “ponto de vista alemão” sobre política, Maack questionou sobre o fato de que elementos bolchevistas e integralistas que foram utilizados pelos nacionalistas brasileiros extremados em suas crenças e práticas ideológicas. Pelo menos, em nossa opinião, nos parece que em 1939, Maack estava livre e a bem à vontade para de fato escrever seu modo de pensar.

Se para algumas opiniões, os integralistas foram durante a década de 1930 os fiéis representantes do nazismo alemão no Brasil, Maack não se manifestou favorável a eles. Afinal o partido nazista alemão tinha os seus próprios diretórios no Brasil e seus respectivos representantes. Quanto a Maack, pelo menos, apesar das graves acusações posteriores relatados em sua ficha no DOPS-PR, o acusando como nazista e, considerando o seu real envolvimento em questões comerciais com a Alemanha, em princípio ele nunca se filiou ao nazismo como membro do partido, pelo menos não existe vestígio comprovado de filiação de Maack ao partido nazista.

Figura 7- Prontuário de Reinhard Maack em sua ficha no DOPS/PR. (frente e verso).

(48) Cert. mod. 19 nº 4.431. 3.060 M-94-H 22.697

**DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**  
5.060 FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

Nome **REINHARD MAACK** Vulgo  
Data **13.7.1.940** Prontuario na Delegacia N.  
Pai **Peter Maack** Mãe **Cazilina Maack**  
Idade Data do Nascimento **2.10.1892** Sexo **masc.**  
Nacionalidade **alemã** Natural de **Herford**  
Estado Civil **casado** Profissão **engenheiro geólogo**  
Local do Trabalho **conta própria** Ordenado  
Residencia atual **Rua Dezenbergacdr Motta, 1.947**  
Residencias anteriores  
É sindicalizado sindicatos e locais que costuma frequentar  
Nome e residencia dos conhecidos parentes:  
Notas Cromaticas:

FI 22697 01/01

---

Vide cópia da parte reservada, no prontuário.  
Em 13.12.41 - Transitou por esta Delegacia um officio sob nº 169, do Q.G. apontando-o como elemento perigoso (vide cópia no pront.709)  
Em 29. 1.42 - Foi preso e recolhido à Penitenciária do Estado, por suspeita de estar exercendo atividades **NAZISTAS**  
Em 8. 6.42 - Foi efetuada a entrega do rádio apreendido em sua residência à sua esposa Sra. Elise Margaret Maack, tendo, por sua ordem, esta D.O.P.S., feita a entrega diretamente a firma que lhe fizera a venda anteriormente. (vide auto de entrega no pront.)  
Em 25. 6.42 - Deu entrada na Santa Casa de Misericórdia, enfermo, para sujeitar-se a operação cirurgica.  
Em 10.8. 42 - Seguiu para o Rio a bordo do vapor "ITAQUERA". Conforme o officio do Q.G., informam que o fichado é um dos chefes **NAZISTAS**.  
Suspeito - Intitula-se engenheiro.  
Em 5. -1.44.- Foi posto em liberdade.  
Em 4. -9.44 - Transitou por esta secção um officio nº 78, do Museu Paranaense desta Capital, dirigido ao Sr. Cap. Secretário, pedindo uma autorização para o fichado viajar a Teixeira Soares e Lapa, onde será realizada uma excursão de estudos, a-fim-de coletar material para as coleções do referido museu.  
Em 4.9.44 - Autorizo a viagem de Reinhardt Maack. À DOPS (a)Cap.F.Flóres.  
Em 4.9.44 - Expedida a autorização.  
Em 23.3.49.- Requereu, a Chefes de Polícia, silêncio sobre suas anotações nesta Delegacia, sendo informado o que consta.

FI 22697

Fonte: Fichário Provisória Individual de Reinhard Maack, 1940.

Para esclarecer um pouco sobre as características conceituais geralmente atribuídas por brasileiros sobre o nacionalismo alemão na década de 1930, utilizaremos um parecer de Seyferth (2002). Essa autora esclarece uma definição mais própria para a identidade étnica teuto-brasileira, acrescentando um argumento na discussão sobre a densidade demográfica dos imigrantes alemães no sul do Brasil no final da década de 1930 e a visibilidade das colônias alemãs no olhar do nacionalista brasileiro.

No período mais intensivo da colonização, entre 1824 e a década de 1930, entraram no Brasil cerca de duzentos e cinquenta mil alemães. Esse número, porém, tem pouco significado numa discussão sobre etnicidade e identidade étnica teuto-brasileira. Não foram as estatísticas migratórias que deram visibilidade às “colônias alemãs”. Elas se tornaram objeto de muita especulação no discurso nacionalista brasileiro voltado para o debate da assimilação de estrangeiros por dois motivos: a concentração em algumas áreas

do sul, decorrência da sistemática estabelecida pelo estado para ocupar terras devolutas; e a organização comunitária étnica, com a conseqüente formalização da etnicidade, que contribui para produzir um sistema cultural específico no curso do processo histórico de colonização. (SEYFERTH, 2002, p.11).

Segundo demonstrado por Seyferth (2002) na referência acima, a alta concentração de alemães e descendentes em determinadas regiões específicas chamou a atenção, tornando-se a cultura teuto-brasileira um objeto de especulação política com construções conceituais elaborados de forma parcial e exageradas sobre o tema.

Sobre Maack, em nosso parecer, enquanto ele conseguiu, dentro do contexto de sua visão e capacidade, não se limitou apenas no esforço em sucesso pessoal, mas também pelo sucesso das relações do Brasil com a Alemanha e especificamente pelo sucesso da imigração alemã no sul do Brasil, isso evidentemente dentro da limitação do potencial de sua influência e da sua opinião nas relações do Brasil com a Alemanha.

Com o início da guerra, as coisas que anteriormente já não estavam tão favoráveis para Maack, foram se complicando e o cerco contra ele lentamente se fechou, mesmo antes do início da guerra, na medida em que o apoio brasileiro cada vez mais se inclinava para o lado dos aliados e contra a Alemanha nazista de Hitler.

Apesar de que as pretensões iniciais de Maack, no período em que ele veio para o Brasil durante o início de década de 1920, que obviamente estavam voltadas para seu futuro profissional, ou seja, em suas ambições científicas pessoais e direcionadas para uma continuidade de seus objetivos nos estudos em Geologia, principalmente nos estudos relacionados com a *teoria da Deriva Continental*, ou *Gonwânica*, de Alfred Wegener, teoria que afirma que os continentes da África e da America já estiveram unidos no passado conforme demonstra Marcolin (2011).

A teoria foi debatida nas décadas seguintes e rejeitada pela maioria dos cientistas porque faltava uma boa explicação para a movimentação dos continentes. Alguns anos depois, no Brasil, um outro alemão, Reinhard Maack (1892-1969), achou evidências geológicas no oeste de Minas Gerais que iam na mesma direção dos trabalhos feitos por Wegener. (MARCOLIN, 2011, p. 8).

O contato de Maack com a colonização alemã no sul do Brasil acrescentou-lhe outro objetivo; pelo menos, podemos concluir em nosso parecer que a produção de um texto da parte de Maack tratando especificamente sobre a imigração alemã, ou seja, o texto publicado em 1939

difícilmente seria publicado naquele período se Maack realmente não tivesse algum interesse, caso não se identificasse com aquele objeto.

No processo em que descrevemos a trajetória do expedicionário, verificamos que partir da expedição de 1933-34, além do envolvimento em assuntos diversos e nos estudos e trabalhos realizados em suas aplicações científicas e profissionais, existiu uma inclinação favorável e simpática pelo sucesso dos imigrantes e da imigração alemã para o sul do Brasil.

Portanto, acreditamos nessa hipótese, ou seja, que foi a partir da convivência com a população alemã que estava no Paraná, desde os primeiros contatos, quando Maack, ainda no tempo em que ele estava explorando o Rio Tibagi, que surgiu um interesse pessoal de Maack pela imigração alemã.

Nossa dedução aponta para o evento da expedição realizada aos rios Ivaí e Paraná em 1933-34 como uma espécie de “declaração de causa” fundamentando e consolidando o projeto que estava acontecendo naquele momento no Paraná em relação às imigrações e à colonização alemã. Afinal, eram os eventos que estavam acontecendo no início de década de 1930 e os que poderiam continuar a suceder posteriormente, como da continuidade de expansão da colonização alemã pelo Paraná, justificando um projeto intenso e expressivo.

A questão dos alemães no sul do Brasil foi um motivo em especial, não apenas algum motivo de caráter superficial ou aleatório. Segundo o nosso entendimento, além do envolvimento com empresas alemãs e com seus estudos geológicos. Porém a sua preocupação com a situação da imigração alemã no sul do Brasil se consolida no fato de publicar um texto (com conteúdo considerado polêmico naquele momento) abrangendo esse tema em 1939 nos Estados Unidos.

Apesar de que não podemos afirmar precisamente em que nível ou grau isso ocorreu, mas o envolvimento de Maack, conforme relatado em seus trabalhos escritos e também presenciados na expedição de 1933-34, expedição essa, que conteve questões ligadas com o projeto da imigração alemã, em especial com a vinda de imigrantes para o Estado do Paraná na década de 1930. Isso nos abre outras possibilidades para as nossas devidas conclusões e observações anotadas em nosso trabalho.

Verificando a biografia e a bibliografia de Maack, percebemos que o envolvimento de Maack com a imigração alemã é cronologicamente percebido mais declaradamente a partir de uma publicação na Alemanha em 1936, com o título: *Deutsche Ivaí-Expedition 1934* (MAACK, 1936, p. 44).

Essa publicação de Maack em 1936 também é merecedora de atenção especial, nem tanto pela publicação em si, mas principalmente pela própria expedição relatada que se caracteriza em um marco histórico. A partir dessa expedição, percebemos a imigração alemã como um objeto a ser investigado com mais intensidade, acrescentando elementos que caracterizam a importância dessa expedição no interior do Paraná dentro de um cenário mais amplo.

Maack publicou ainda em Berlin, em 1937, na *Ibero-Amerikanisches Archiv* – Arquivos Ibero-Americanos – sob o título de *Die neuerschlossenen lunsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná* – As novas áreas de assentamentos recentemente desenvolvidas no Estado do Paraná – justamente em uma continuidade em seu “novo tema”, se tratando de uma projeção para uma imigração alemã ao Paraná, descrevendo particularidades da referida expedição de 1933-34, procurando levantar dados sobre a enorme floresta da parte ocidental do Paraná para compor as linhas do referido texto e anexando algumas informações de clima, temperatura, precipitações pluviométricas e principalmente ainda, as possibilidades clínicas de doenças, entre outras informações.

Durante minha expedição no Ivahy em 1934 e as observações subseqüentes da estação até 1936, foi dada atenção à propagação de doenças infecciosas tropicais em conexão com os estudos sobre clima, solo e vegetação. Aqui estão apenas os resultados mais importantes brevemente comunicados. Para a avaliação da adequação de uma área em habitações tropicais ou subtropicais a colonizar com os europeus, deve-se prestar atenção à presença de duas doenças, a malária e a ancilostomíase. Por outro lado, as lesões nas pernas causadas por bactérias no cultivo do solo, incluindo a "ferida brava", não tão grave. (MAACK, 1937 p. 226, tradução nossa).

As avaliações das condições climáticas foram fundamentais para averiguar as possibilidades de adaptação dos europeus no interior do Paraná. Por isso a comparação da área investigada na expedição do Ivaí em relação às áreas já iniciadas e fundadas por colonos alemães foram fundamentais para o objetivo da publicação de Maack em 1937: “Desde 1932/33, outras colônias alemãs foram estabelecidas em novas áreas de assentamento, que devem ser relatadas mais abaixo. São elas: Augusta Victoria, Terra Nova, Heimtal, Nova Danzig e Roland”<sup>10</sup> (MAACK, 1937, p. 214, tradução nossa).

---

<sup>10</sup> No original: “Seit 1932/33 sind weitere deutsche Kolonien in neuerschlossenen Siedlungsgebieten gegründet worden, iiber die weiter unten berichtet werden soli. Es sind das: Augusta Victoria, Terra Nova, Heimtal, Neu-Danzig und Roland”. MAACK, Reinhard. Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná. Ibero-Amerikanisches Archiv, S. 214, 1937.

Portanto, segundo nosso entendimento, ocorreu uma mudança fundamental no comportamento e no direcionamento do trabalho de Maack em relação ao tema da imigração alemã. Percebemos essa mudança acontecer a partir da análise de sua biografia e bibliografia, principalmente na observação do processo histórico cronológico contínuo; antes, durante e depois da expedição de 1933-34.

No período anterior (durante a década de 1920), vemos em Maack um cientista alemão trabalhando no Brasil, posteriormente, mais precisamente no decorrer da década de 1930, além de vermos Maack ocupado com o prosseguimento em seus estudos, mas com o acréscimo de outra motivação em especial; sem ignorar as suas atividades e pretensões profissionais, econômicas e científicas. Mas houve uma parte de Maack que se “casou” com o projeto da imigração alemã no sul do Brasil, em especial ao Paraná.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os levantamentos historiográficos elaborados e da análise dos textos considerados inéditos que foram escritos e publicados por Maack durante a década de 1930 e no início da década de 1940, além de dois textos que na escala temporal estão originalmente distantes dos textos anteriores, entre eles, uma publicação da Revista *Kosmos* do ano de 1962 e a autobiografia de Maack em 1967. A partir desses textos, destacamos levantamentos elaborados em nossa pesquisa sobre a importância da expedição de 1933-34 e a utilidade dessas informações para a História.

A expedição de Reinhard Maack realizada no interior do Paraná na primeira metade da década de 1930, além de ser um marco histórico para os projetos de colonização, imigração e exploração extrativista, sendo que as informações resultantes da expedição foram extremamente relevantes no aspecto científico sobre conhecimento do solo, do clima e da vegetação na imensa região das florestas paranaenses existentes na época.

Nossa análise foi elaborada sobre uma expedição que foi um evento histórico de significação relevante, principalmente porque a expedição envolveu temas ligados à adaptação humana, (principalmente de alemães) na região do terceiro planalto paranaense, diante das doenças tropicais e das prováveis epidemias existentes naquele período.

Conforme demonstramos em nossa pesquisa, a base do recolhimento de dados da expedição foi elaborada a partir da construção e efetivação da inédita estação meteorológica localizada na Fazenda Arroio da Campina em Faxinal (atual município de Cruzmaltina) nos anos de 1933-34.

Entre os motivos favoráveis para que essa expedição de Maack acontecesse, podemos afirmar que o cenário político internacional e a concorrência imperialista que ocorreu antes da Segunda Guerra Mundial foram fatores que contribuíram para o investimento e a efetivação da expedição por parte da Sociedade Científica Alemã. Afinal, a Alemanha e os Estados Unidos entre outros países, tinham ambições econômicas declaradas e assumidas sobre o Brasil.

Um dos fatores mais relevantes de nossa pesquisa está na descrição detalhada de algumas fontes históricas, principalmente porque na documentação sobre a expedição de Maack em 1933-34, algumas das fontes que foram utilizadas em nosso estudo não serem facilmente acessíveis ao público geral, talvez por alguns textos não estarem disponibilizados em língua portuguesa, ou pelas

razões históricas desse evento não ser explorado com mais intensidade por pesquisadores de forma mais ampla, como outros eventos históricos o foram.

Acreditamos em relação a isso; que as pesquisas que poderiam acontecer em um período imediatamente posterior ao evento da expedição, provavelmente não aconteceram devido ao “clima negativo” gerado pelo evento da Segunda Guerra Mundial, principalmente em relação à natureza “maligna” da ideologia do partido nazista, incluindo preconceitos raciais e imposições ideológicas que foram divulgadas e propagadas pelo *Reich* alemão desde meados da década de 1930.

A expedição de Reinhard Maack no interior do Paraná em 1933-34 é muito rica em detalhes descritivos sobre o interior do Estado, os registros de Maack são de proveito para várias áreas dos saberes humanos, porém o envolvimento de recursos financeiros procedentes da Alemanha e a análise de prováveis planos de imigração alemã para o Paraná acabaram gerando procedimentos políticos em direção oposta ao projeto que estava em construção, principalmente por parte do governo de Vargas a partir do final de década de 1930.

A tensão política que existiu antes e durante a guerra, evidenciou a precaução do governo brasileiro em relação ao “perigo alemão” causando o constrangimento aos imigrantes alemães (incluindo cientistas), provavelmente isso explique o “silêncio” de alguns alemães e seus descendentes sobre alguns projetos de colonização e imigração que existiram, mas que posteriormente perderam seu significado no pós-guerra. Podemos inserir a expedição de 1933-34 nesse contexto.

A pressão política exercida pelo nazismo sobre os cientistas alemães causou as reações das mais diversas entre eles, se compararmos os históricos biográficos de cientistas alemães como Paul Vageler, Léo Waibel e Reinhard Maack, apesar de que ambos foram geógrafos, ou estudiosos sobre assuntos do solo, eles se conheciam e haviam trabalhado anteriormente no continente africano, isso antes de virem para o Brasil em momentos distintos, inclusive por terem posições e comportamentos políticos divergentes, enquanto Vageler esteve no Brasil, manteve relações mais próximas com o partido nazista, segundo Nixdorf (2016, p. 65). Léo Waibel teve que deixar a Alemanha por motivos de perseguição étnica e política pelo partido nazista (sua esposa era judia), entre outros fatores, devido a isso, veio para o Brasil somente em 1946, após a guerra, depois de passar pelos Estados Unidos e conseguir a cidadania estadunidense segundo Kohlhepp (2013 p. 32-34).

Em relação à Maack, apesar dele ser até o ano 1939 um representante de importantes instituições alemãs no Brasil segundo sua autobiografia (MAACK, 1967, p. 46), mesmo perdendo esse posto (com o início da guerra), o seu comportamento político que foi percebido e manifestado, foi no sentido da defesa do projeto de imigração alemã que ocorria no Brasil. Naquele momento histórico, os imigrantes alemães em geral, assim como italianos e japoneses, estavam sob censura de diversos decretos do governo de Vargas.

O artigo publicado nos Estados Unidos em julho de 1939 foi o que melhor definiu o comportamento político de Maack, mesmo sem uma clareza de fato de sua posição política ideológica, e com as divergentes discussões em torno do sentimento nacionalista de Maack, que resultaram em acusações que foram elaboradas posteriormente contra ele. Porém o comportamento político de Maack foi também caracterizado por ele ser um homem de muitas amizades e influencia (incluindo não alemãs), ele foi alguém próximo de figuras políticas importantes como o Interventor do Paraná Manuel Ribas (MAACK, 1967, p. 47).

A importância da imigração alemã que estava acontecendo na década de 1930 no Brasil, e, em especial no Paraná foi de fato significativa para Maack. Em sua publicação de 1937, ele expressa seu sentimento em relação à disputa do mesmo espaço territorial agrário por alemães e japoneses, afinal, no início da década de 1930, as políticas governamentais brasileiras, eram favoráveis para alemães e japoneses serem destinados para a colonização agrária no norte do Paraná.

Com o desenvolvimento de novas áreas de assentamento no terceiro Planalto, com seus férteis solos de terra roxa. Além do europeu, outro elemento colonizador aparece surpreendentemente; estes são os colonos japoneses. Assim como os vastos espaços do mundo australiano desprivilegiado, as áreas superlotadas do leste asiático parecem um vácuo, afetando as populações da China e do Japão, como as áreas desertas da América do Sul e, sobretudo, as de São Paulo e Paraná. Encerrar a imigração européia por meio da agravante legislação brasileira de imigração e, ao mesmo tempo, dificultar a emigração da Europa Central e do sul através de condições políticas e cambiais tornou uma questão delicada. Se as áreas de assentamentos livres ainda disponíveis na América do Sul mais uma vez se fornecerão às pessoas da Europa super povoada que descobriram e desenvolveram a América do Sul, ou aos povos asiáticos e seus descendentes, um novo espaço vital. (MAACK, 1937, p. 214, tradução nossa).

Sobre a demonstrada inclinação de Maack favorável pela imigração preferencialmente europeia e alemã em relação à japonesa (e outras) conforme a citação acima, publicada no ano de 1937, ironicamente, cinco anos depois, durante a sua prisão no Rio de Janeiro em 1942, Maack esteve na companhia de japoneses (MAACK, 1967, p. 47). Apesar de Maack assumir sua

preferência pela imigração alemã ao Paraná, não focalizamos no fato dele se posicionar contra a imigração japonesa que estava acontecendo naquele momento, mas a nossa percepção sobre Maack é no sentido de sua declarada e assumida preocupação com o excedente populacional alemão, caracterizando um dos prováveis motivos que pesava nele alguma responsabilidade com a meta da imigração alemã no Paraná.

Em relação à expressão utilizada no texto citado acima publicado em 1937 de “um novo espaço vital”, no original alemão o termo utilizado também é *lebensraum* – espaço vital – indicando uma real preocupação com o destino do excedente populacional alemão do período. Porém, conforme demonstramos anteriormente, esse termo é conhecido na visão da geopolítica alemã como “espaço vital alemão” justificando a retomada alemã de terras perdidas na após a Primeira Guerra Mundial, e justificando a pretensão de expansão territorial alemã conforme explicada por Losano (2005).

Na pretensão de elaborar uma análise dedutiva, considerando que o conceito do espaço vital alemão teve uma definição original a partir do seu criador Friedrich Ratzel (1901) e outra perspectiva (já alterada), na interpretação a partir de Karl Haushofer, segundo Losano (2005). Se considerarmos, conforme demonstramos em nosso estudo, que o próprio Hitler adaptou os reais significados do termo, descrevendo o conceito de *lebensraum* ao seu próprio modo e estilo segundo Fernandes (2011, p. 284).

Com base nessas diferentes interpretações históricas e temporais sobre o *lebensraum*, acrescentando o fato de Maack estar se referindo ao excedente populacional de europeus e asiáticos em uma referência comum para ambos, podemos supor que Maack realmente se referia (no texto publicado em 1937) ao *lebensraum* “brasileiro” apenas como um espaço para se viver (para europeus e asiáticos), principalmente se tratando do início da moderna colonização do norte do Paraná, período em que considerável número de alemães estava fugindo do nazismo e procurando um lugar para recomeçar.

Podemos considerar com algumas exceções, que a maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil durante a década de 1930 tinham apenas o objetivo de recomeçar a vida. Se no polêmico texto abordado de Maack publicado em 1939, existiu dúvida em relação ao *lebensraum*, a princípio, no texto acima citado, publicado em 1937, o termo *lebensraum* em que Maack se refere, foi literalmente à procura de um lugar para se viver com qualidade, e não necessariamente o que foi proposto pela geopolítica imperialista alemã.

Mesmo sabendo que a Alemanha nazista teve um interesse declarado pelo Brasil, em nossa interpretação, mesmo que isso pareça ser um elemento facilitador para as pretensões alemãs, diante das complexidades apontadas nos capítulos anteriores, à imigração alemã que acontecia há mais de cem anos (desde 1824), não pode ser enquadrada nesse contexto.

Em relação às questões das políticas internas na Alemanha, como o exemplo das discordâncias observadas em cientistas alemães como Karl e Albrecht Haushofer em relação para com o *Führer*, foram situações que geraram rompimentos, traições, e inclusive mortes, conforme apontadas por Fernandes (2011). Essas observações apenas descreveram a realidade política que norteia uma guerra.

Maack conhecia a Sociedade Científica alemã, as empresas alemãs, o governo alemão e conhecia a guerra. Ele publica o texto sobre os alemães no sul do Brasil em 1939, e nele descreve sobre as condições de vida da população alemã que está no Brasil, e não sobre a direção da geopolítica alemã do governo nazista. Maack apenas afirmou que o *lebensraum* (da geopolítica alemã) procurado pelo governo alemão não seria no Brasil (MAACK, 1939, p. 17-18).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO ALESSANDRO CASAGRANDE. **Fotos de Reinhard Maack**

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

BERGOLD, Raul Cezar. **O CONTEXTO, A IDEOLOGIA E A PRÁTICA DA MARCHA PARA O OESTE NO PARANÁ** in: MAMED, Danielle; CALEIRO, Manuel; BERGOLD, Raul. Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (Re) Existência em Tekoha Guasu Guavira. Curitiba: Arte e Letra, 2016.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3, jul./set., 1953.

BOARINI, Maria Lúcia. **A eugenia sob a lente de Lima Barreto** In BOARINI, Maria Lúcia. (org). Raça, higiene social e nação forte: mitos de uma época. Maringá: Eduem, 2011.

BOENKE, Susan. **Entstehung und Entwicklung des Max-Planck-Instituts für Plasmaphysik 1955-1971**. 1990. Doctoral dissertation. Universität München München.

BORGES, Luiz C. **Ciência, natureza e território em Viagem ao Araguaia: expedições científicas e exploração do Império do Brasil no século XIX. XXVI Simpósio Nacional de História**, p. 1-10, 2011.

BURLAMAQUI, Mariana Mello. **A Divulgação Científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924 – 1932)**. Rio de Janeiro, 2013.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense-1900/1970**. Curitiba: GRAFITAR, 1981.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente, 1871**. 2002.

CAPANEMA, Gustavo. **Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura**. GC g 1934.11.30,30/, rolo 27 fot. 1 a 205, 11/1934 a 17/10/1945. FGV-CPDOC. Pesquisado em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/documentos-sobre-nacionalizacao-do-ensino-primario-e-secundario-consta-plano-geral-de-nacionalizacao-legislacao-trabalhos-do-instituto-nacional-de> Acesso em 29 jan. 2020.

CARONE, Edgard. **A república nova (1930-1937)**. Difel, 1976.

CARVALHO, Gregório Echeverría. **Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional**. Diss. Dissertação (Mestrado em Economia Política

Internacional)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2014.

CASAGRANDE, Alessandro. **As expedições de Reinhard Maack ao rio Tibagi**. In: Straube, Ernani Costa. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

CASAGRANDE, Alessandro. **O incansável explorador Reinhard Maack**. In: ARDIGÒ, Fabiano. (org). Histórias de uma ciência regional: cientistas e suas instituições no Paraná (1940-1960). São Paulo: Contexto, 2011.

CODATO, Adriano Nervo. **Elites e Instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo**. Campinas, 2008. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

DA SILVA, Altiva Barbosa. **A geopolítica alemã na República de Weimar: o surgimento da Revista de Geopolítica**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (Ed.). **Getúlio Vargas**. Edições Câmara, 2017.

DE ARAÚJO CRESTANI, Leandro; ENGEL, Werner; ALVES, Antonio Kaminski. **NAS FRONTEIRAS DA OCUPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1930/1980)**. 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/5421475/NAS\\_FRONTEIRAS\\_DA\\_OCUPA%C3%87%C3%83O\\_E\\_O\\_DESENVOLVIMENTO\\_DA\\_REGI%C3%83O\\_OESTE\\_DO\\_PARAN%C3%81\\_1930\\_1980](https://www.academia.edu/5421475/NAS_FRONTEIRAS_DA_OCUPA%C3%87%C3%83O_E_O_DESENVOLVIMENTO_DA_REGI%C3%83O_OESTE_DO_PARAN%C3%81_1930_1980) . Acesso em nov. 2019.

DE CARVALHO, Delgado. **A propósito de um artigo do prof. Preston James e de outras publicações**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano III, n 1, p.125-135, janeiro - março. 1941.

DO PARANÁ, ARQUIVO Público. 1890. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1890MFN629>. pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

DUARTE, Silvestre. **Campo Mourão: da Saga dos Pereira ao Eldorado Paraná (1897-1963)**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2017.

FABRY, Rainer. **Reinhard Maack: Pionier des Umweltschutzes in Südbrasilien (Paraná)**. UWSF – Z Umweltchem Ökotox, p.1 - 4, 2005.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Editôra Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Marisa. **O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais**. Nação e Defesa, 2011.

FERREIRA, Erika Leonel. **HISTÓRIAS E MITOS DA COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E DO DESENVOLVIMENTO DE APUCARANA**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/730.pdf> Acesso em 07 set. 2019.

FIGUEIREDO, José de Lima. **Oeste paranaense**. Brasileira, 1937.

FORSTER, Nicolas. **Brasilien am Vorabend des Zweiten Weltkrieges**. Eine Situationsanalyse unter besonderer Berücksichtigung der “Força Expedicionária Brasileira”. Doctoral dissertation Uniwien. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. Rio de Janeiro, 1942.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re) ocupação**. Tese de Doutorado – História – Faculdade de História, Franca: UNESP, 2007.

GERALDO, Endrica. “A ‘Lei de Cotas’ de 1934: Controle de Estrangeiros no Brasil”. Cadernos AEL, vol. 15, no 27, pp. 173-208. (2009).

GERTZ, René E. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el caribe**, v. 7, n. 1, 2015.

GERTZ, Rene Ernaini. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Sérgio. **O MST em Querência do Norte-PR: da luta pela terra à luta na terra**. Maringá. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Geografia, UEM. 2004.

GUERRA, Rogerio F. **Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual**. Revista de Ciências Humanas, v. 46, n. 1, p. 9-82, 2012.

GREGORY, Valdir. **Imigração alemã no Brasil**. Cadernos adenauer XIV, 2013.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GREGORY, Valdir. **Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras**. Ideação, v14, n.1, p. 43-65, Foz do Iguaçu, 2012.

HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **A Visão do Paraíso**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1969

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Panlusismo**. In: FREYRE, Gilberto. Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira. Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1980.

JAECKEL, Volker. **Uma viagem misteriosa sob a suástica para a floresta amazônica: Otto Schulz-Kampfhenkel e a expedição para o rio Jari 1935-1937**. Florianópolis. 2º Congresso da Associação Brasileira de Estudos Germanísticos (ABEG). UFSC, 2017.

JÚNIOR, Ribeiro; FERMON, Jurandir. **Brasil e Alemanha: a cooperação entre DAAD e o CNPq nos 23 anos do convênio DAAD/CNPq/CAPES**. Brasília, 2013.

KARPINSKI, Cezar. **Gentes e paisagens do Rio Iguaçu na viagem expedicionária dos engenheiros Keller em 1866**. Revista de História Regional, v. 17, n. 1, 2012.

KIRCHHOFF, Jochen. **Wissenschaftsförderung und forschungspolitische Prioritäten der Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft 1920-1932**. . Doktorarbeit. Imu. 2003.  
Disponível em: [https://edoc.ub.uni-muenchen.de/13026/1/Kirchhoff\\_Jochen.pdf](https://edoc.ub.uni-muenchen.de/13026/1/Kirchhoff_Jochen.pdf) Acesso em 20 jan. 2020.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso e Getúlio Vargas**. Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho, v. 2, 2004.

KOHLHEPP, Gerd. **A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia**. Revista brasileira de desenvolvimento regional, v. 1, n. 2, p. 029-075, 2013.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Editora da Universidade Estadual de Maringá: EDUEM, 2014.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. **Modernismo e nacionalismo: o jogo das nacionalidades no intercâmbio entre Brasil e Alemanha**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 34, 2008.

LAMIM-GUEDES, Valdir. **Relatos de viagem como forma de comunicação científica**. ComCiência, n. 160, p. 0-0, 2014.

LISBOA, Karen Macknow. **Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo**. Espaço Plural, v. 9, n. 19, p. 95-104, 2008.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. **Revista brasileira de historia**, v. 15, n. 29, p. 73-91, 1995.

LOSANO, Mario G. **A geopolítica, da alemanha naciona-socialista à América Latina: os casos da Argentina e de Brasil**. Verba juris, n. 4, p. 9-38, 2005.

- MAACK, Reinhard. **Algumas observações a respeito da existência e da extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná.** Arquivos do Museu Paranaense, v. 1, p. 107-139, 1941.
- MAACK, Reinhard. **As conseqüências da devastação das matas no Estado do Paraná.** Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. 8, p. 437-457, 1953.
- MAACK, Reinhard. **"Deutsche Ivahy-Expedition 1934"** Zeitschrift d. Ges. f. Erdkunde zu Berlin, 1936, S. 44-46.
- MAACK, Reinhard. **Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná.** Ibero-Amerikanisches Archiv, S. 208-242, 1937.
- MAACK, Reinhard. **"Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben"**. In: PAPE, Rainer. Zur Geschichte der Stadt und des Stiftes Herford. Herforder Jahrbuch, Bd.8, (Herford, Bonn), S. 7-79, 1967.
- MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.
- MAACK, Reinhard. **"Os alemães no Sul do Brasil: ponto de vista alemão"**. Arquivo Gustavo Capanema, GC 34.11.30, 11/07/1939. FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual> Acesso em 15 mar. 2020.
- MAACK, Reinhard. **Unbekannte indianer in west-Paraná:** das drama eines neuentdeckten indianerstammes in Brasilien. Kosmos, Stuttgart, v. 58, n. 9, p. 385-394, 1962.
- MAACK, R. **The Germans of South Brazil:** a German view. The Quartely Journal of Inter-American Relations, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 5-23, 1939.
- MAINKA, Peter Johann. **A Legação brasileira em Berlim (1931-1935):** o cotidiano diplomático em um país em transformação. Revista Cadernos do Ceom, v. 32, n. 50, p. 9-27, 2019.
- MARCOLIN, Nelson. **Uma Única Terra.** São Paulo, REVISTA FAPESP, n.184, pp.8-9. Junho de 2011.
- MARTINEZ, Cesar Pietro. **Sertões do Iguassú.** São Paulo: Cia. Graphico-editora Monteiro Lobato, 1925.
- MARTINI, Andrea, **Vermessung der Welt.** topografia do Atlântico. Merton onlinemagazin des stiferverbandes, publicado em 16/01/2020. Disponível em: <https://merton-magazin.de/vermessung-der-welt> Acesso em 04 jun. 2020.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Guaíra Limitada. 1937.

MASKE, Wilson. **Entre a Suástica e a Cruz: a fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai**. Curitiba: Tese de Doutorado, UFPR, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33329/R%20-%20T%20-%20WILSON%20MASKE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 19 set. 2019.

MCCANN, Frank D. **Brazil and the United States During World War II and Its Aftermath: Negotiating Alliance and Balancing Giants**. Springer, 2018.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná, 1769-1924**. Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. Eduem, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/33573192/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Paran%C3%A1\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_socioculturais\\_da\\_pre\\_hist%C3%B3ria\\_%C3%A0\\_economia\\_cafeeira](https://www.academia.edu/33573192/Hist%C3%B3ria_do_Paran%C3%A1_rela%C3%A7%C3%B5es_socioculturais_da_pre_hist%C3%B3ria_%C3%A0_economia_cafeeira) Acesso em 15 jul. 2019.

MOURA, Gerson; PINHEIRO, Leticia; BETHELL, Leslie. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. FUNAG, 2012.

NEUMANN, Rosane Marcia. **A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas**. Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 17, 2006.

NIXDORF, Oswald. **Pionier im brasilianischen Urwald: d. abenteuerl. Geschichte d. dt. Siedlung Rolandia**. Erdmann, 1979.

MS

NIXDORF, Oswald. **Um pioneiro na selva brasileira: a história de aventuras da colônia alemã de Rolândia**. Tradução de Werner Oesterle, Londrina. Eduel, 2016.

NOTICIA SOBRE A PROVÍNCIA DO PARANÁ. Rio de Janeiro; Imprimerie Imperiale de S.A Sisson, 1877. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7181> Acesso em 11 nov. 2018.

OLIVEIRA, Giani Vendramel de. **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO. AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (CAIC) NO ESTADO DE SÃO PAULO**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. **Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)**. 2008.

**PARANÁ. RELATÓRIO DA SECRETARIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ APRESENTADO A SUA EXCELLÊNCIA O SENHOR DOUTOR CAETANO MUNHOS DA ROCHA DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DO ESTADO POR ALCIDES MUNHOZ SECRETÁRIO GERAL D'ESTADO REFERENTE AOS SERVIÇOS EXERCICIO FINANCEIRO DE 1924 – 1925**. Curitiba, 31 de Dezembro de 1925.

PARANÁ. Delegacia de Ordem Político e Social – Paraná (DOPS). **Fichário Provisório Individual de Reinhard Maack (48) Cart. Mod. 19 nº 4431**. Registro em: 13/07/1940. Salvo no Arquivo Público do Paraná.

PERAZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PFLUCK, Lia Dorotéa. **Os Caminhos pelo Oeste do Paraná, entre os Séculos XIX e XX**, a Busca pelo Ensino de Geografia. *Perspectiva Geográfica*, v. 11, n. 15, p. 184-197. 2016.

PIERONI, Geraldo. **Banidos: A Inquisição e a Lista dos Cristãos-novos Condenados a Viver no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PIMENTEL, Ronildo. **A saga de alemães e holandeses na fronteira**. Foz do Iguaçu: H2foz, 2006. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/a-saga-de-alemaes-e-holandeses-na-fronteira-8247> Acesso em 20 abr. 2020.

PIMENTEL, Ronildo. **Os primeiros alemães em foz do Iguaçu**. *Jornal O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 17 de julho de 2015, Ed 10, p.4. Disponível em: <https://www.memoriarondonense.com.br/eventos-single/os-primeiros-alemaes-em-foz-do-iguacu/63/> Acesso em 29 abr. 2020.

PRIORI, Angelo. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Editora da Universidade Estadual de Maringá-EDUEM, 2012.

PRIORI, Angelo. **Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945)**. *Saeculum (UFPB)*, v. 26, p. 133-147, 2012.

PRIORI & BERTONHA (orgs). **Imigração e colonização: Conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2015.

PRUTSCH, Ursula. **Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2014.

RAGGI, Riccardo; MELLO, Raphael; RICK, Vinícius. A Influência da Teoria Ratzeliana na Adoção do Lebensraum pelo III Reich. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 18, n. 1, p. 153-168, 2008.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do Integralismo**. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 16, n. 31, p. 641-666, 2015.

RATZEL, Friedrich. **Der lebensraum: Eine biogeographische studie**. H. Laupp, 1901.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2014.

SALVADOR, José Gonçalves. **Vozes Da História**. São Paulo: Humanitas, 2001.

SANTOS, Alan Junior dos. **Relações socioculturais e comerciais num contexto transfronteiriço: a Fazenda Britânia (1880-1940)**. Toledo: Dissertação de Mestrado – Unioeste, 2019. Disponível em: [http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4749/2/Alan\\_Santos\\_2019.pdf](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4749/2/Alan_Santos_2019.pdf). Acesso em 04 abr. 2020.

SCHIO, MURILLO AMBONI. **POLÍCIA POLÍTICA NA ERA VARGAS: PERSEGUIÇÃO AOS SUSPEITOS NAZISTAS NO PARANÁ (1937-1945)**. Monografia do curso de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2017/01/MURILLO.pdf> Acesso em 07 jul. 2019.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. **A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930**. ANPED SUL, v. 9, 2012.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. *Brasiliana*, 1985.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. *Revista usp*, n. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica**. *Cadernos Ceru*, v. 13, p. 9-36, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia**. *Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 25, p. 3-55, 1988.

SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. *Repensando o estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, p. 199-228, 1999.

SILVA, André Felipe Cândido da. **A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17801> Acesso em 12 set. 2019.

SILVA, André Felipe Cândido. **Raça, medicina tropical e colonialismo no Terceiro Reich : a expedição de Giemsa e Nauck ao Espírito Santo em 1936**. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2013, vol.26,n.52,pp.347-368.ISSN0103-2186. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862013000200005>. Acesso em 09 dez. 2019.

SILVA, Dangelis Nassar da. **A interpretação do Brasil na obra de Plínio Salgado:(1926-1937)**. UNESP, 2007. Dissertação de mestrado. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96139/silva\\_dn\\_me\\_mar.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96139/silva_dn_me_mar.pdf?sequence=1). Acesso em 18 nov. 2019.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. **Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. Ciência da informação**, v. 39, n. 1, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 23, p. 93-110, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386149858006.pdf>. Acesso em 19 fev. 2020.

STÄDTISCHES MUSEUM HERFORD/KOMMUNALARCHIV HERFORD. Stadtarchiv der Hansestadt Herford. Disponível em: <http://www.reinhard-maack.de/person.html> Acesso em 02 dez. 2019.

STUMPF, Derli Junior. **Encontrando um novo Mefisto: a americanização do exército brasileiro e a revista A defesa nacional, 1942-1950**. 2010.

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. Curitiba: Iparde, p. 19-37, 1992.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. 1997. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). 187 p. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24648/D%20%20SZESZ,%20CHRISTIANE%20MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 mar. 2019.

TOURINHO, Luiz Fernando Bizerril. **Um Tributo a Memória e Obra de Luiz Carlos Pereira: 1ª EDIÇÃO SÃO PAULO BOOK EXPRESS EDITORA**, 2017.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VITAL JUNIOR, Raul Rebello. **Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de estado, etnicidade e transição**. Releituras da História do Rio Grande do Sul. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, p. 159-180, 2011.

WACHOVICZ, Rui C. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016.

WACHOVICZ, Rui C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste-paraneense**: Curitiba; Ed. Vicentina, 1982.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização européia no sul do Brasil**. Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. **Brasiliense**, 1946.

WOLF, Eric R. **A Europa e os povos sem história**. Edusp, 2005.

YOKOO, E. N. **Gênese do processo da apropriação das terras, o caso das companhias ferroviárias e dos ervateiros no Oeste paranaense.** VI EPCT, 24 a 28/10/2011. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_vi\\_epct/PDF/ciencias\\_exatas/12-YOKOO.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/12-YOKOO.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.

ZARIFI, Maria. **German science as a medium of cultural policy and propaganda?** The scientific relations between Greece and the Third Reich: A case study. Thesis of Doctor the European University Institute. Department of History and Civilisation, 2005. Disponível em: <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/6025> Acesso em: 27 mai. 2020.

ZWEIG, Stefan. **Autobiografia: o mundo de ontem.** Übersetzt von Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

## ANEXO 1 – MAPA COM O TRAJETO DA EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK DE 1934 FEITO SOBRE UM MAPA DO PERÍODO

